



Aguda | Figueiró dos Vinhos

Proposta de OIGP



Financiamento



Ficha Técnica do Documento

Título:	Operação Integrada de Gestão da Paisagem
Descrição:	As OIGP definem, no espaço e no tempo, as intervenções de transformação da paisagem de reconvenção de culturas e de valorização e revitalização territorial, bem como o modelo operativo, os recursos financeiros e o sistema de gestão e de monitorização a implementar.
Data de produção:	Novembro de 2023
Data da última atualização:	30-11-2023
Versão:	Versão n.º 2
Desenvolvimento e produção:	FlorestGal S.A., Associação Florestal de Entre Douro e Tâmega
Coordenação do Projeto	Álvaro Castilho, António Nora
Equipa técnica:	António Azevedo, Pedro Alves

Índice geral

Introdução.....	10
A. Transformação e Valorização da Paisagem.....	13
A.1. Projeto de paisagem futura.....	13
a) Planta de Ocupação do Solo atual (POSA).....	13
b) Planta de Ocupação do Solo proposta (POSP).....	14
c) Matriz de Transformação da Paisagem	17
A.2. Fundamentação das soluções adotadas na proposta.....	19
A.2.1.Situação atual do território	19
a) Localização e enquadramento	19
b) Características biofísicas e edafoclimáticas	19
b.1. Parâmetros climáticos.....	19
b.2. Hipsometria.....	24
b.3. Declives	25
b.4. Exposição.....	27
b.5. Hidrografia.....	29
b.6. Solos	30
a) Ocupação do solo.....	32
b) Áreas edificadas e infraestruturas	34
c) Elementos patrimoniais e culturais	34
d) Fogos rurais.....	36
e) Outros riscos e vulnerabilidades.....	43
f) Estrutura fundiária	45
g) Socio economia relevante para a valorização e revitalização territorial	45
h) Estrutura organizativa.....	48

l) Projetos em curso ou aprovados	48
A.2.2.Demonstração dos efeitos da proposta	49
a) Adequação dos usos às características biofísicas e edafoclimáticas e à aptidão do solo	49
b) Valorização da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas.....	51
c) Conetividade ecológica	58
d) Equilíbrio do ciclo hidrológico e de maior eficiência no uso da água.....	59
e) Redução da vulnerabilidade aos fogos rurais	60
f) Minimização de outras vulnerabilidades e riscos existentes e potenciais	64
g) Salvaguarda dos valores patrimoniais, paisagísticos e outros valores culturais e identitários existentes ou potenciais.....	65
h) Promoção de povoamentos florestais ordenados, bio diversos, multifuncionais e resilientes	66
i) Fomento da agricultura, da silvo pastorícia e da cinegética, enquanto atividades económicas e com função de mosaico e diversificação da paisagem...	68
j) Desenvolvimento do potencial das atividades económicas rurais de proximidade, promovendo e/ou reforçando a geração de valor	69
A.2.3.Articulação com o quadro legal	71
a) Instrumentos de gestão territorial	71
a.1. Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem	71
a.2. Programas Especiais de Áreas Protegidas.....	71
a.3. Programas Regionais de Ordenamento Florestal	71
a.4. Plano Diretor Municipal	75
b) Instrumentos de Gestão Integrada de Fogos Rurais	77
b.1. Programas Regional de Ação e Sub-regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais.....	77

b.2. Programa Municipal de Execução de Gestão Integrada de Fogos Rurais....	79
c) Servidões e restrições de utilidade pública	82
c.1. Regime Florestal e Sistema Nacional de Áreas Classificadas.....	82
c.2. Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional	82
c.3. Linhas de alta tensão e antenas, Marcos Geodésicos, Sítios arqueológicos	84
c.4. Domínio hídrico.....	85
c.5. Outros regimes relevantes para a gestão	86
d) Planos de Gestão Florestal.....	89
A.2.4.Ações de divulgação e de acompanhamento junto dos atores locais e proprietários.....	90
B. Programação da execução	94
B.1. Unidades de intervenção	94
a) Mapeamento das Unidades de Intervenção	95
b) Quadro das unidades de intervenção.....	95
B.2. Modelo de exploração florestal	96
B.3. Modelo de exploração em áreas agrícolas	108
C. Investimento e financiamento	111
C.1. Ações de Reconversão e Valorização da Paisagem.....	111
a) Investimento estimado em ações de reconversão e valorização da paisagem	111
b) Investimento global estimado para a reconversão e valorização da paisagem	113
C.2. Sistemas culturais elegíveis para a remuneração dos Serviços de ecossistemas.....	115
a) Sistemas culturais elegíveis para a remuneração dos Serviços de ecossistemas.....	115

C.3. Demonstração da sustentabilidade económica e financeira da proposta	117
D. Gestão e contratualização	124
D.1. Levantamento cadastral e da situação de adesão	124
D.2. Modelo de Gestão e Contratualização	126
a) Modelo de organização e funcionamento da entidade gestora	126
b) Modelo de acesso e execução dos financiamentos	127
c) Modelo de contratualização de compromissos	129
d) Modelo de intervenção para áreas sem dono conhecido e para áreas de arrendamento forçado	129
e) Modalidades de adesão	131
E. Monitorização e avaliação	132
a) Transformação da paisagem, no âmbito do financiamento do PRR	133
b) Gestão e manutenção a 20 anos, no âmbito do financiamento do Fundo Ambiental	134

Acrónimos usados

AIGP – Área Integrada de Gestão da Paisagem

BUPI- Balcão Único do Prédio

COS – Carta de ocupação do solo

GTF – Gabinete Técnico Florestal

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

OIGP – Operação Integrada de Gestão da Paisagem

PI – Pontos de ignição

PPI – Pontos prováveis de ignição

PROF – Plano Regional de Ordenamento Florestal

RGG - Representação Gráfica Georreferenciada

SAU – Superfície Agrícola Utilizada

SGIF – Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais

Índice de figuras

Figura A.1-1 – Mapa de ocupação do solo atual (POSA) da AIGP de Aguda	13
Figura A.1-2 - Mapa de ocupação do solo proposta (POSP) da AIGP de Aguda.....	15
Figura A.2-1 - Enquadramento Geográfico da AIGP de Aguda.....	19
Figura A.2-2 - Mapa Hipsométrico da AIGP de Aguda.....	24
Figura A.2-3 - Mapa de Declives da AIGP de Aguda	26
Figura A.2-4 - Mapa de exposição solar das vertentes	28
Figura A.2-5 - Mapa da Rede hidrográfica.....	30
Figura A.2-6 - Mapa de Tipos de solo	31
Figura A.2-7 - Mapa da Capacidade dos solos.....	32
Figura A.2-8 - Mapa de povoamentos florestais	33
Figura A.2-9 - Mapa de Áreas edificadas e infraestruturas.....	34
Figura A.2-10 - Mapa de Elementos patrimoniais e culturais	35
Figura A.2-11 - Mapa dos Pontos prováveis de início	38
Figura A.2-12 - Mapa dos Pontos prováveis de início (Cluster de pontos)	38
Figura A.2-13 - Mapa das áreas ardidas	40
Figura A.2-14 - Mapa das áreas ardidas dos grandes incêndios rurais	40
Figura A.2-15 - Mapa de Perigosidade conjuntural - 2022.....	43
Figura A.2-16 - Mapa de outros riscos e vulnerabilidades	44
Figura A.2-17 - Mapa da estrutura fundiária.....	45
Figura A.2-18 - Mapa de atividades económicas relevantes.....	47
Figura A.2-19 – Distribuição espacial dos serviços de ecossistema	54
Figura A.2-20 - Mapa da Estrutura Ecológica	58
Figura A.2-21 - Mapa de Intensidade da frente de fogo KW/m, para a ocupação do solo atual (POSA).....	62
Figura A.2-22 - Mapa de Intensidade da frente de fogo KW/m, para a ocupação do solo proposta (POSP).....	63
A presente OIGP define um conjunto de ações que visam a proteção e conservação destas áreas:	64
Figura A.2-23 - Mapa de zonamento funcional dos povoamentos florestais	66
Figura A.2-24 - Mapa das Sub-regiões homogêneas do PROF Centro Litoral.....	72

Figura A.2-25 - Mapa de enquadramento no PDM de Figueiró dos Vinhos	75
Figura A.2-26 - Mapa de enquadramento no PMDFCI de Figueiró dos Vinhos	81
Figura A.2-27 - Mapa de Servidões e Restrições de Utilidade Pública	83
Figura A.2-28 - Mapa de outros regimes relevantes para a gestão	88
Figura A.2.29 – Folheto Aguda	91
Figura B.1-1 - Mapa das unidades de intervenção	95
Figura C.3-01 – Comparação da Intensidade da Frente de Fogo (POSA/POSP)	118
Figura D.1-1 - Mapa da situação cadastral e de adesão	125

Índice de gráficos

Gráfico A.2.1 - Temperatura Média Mensal, Média, Máxima e Mínima	20
Gráfico A.2.2 - Precipitação média total e precipitação máxima diária (mm)	21
Gráfico A.2.3 - Humidade relativa do ar (%)	22
Gráfico A.2.4 - Área ocupada por classe hipsométrica (%)	25
Gráfico A.2.5 - Área ocupada por classe de declive (%)	27
Gráfico A.2.6 - Área ocupada por exposição de vertente (%)	29
Gráfico A.2.7 - Distribuição anual da área ardida e do nº de ocorrências (2001-2022)	36
Gráfico A.2.8 - Distribuição da área ardida e do n.º de ocorrências por classe de extensão (2001-2022)	37
Gráfico A.2.9 - Distribuição da área ardida e do n.º de ocorrências pelas classes de FWI	41
Gráfico A.2.10 - Distribuição da área ardida e do n.º de ocorrências pelas classes de severidade meteorológica (DSR)	42

Índice de tabelas

Tabela A.1.1 – Matriz de transformação da paisagem	17
Tabela A.2.1 – Frequência (%) e velocidade média (km/h) do vento	22
Tabela A.2.2 – Evolução da ocupação do solo (ha)	32
Tabela A.2.3 – Número total de ocorrências e área ardida por causa dos incêndios	39
Tabela A.2.4 – N.º de explorações agrícolas e superfície agrícola utilizada	46

Tabela A.2.5 – Matriz de avaliação dos serviços de ecossistema	53
Tabela A.2.6 – Ações de valorização/reconversão da estrutura ecológica.....	59
Tabela A.2.7 – Matriz de transformação – sistema húmido	60
Tabela A.2.8 – Classes de perigo de incêndio e relação com a intensidade do fogo.....	61
Tabela A.2.9 – Matriz de transformação da paisagem referente às classes de perigo de incêndio rural.....	63
Tabela A.2.10 – Objetivos específicos da SRH Floresta da Beira Serra	72
Tabela A.2.11 – Espécies a privilegiar da SRH Floresta da Beira Serra.....	73
Tabela A.2.12 – Matriz de transformação – Enquadramento PDM	76
Tabela A.2.13 – Enquadramento da OIGP no PMDFCI de Figueiró dos Vinhos (Rede de faixas de gestão de combustível)	80
Tabela A.2.14 – Matriz de transformação - FGC rede elétrica alta tensão	85
Tabela A.2.15 – Zonas de caça existente na AIGP de Aguda.....	86
Tabela B.2.01 – Modelos de Silvicultura	107
Tabela C.1.01 – Financiamento da Ocupação Agrícola	112
Tabela C.1.02 – Financiamento da Ocupação Florestal	113
Tabela C.1.03 – Quadro de Financiamento Global.....	113
Tabela C.2.01 – Montantes globais estimados para remuneração dos serviços de ecossistemas.....	116
Tabela C.3.01 – Grau de Intensidade da Frente de Fogo	119
Tabela D.1.01 – Quadro de RGG.....	125

Listagem de anexos

Anexo 01 – Quadro das Unidades de Intervenção.

Anexo 02 – Quadro de Financiamento em ações de Reconversão e Valorização da Paisagem.

Anexo 03 – Montantes Globais estimados para Remuneração de Serviços de Ecossistemas

Introdução

A Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP) de Aguda foi constituída através do Despacho n.º 7109-A/2021. Com uma área de 942,60 ha, localiza-se no concelho de Figueiró dos Vinhos e abrange as freguesias de Aguda e a União das freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas.

A operacionalização da AIGP de Aguda é preconizada através da presente operação integrada de gestão da paisagem (OIGP) que define, as intervenções necessárias, a calendarização das operações, o modelo operativo, os recursos financeiros necessários, assim como o sistema de gestão e de monitorização das ações de transformação da paisagem.

Com a implementação desta OIGP, pretende-se efetivar a gestão agrupada dos espaços florestais, com intervenções à escala da paisagem, promovendo o património natural e a dinamização do mundo rural. Para atingir os objetivos preconizados foram definidas um conjunto de linhas de ação, que foram atendidas na elaboração da presente OIGP, destacando-se as seguintes medidas:

- Desenho funcional do território, com o objetivo da implementação de povoamentos mais bem-adaptados às condições biofísicas e edafoclimáticas;
- Expansão das áreas ocupadas por floresta de outras folhosas, através do aproveitamento da regeneração natural, promovendo o crescimento destas áreas junto às linhas de águas, solos mais férteis, em encostas mais húmidas, assim como nas zonas de interface, possibilitando desta forma uma melhor compartimentação dos espaços e a criação de territórios mais resilientes à passagem do fogo;
- Criar mosaicos de descontinuidade em termos de densidade e dimensão do material combustível, originando assim maior diversidade/heterogeneidade de espaços promovendo uma melhor gestão dos habitats;

- Implementar a proteção do edificado isolado e dos aglomerados rurais, através da alteração dos combustíveis florestais, por uma composição mais resiliente à passagem do fogo, nas zonas de interface;
- Recuperação das linhas de água e das áreas envolventes com espécies ripícolas;
- Identificar, mapear e quantificar a remuneração dos serviços de ecossistema que venham a ser identificados, com destaque para a proteção dos solos e dos recursos hídricos, prevenção de incêndios, sequestro de carbono, diversidade paisagística, fornecimento de produtos e alimentos, e atividades de turismo, recreio e lazer;
- Reabilitação de áreas degradadas, através do restauro de ecossistemas degradados e restauro pós-fogo;
- Instalação de um conjunto de culturas potenciadoras do desenvolvimento da economia local, associadas à produção agrícola, animal e florestal;
- Promoção da qualidade estética da paisagem.

A OIGP de Aguda é composta pelos seguintes conteúdos:

- Desenho da transformação e valorização da paisagem, identificando a respetiva matriz de transformação, assim como os pressupostos que sustentam a tomada de decisão.
- Programa de execução e respetivo modelo de exploração
- Orçamento necessário para efetuar a reconversão/valorização da paisagem e as respetivas fontes de financiamento
- Modelo de gestão da OIGP e a contratualização das operações a realizar com os proprietários
- Desenho do programa de monitorização das ações a realizar a avaliação dos seus resultados

A OIGP de Aguda será administrada pela seguinte entidade gestora:

Entidade: FLORESTGAL – Empresa de Gestão e desenvolvimento Florestal, S.A.

Morada: Rua Comendador Joaquim Araújo Lacerda, 16-18

3260-412 Figueiró dos Vinhos

Telefone: +351 236 550 550

Email: geral@florestgal.pt

A. Transformação e Valorização da Paisagem

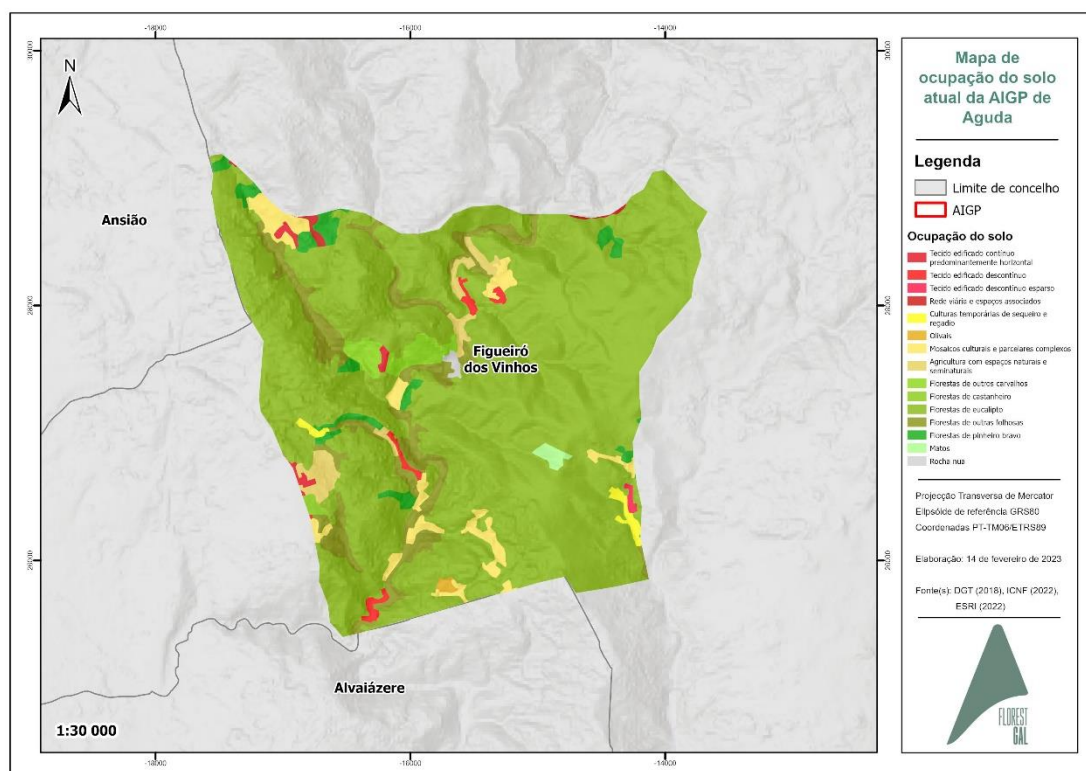
A.1. Projeto de paisagem futura

a) Planta de Ocupação do Solo atual (POSA)

Os dados referentes à ocupação do solo, foram obtidos através da informação disponibilizada pela Direção Geral do Território (COS 2018), complementada por ações de trabalho de campo (amostragem, validação e alteração).

Através da análise da ocupação do solo, é possível constatar que a área da AIGP de Aguda, com 942,60 ha, é na sua maioria ocupada por espaços florestais (92,46%), correspondendo a um total de 871,47 ha, sendo que 92,13% desta ocupação corresponde a floresta e 0,33% a incultos. A Agricultura representa 5,88% da área, com 55,42 ha, as Áreas Sociais representam 1,49% com 14,03 ha e os Improdutivos representam apenas 0,18%.

Figura A.1-1 – Mapa de ocupação do solo atual (POSA) da AIGP de Aguda



Os povoamentos florestais com maior expressão são os povoamentos de eucalipto, que representam 80,36% (757,26 ha) da área da AIGP, seguindo-se os povoamentos de outras folhosas com 7,63% (71,90 ha).

b) Planta de Ocupação do Solo proposta (POSP)

A alteração da paisagem preconizada na ocupação do solo proposta (POSP), foi efetuada tendo por base as características biofísicas e edafoclimáticas do território, a redução da vulnerabilidade e o aumento da resiliência do território face aos fogos rurais, a valorização dos solos e melhor adaptabilidade das espécies, a preservação e aumento da biodiversidade, a melhoria dos serviços de ecossistema, assim como, o aumento do valor do território e a dinamização da economia do mundo rural.

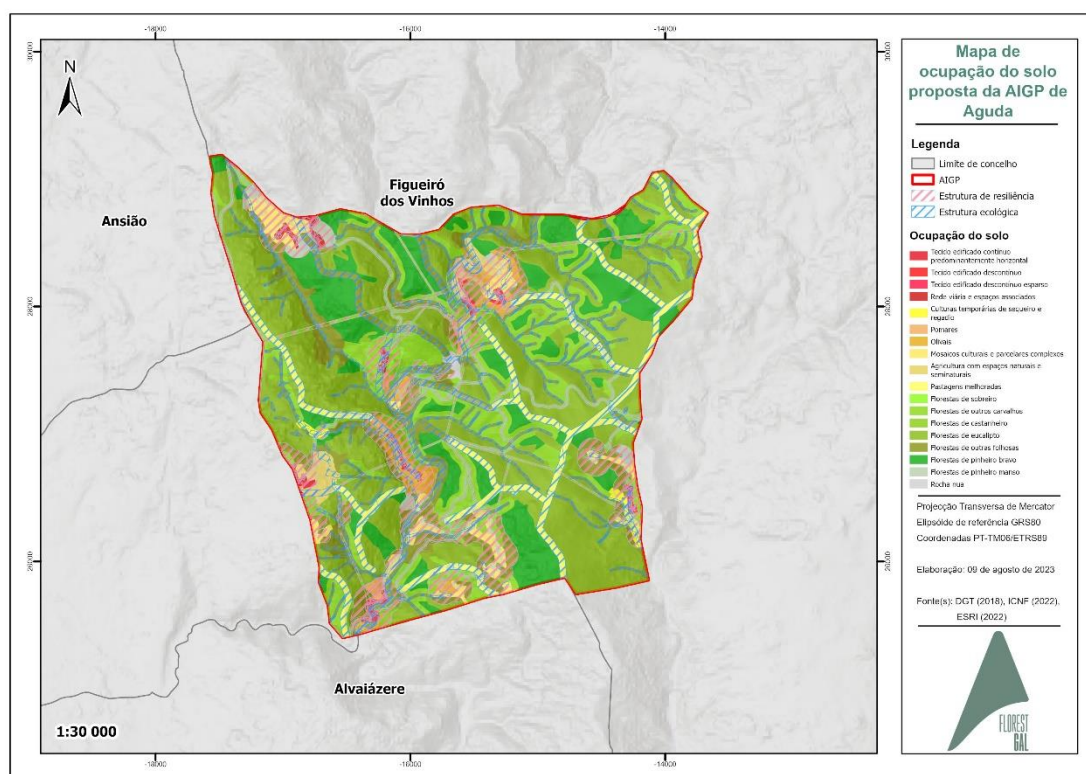
A alteração da paisagem proposta sintetiza um conjunto de aspetos distintos que se traduzem nas seguintes situações:

- elementos da paisagem que permanecem ao longo do tempo, nomeadamente: territórios artificializados, rede viária e espaços associados, afloramentos rochosos, planos de água e rede hidrográfica;
- elementos da paisagem em que a ocupação atual deve ser mantida: áreas agrícolas, e florestas de conservação;
- estrutura ecológica, constituída pelo sistema húmido e pelo sistema seco, cuja ocupação é necessário valorizar ou reconverter, para dar cumprimento à função de proteção;
- estrutura de resiliência, que incorpora as áreas com necessidade de instalação de faixas de gestão de combustível, de acordo com os instrumentos legais em vigor;
- elementos da paisagem em que a ocupação atual deve ser alterada: áreas com uma grande extensão de povoamentos monoespecíficos, povoamentos mal-adaptados, com o objetivo de aumentar a resiliência aos fogos rurais e aumento da biodiversidade.

A ocupação do solo proposta, é na sua maioria ocupada por floresta (83,15%), correspondendo a um total de 783,77 ha, verificando-se uma redução de 84,54 ha (9,74%) relativamente à ocupação do solo atual. A área ocupada com agricultura regista um aumento de 87,72 ha em relação à ocupação atual, passando a representar 15,18% da área, com 143,14 ha. A ocupação referente às Áreas Sociais e aos Improdutivos permanece inalterada.

Contudo é ao nível da composição dos povoamentos florestais que se verifica uma maior alteração, como se pode observar na matriz de transformação da paisagem, descrita na alínea c).

Figura A.1-2 - Mapa de ocupação do solo proposta (POSP) da AIGP de Aguda



A ocupação do solo proposta foi obtida através de operações de análise espacial de acordo com os seguintes critérios:

- Exposição Norte/Nascente: Foi mantida a ocupação do solo existente;
- Exposição Sul/Poente:
 - Dentro da área envolvente (buffer) com uma distância de 50 metros às linhas de água e rede viária principal, nas áreas ocupadas com

eucalipto foi efetuada a alteração para áreas de floresta de outras folhosas e outros carvalhos. Nas restantes ocupações foi mantida a ocupação do solo existente;

- Fora do buffer de 50 metros às linhas de água e rede viária principal, nas áreas ocupadas com eucalipto foi efetuada a alteração para pinheiro bravo. Nas restantes ocupações foi mantida a ocupação do solo existente;
- Estrutura ecológica, sistema húmido: nas áreas ocupadas por povoamentos monoespecíficos, foi efetuada a alteração para florestas de outras folhosas. Nas restantes ocupações foi mantida a ocupação do solo existente;
- Estrutura ecológica, sistema seco: nas áreas ocupadas por povoamentos monoespecíficos, foi efetuada a alteração para pastagens melhoradas. Nas áreas ocupadas com medronheiro ou com presença de regeneração natural desta espécie, foi preconizada a manutenção e valorização destas áreas. Nas restantes ocupações foi mantida a ocupação do solo existente;
- Estrutura de resiliência: nas áreas ocupadas por povoamentos monoespecíficos, foi efetuada a alteração para florestas de outros carvalhos. Nas restantes ocupações foi mantida a ocupação do solo existente;

Nas estruturas de paisagem (estrutura ecológica e estrutura de resiliência) foi preconizada a valorização ou a reconversão da ocupação do solo existente, para espécies que melhor garantam as funções ecológicas e uma maior resiliência ao comportamento dos incêndios rurais.

A estrutura ecológica assegura as funções ecológicas da paisagem e a conservação dos recursos naturais. Esta estrutura engloba o sistema húmido: composto pelos cursos de água, massas de água e respetivas margens, fundos de vale; e pelo sistema seco: linhas de cumeada incluindo cabeços e cabeceiras associadas.

A definição da estrutura ecológica baseou-se nos seguintes critérios:

- Sistema seco - linhas de cumeada: buffer de 50 metros;
- Sistema húmido - linhas de água: cursos de água e respetivas margens (buffer 10 metros nas linhas de água);

- Sistema húmido - Massas de água: massas de água, albufeiras e respetiva área de proteção;
- Sistema húmido - fundos de vale: Para a definição dos fundos de vale foi utilizado o algoritmo proposto por J.C. Gallant & T.I. Dowling 2003.

A estrutura de resiliência tem como principal função a criação de descontinuidades na paisagem e encontra-se associada às faixas de gestão de combustível. Nestas áreas procedeu-se à alteração da ocupação do solo para espécies mais resilientes ao desenvolvimento do fogo, promovendo-se uma alteração do tipo e estrutura do combustível com o objetivo de diminuir a superfície percorrida por grandes incêndios, proteger infraestruturas e isolar potenciais focos de incêndio.

c) Matriz de Transformação da Paisagem

Através da análise da matriz de transformação, podemos constatar que a área ocupada com floresta continua a ser a mais representativa, contudo, observa-se uma ligeira redução. A agricultura registou um aumento considerável de 87,72 ha em relação à ocupação atual. Para esta evolução das áreas agrícolas contribuíram o incremento das áreas ocupadas por oliveiras (22,06 ha) e a introdução das pastagens melhoradas (67,76 ha) e dos pomares (5,03 ha).

Tabela A.1.1 – Matriz de transformação da paisagem

Ocupação do solo (COS)	Atual (POSA)		Proposta (POSP)		Varição
	ha	%	ha	%	ha
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	17,00	1,80	12,57	1,33	-4,43
Culturas temporárias de sequeiro e regadio	4,87	0,52	4,87	0,52	0,00
Florestas de castanheiro	1,85	0,20	17,34	1,84	15,49
Florestas de eucalipto	757,45	80,36	293,02	31,09	-464,42
Florestas de outras folhosas	71,90	7,63	171,40	18,18	99,50
Florestas de outros carvalhos	15,15	1,61	162,87	17,28	147,72
Florestas de pinheiro bravo	21,97	2,33	129,70	13,76	107,73

Ocupação do solo (COS)	Atual (POSA)		Proposta (POSP)		Varição
	ha	%	ha	%	ha
Florestas de pinheiro manso	0	0	8,20	0,87	8,20
Florestas de sobreiro	0	0	1,24	0,13	1,24
Matos	3,15	0,33	0,00	0,00	-3,15
Mosaicos culturais e parcelares complexos	32,15	3,41	29,45	3,12	-2,70
Olivais	1,40	0,15	23,46	2,49	22,06
Pastagens melhoradas	0	0	67,76	7,19	67,76
Pomares	0	0	5,03	0,53	5,03
Rede viária e espaços associados	2,42	0,26	2,42	0,26	0,00
Rocha nua	1,68	0,18	1,68	0,18	0,00
Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal	3,88	0,41	3,88	0,41	0,00
Tecido edificado descontínuo	6,52	0,69	6,52	0,69	0,00
Tecido edificado descontínuo esparso	1,21	0,13	1,21	0,13	0,00
Total	942,60	100	942,60	100	

Fonte: DGT (COS2018), FlorestGal S.A.

A maior transformação da paisagem é efetuada ao nível da composição dos povoamentos florestais. Apesar da área ocupada por eucaliptos continuar a ser a espécie mais representativa, esta verificou uma redução significativa (464,42 ha). Em contrapartida verificou-se um aumento da área ocupada por floresta de outros carvalhos (147,72 ha), floresta de pinheiro-bravo (107,73 ha), floresta de outras folhosas (99,50 ha) e floresta de castanheiro (15,49 ha). Verificou-se ainda a introdução de outras espécies florestais, como foi o caso da floresta de pinheiro manso (8,20 ha) e floresta de sobreiro (1,24 ha).

A.2. Fundamentação das soluções adotadas na proposta

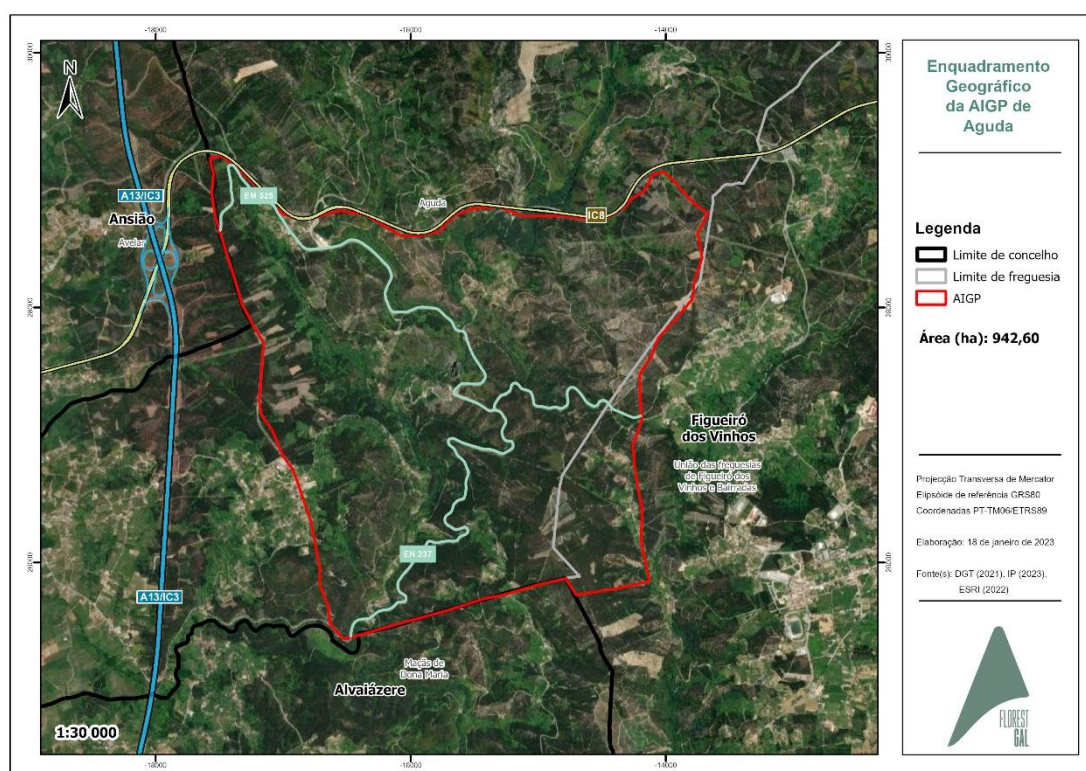
A.2.1. Situação atual do território

a) Localização e enquadramento

Situada na Região Centro – NUT's II e na sub-região da Região de Leiria – NUT's III, a área de intervenção, com uma área de 942,60 ha abrange a freguesia da Aguda e a União das freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, no concelho de Figueiró dos Vinhos.

O principal acesso à área de intervenção é efetuado através da A13, do IC8, da EN 237 e da EM525.

Figura A.2-1 - Enquadramento Geográfico da AIGP de Aguda



b) Características biofísicas e edafoclimáticas

b.1. Parâmetros climáticos

O clima exerce influência sobre diversos aspetos do meio físico, nomeadamente as características dos cursos de água, dos solos, da vegetação, assim como interfere nas

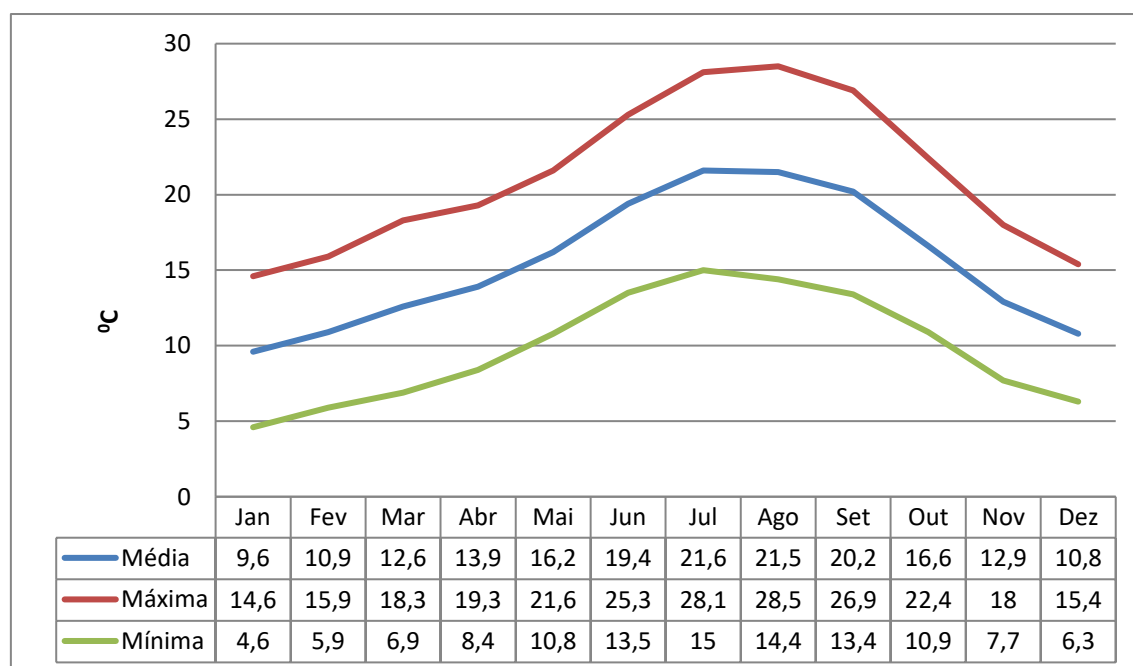
formas de relevo, através dos processos erosivos (Bento Gonçalves, 2007). A caracterização climática da área de intervenção teve por base os valores das normais Climatológicas do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) relativos à estação da Coimbra (Bencanta), dados relativos ao período 1971-2000. Importante salientar, que poderá haver algumas diferenças entre os valores observados da estação da Coimbra e os observados na área de intervenção.

A temperatura constitui um dos parâmetros climáticos fundamentais para o estudo do clima de uma determinada região.

A temperatura média anual registada na Estação de Coimbra (Bencanta), no período considerado, é de 15,5 °C, sendo a temperatura média do mês mais frio de 9,6 °C em janeiro, e a do mês mais quente de 21,6 °C em julho. Deste modo, a análise dos dados climatológicos permite-nos constatar o carácter moderado do clima local, que regista uma amplitude térmica média de 12 °C.

Através da análise do Gráfico A.2.1 - Temperatura Média Mensal, Média, Máxima e Mínima, podemos verificar que as temperaturas médias mínimas e máximas registadas são de, respetivamente 5 °C no mês de janeiro e 28,8 °C em agosto.

Gráfico A.2.2 - Temperatura Média Mensal, Média, Máxima e Mínima

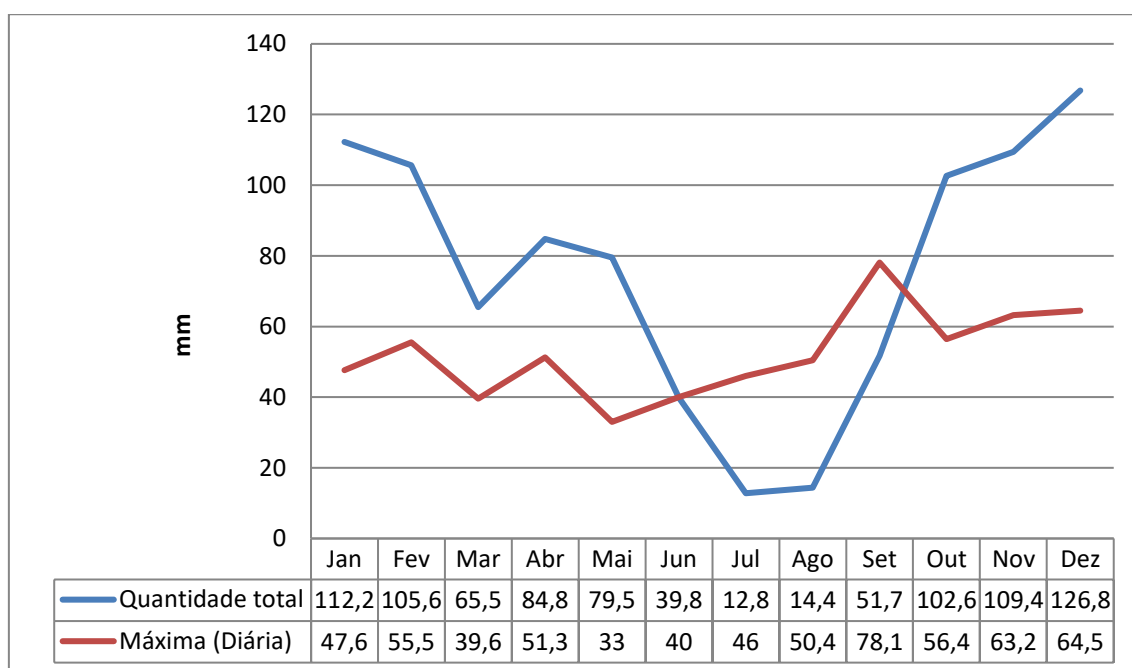


Fonte: Normais Climatológicas para a Estação de Coimbra / Bencanta (1971-2000), IPMA.

A precipitação constitui um elemento climático de extrema importância ao nível da vegetação, ocupação do solo e nas atividades humanas.

Através da análise do Gráfico A.2.3, podemos constatar que os valores máximos de precipitação ocorrem em dezembro (126,8 mm), e os mínimos em julho (12,8 mm). O valor máximo diário verifica-se em setembro (78,1 mm).

Gráfico A.2.3 - Precipitação média total e precipitação máxima diária (mm)



Fonte: Normais Climatológicas para a Estação de Coimbra / Bencanta (1971-2000), IPMA.

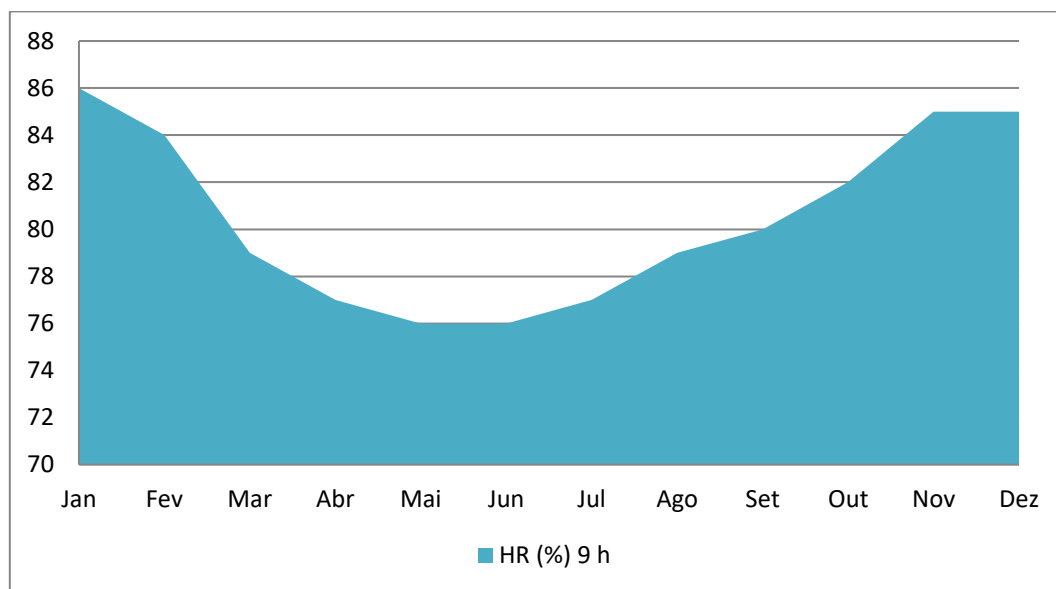
A humidade relativa do ar encontra-se diretamente relacionada com a temperatura e com a natureza das massas de ar no local. Este aspeto reveste-se de uma grande influência ao nível das atividades humanas, assim como na propagação dos incêndios rurais.

Através da análise dos valores observados na Estação de Coimbra (Bencanta), podemos considerar o clima da região como húmido, uma vez que esta apresenta valores médios anuais de 80,5% às 9 horas.

Através da análise dos dados podemos verificar que a humidade relativa média registada na estação da Coimbra (Bencanta) varia entre os 76% em maio e junho e os 86% em janeiro. Apesar da variação sazonal, sendo mais elevada nos meses de inverno,

a humidade relativa média registada caracteriza-se por valores elevados ao longo de todo o ano, superiores a 76%.

Gráfico A.2.4 - Humidade relativa do ar (%)



Fonte: Normais Climatológicas para a Estação de Coimbra / Bencanta (1971-2000), IPMA.

O vento é um elemento do clima fundamental, que se encontra associado à temperatura, evaporação e à humidade. Este reveste-se de uma extrema importância no que se refere ao comportamento dos incêndios rurais, relacionando a sua direção com a ocorrência de incêndios.

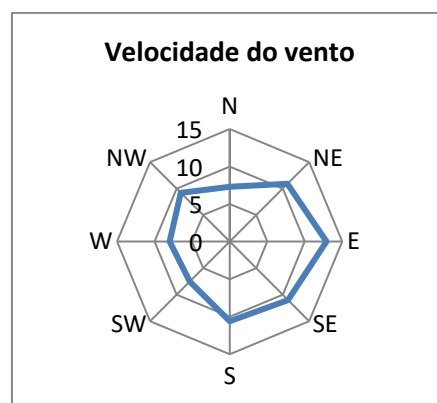
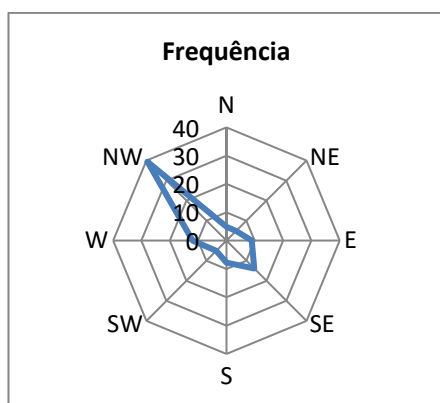
Tabela A.2.1 – Frequência (%) e velocidade média (km/h) do vento

	N		NE		E		SE		S		SW		W		NW		C
	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F
Jan	5,9	6,8	6,7	10,4	14,6	14,2	24,9	12,6	13,6	11,7	6	9	7,8	8,3	17,4	8,7	3,1
Fev	5,2	6,4	7,2	10	13,8	14,1	20	12,9	10,6	12	7,1	10	9,7	9,3	22,2	8,4	4,2
Mar	4,7	7,5	5,9	13,8	10,9	14,8	19,1	13,8	11,4	12,6	6,8	9,6	11,6	8,5	26,2	8,8	3,4
Abr	6,5	8,4	6,4	13,4	8,8	14	12,8	11,2	7,4	10,9	5,4	8,1	12,3	8,6	38,1	10	2,3
Mai	5	8,4	2,5	11	4,3	13	8,8	11,7	6,8	10,8	5,6	8	14,7	8,8	51	10,2	1,3
Jun	3,6	7,8	2,6	11,9	4	13	6,1	8,6	3,3	10,6	3,2	7,9	14,2	8,6	61,4	10,3	1,6
Jul	3,7	7,6	1,5	9,3	2,6	11,5	3	7,5	1,8	7,5	2,5	5	14,6	8	69,6	10,7	0,7
Ago	3,7	7,9	2,1	10,7	2,7	11,5	3,5	7,5	2,2	7,2	2,7	4,4	15,7	8,2	66,1	10,4	1,3
Set	4,6	6,7	3,8	9,4	4,4	11,6	8,8	9,9	5,2	10,1	4,8	6,1	14,8	7,4	48,9	8,8	4,7

	N		NE		E		SE		S		SW		W		NW		C
Out	5	6,6	5,6	10,3	9	10,5	15,3	11,6	9,3	10,3	5,3	6,5	11,3	6,4	33	7,5	6,2
Nov	4,5	6,5	7,3	10,8	14,6	13,1	22,1	13,7	11,2	12,4	6,7	7,2	8,3	6,9	20,8	8,2	4,5
Dez	6,1	6,5	7,3	10,2	16,9	13	22,7	11,2	10,1	11	5,4	8,7	8,6	7,4	18,3	8,3	4,6
Ano	4,9	7,3	4,9	10,9	8,9	12,9	13,9	11	7,7	10,6	5,1	7,5	12	8	39,4	9,2	3,2

Fonte: Normais Climatológicas para a Estação de Coimbra / Bencanta (1971-2000), IPMA

Os ventos dominantes na área em estudo são os do quadrante Noroeste, com uma média anual de 39,4%, seguindo-se os ventos do quadrante Sudeste, com uma média anual de 13,9% e os ventos do Oeste com uma média anual de 12%.



Fonte: Normais Climatológicas para a Estação de Coimbra / Bencanta (1971-2000), IPMA

Em termos de velocidades médias, os registos mais elevados são de 12,9 km/h, provenientes do quadrante Este, e de 10,9 km/h correspondentes ao quadrante Nordeste.

Durante os meses de verão, os ventos mais fortes são em junho quadrante Nordeste (11,9 km/h); em julho quadrante Este (10,5 km/h), em agosto quadrante Este (11,5 km/h) e por fim, em setembro quadrante Este (11,6 km/h).

A classificação de Koppen caracteriza, de um modo geral, o clima dos lugares e regiões com base nos valores médios da temperatura do ar, da quantidade de precipitação e na sua distribuição.

Com base nos critérios de Koppen, o clima da região em estudo será do tipo Csb, com o seguinte significado:

C – Clima mesotérmico (temperado) húmido, em que a temperatura média do mês mais frio é inferior a 18°C, mas superior a -3°C, enquanto o mês mais quente apresenta valores superiores a 10°C;

s – Estação seca no Verão, a quantidade de precipitação do mês mais seco do semestre quente é inferior a 1/3 da do mês mais chuvoso do semestre mais frio e inferior a 40mm.

b – Verão pouco quente, mas extenso, a temperatura média do ar no mês mais quente do ano é inferior a 22°C e com um período maior que quatro meses com temperaturas superiores a 10°C;

b.2. Hipsometria

A altitude é uma das características topográficas que afetam o comportamento dos incêndios rurais. Esta condiciona a temperatura e a precipitação (Ventura e Vasconcelos, 2006; cit. in Verde 2008:38), pelo que exerce desta forma uma forte influência na distribuição e na quantidade da vegetação existente.

A área da AIGP de Aguda, varia a sua altitude entre os 192,29 metros junto à Ribeira de Alge e os 544,88 metros em São Neutel. A maior parte da área, cerca de 66%, encontra-se situada entre os 300 e os 450 metros de altitude.

Figura A.2-2 - Mapa Hipsométrico da AIGP de Aguda

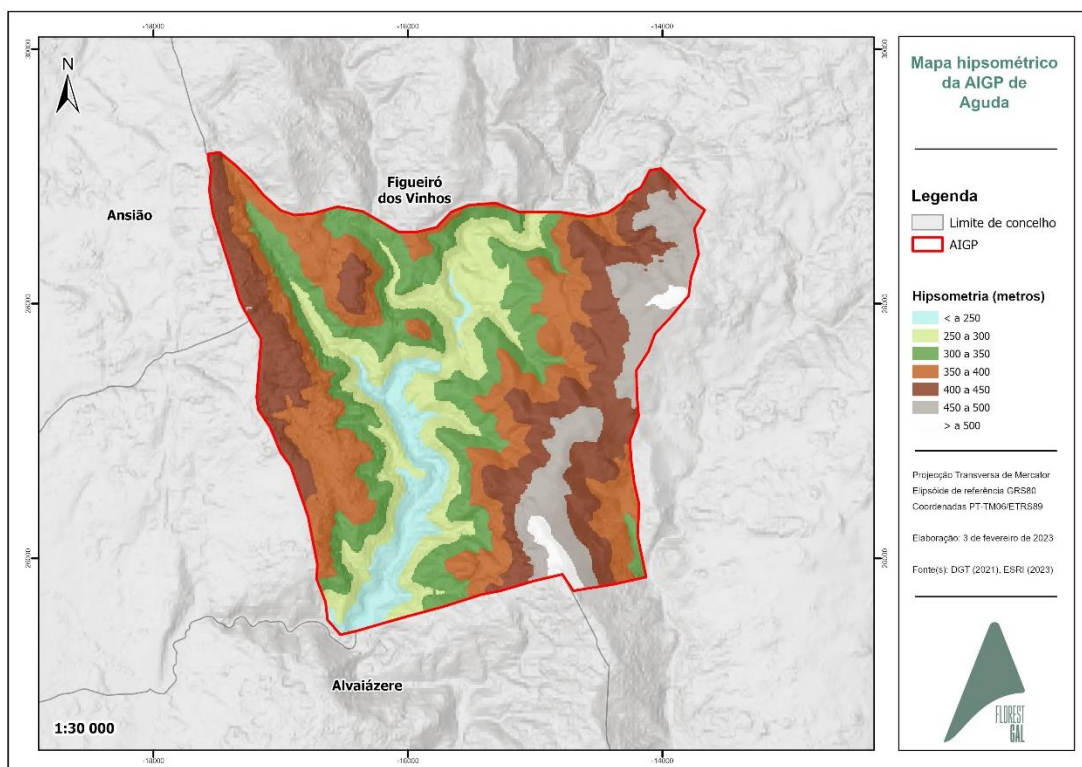
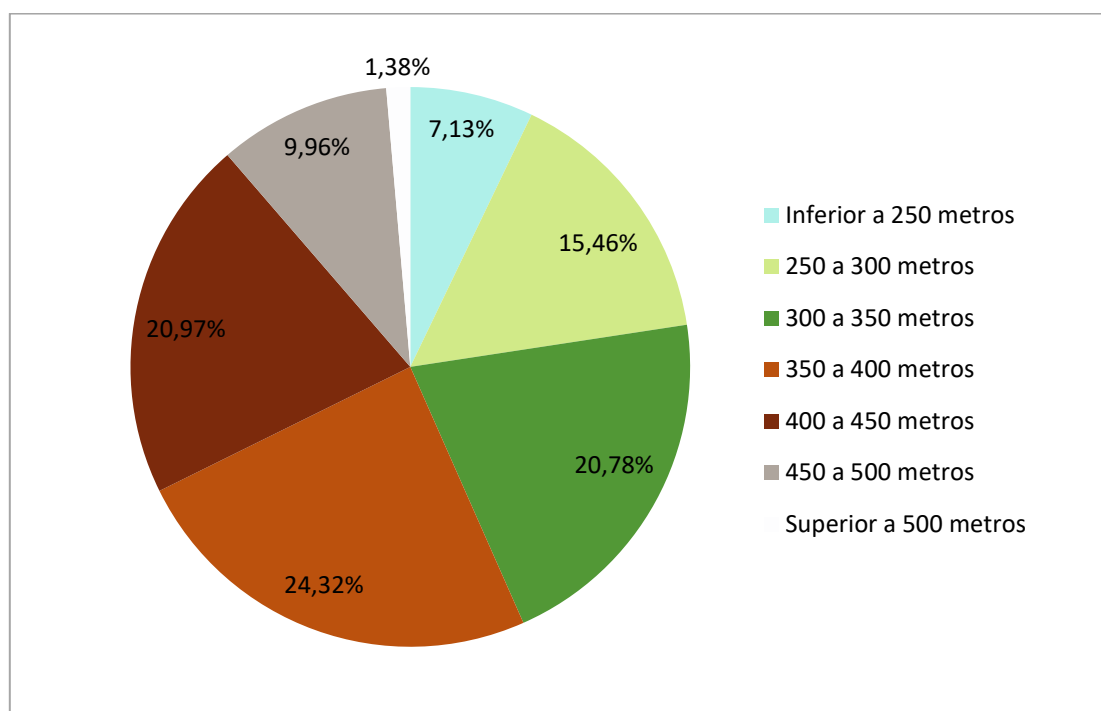
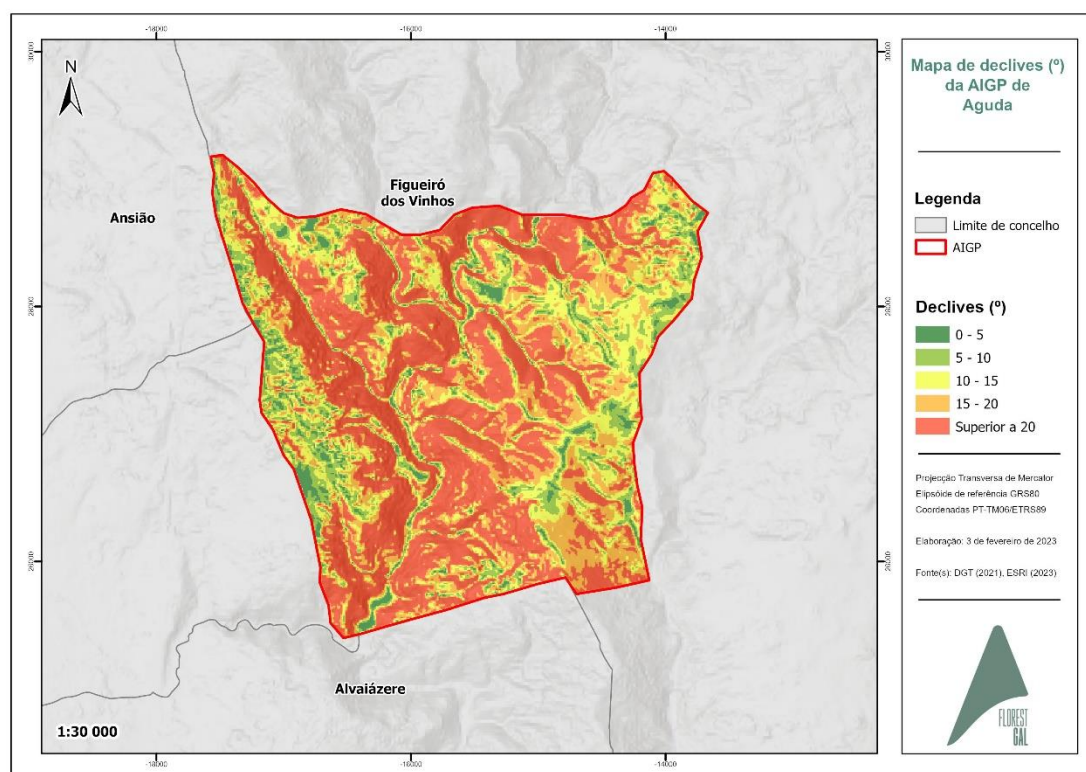


Gráfico A.2.5 - Área ocupada por classe hipsométrica (%)

b.3. Declives

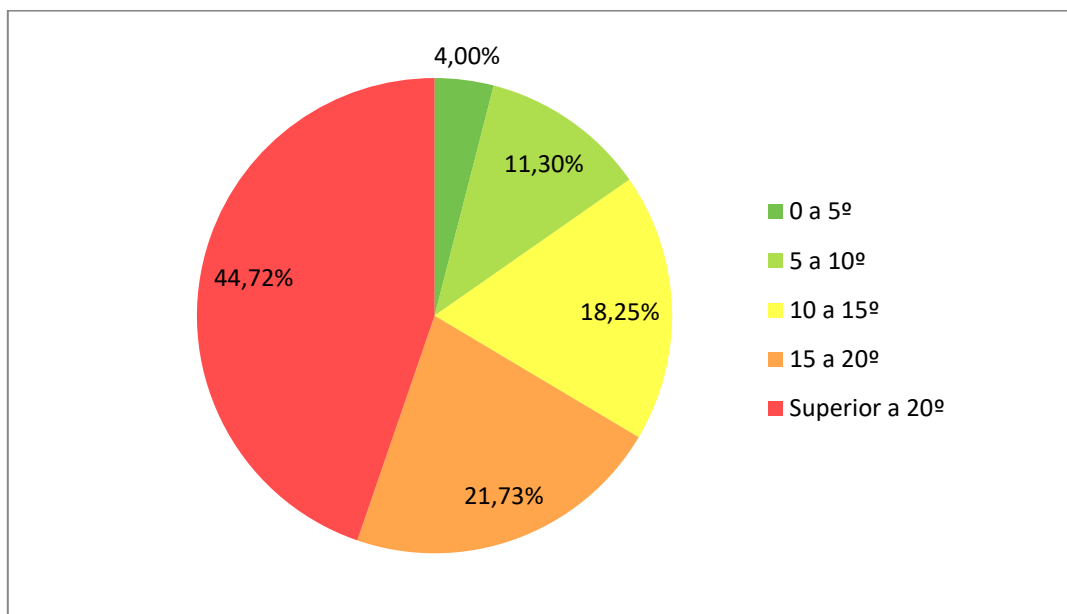
O declive é uma das características topográficas que mais condiciona o comportamento dos incêndios rurais, exercendo uma influência considerável sobre a velocidade de propagação. Deste modo, quanto mais inclinada for a vertente, maior será a velocidade de um fogo ascendente de encosta, assim como o comprimento da sua chama (Silva *et al*, 2002). As correntes de vento ascendentes e a inclinação natural das chamas sobre os combustíveis facilitam a transferência de energia por convecção na frente do fogo (Serra *et al*, 2006). No entanto a influência do declive no comportamento do fogo é variável consoante a carga de combustível, e o nível de complexidade do relevo. O incremento da velocidade de propagação do fogo com o declive deve-se ao facto de os combustíveis situados a montante da frente das chamas estarem secos (disponíveis) e serem previamente aquecidos até à temperatura de ignição.

Figura A.2-3 - Mapa de Declives da AIGP de Aguda



Para a caracterização desta variável procedeu-se a uma agregação dos dados em 5 classes. O cálculo dos declives é um elemento de análise do terreno indispensável para análise da dinâmica do meio físico, sendo um dos indicadores indispensáveis ao planeamento.

Relativamente à distribuição da área ocupada por classe de declives, de referir que a classe com maior representatividade é a dos declives superiores a 20 graus (44,72% do total da AIGP). Segue-se a classe dos 15 aos 20 graus (21,73%). A classe de declives com menor área ocupada é a classe dos 0 aos 5 graus, com apenas 4%.

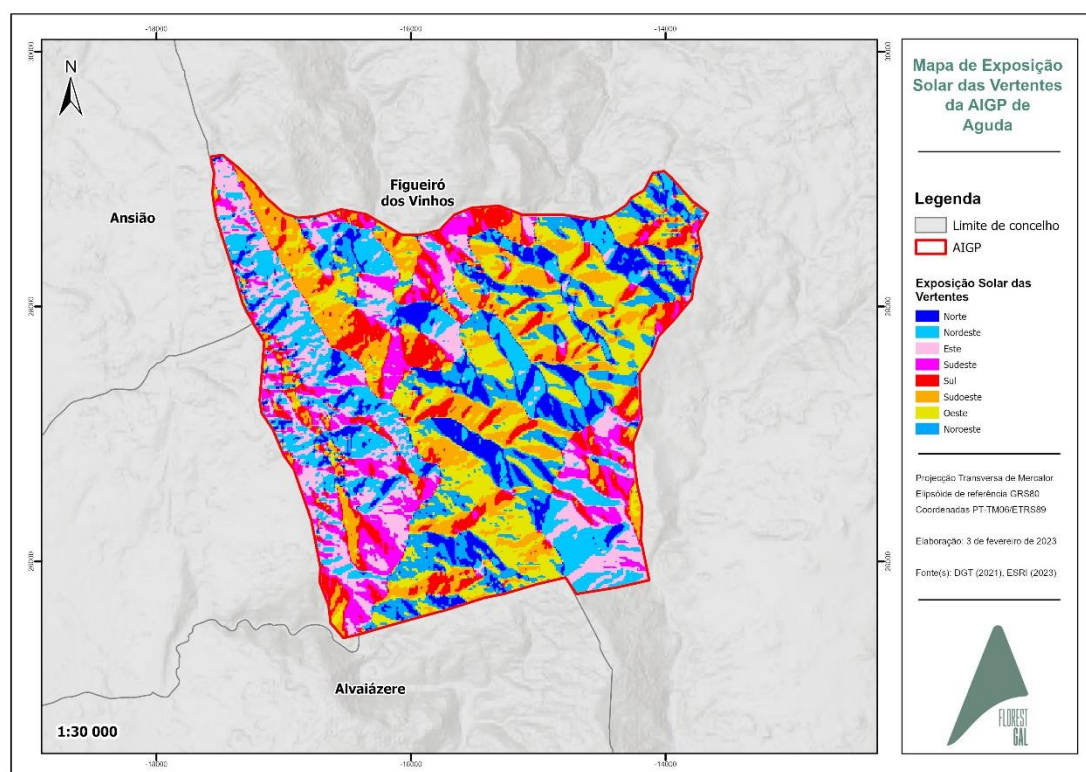
Gráfico A.2.6 - Área ocupada por classe de declive (%)

b.4. Exposição

A exposição das vertentes é outro dos fatores considerados como relevantes para a propagação dos incêndios rurais, pois ela relaciona-se essencialmente com a quantidade de insolação, ou até mesmo com o vento e a humidade. A quantidade de radiação solar recebida varia consoante a exposição. Assim, o microclima, sobretudo humidade relativa, a temperatura e a direção dos ventos varia localmente (zonas quentes e zonas frias), o que determina a existência ou predominância de algumas espécies florestais.

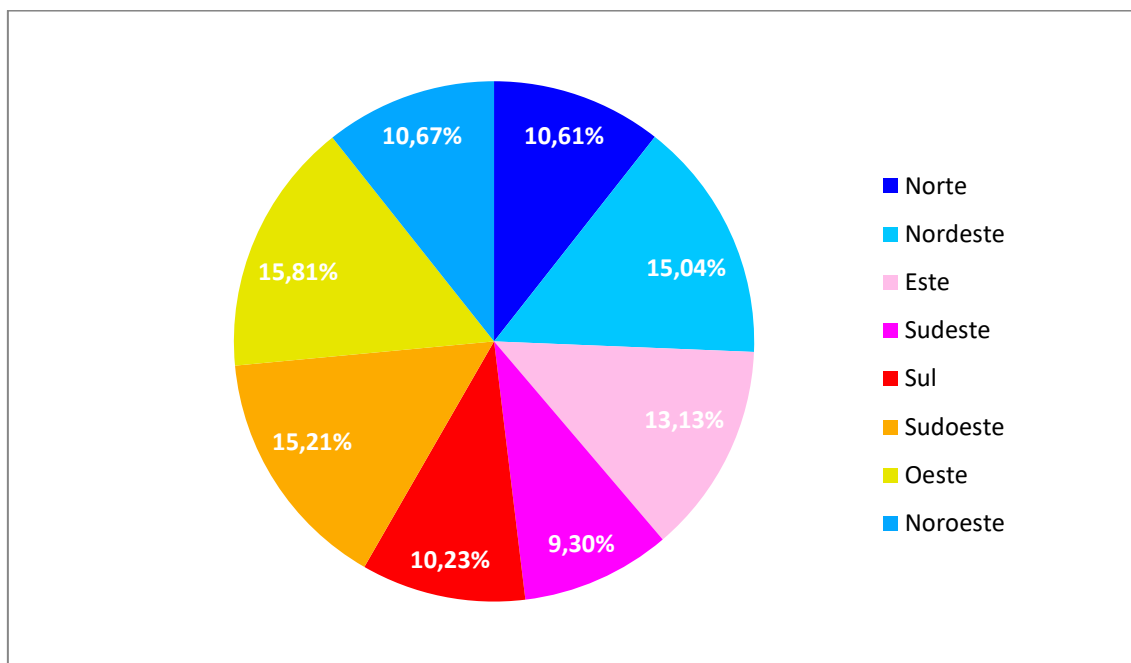
As vertentes voltadas a sul e sudoeste apresentam normalmente condições mais favoráveis à propagação dos incêndios rurais, uma vez que os combustíveis estão sujeitos a maior radiação solar incidente (menor teor de humidade) e o ar é também mais seco.

Figura A.2-4 - Mapa de exposição solar das vertentes



Quanto à distribuição da área ocupada por orientação das vertentes, verifica-se que as vertentes orientadas a Oeste (15,81%) são aquelas com maior representatividade no território, em oposição, às vertentes voltadas a Sudeste 9,30%. As vertentes orientadas a Sudeste, Sul e Sudoeste apresentam, normalmente, condições mais favoráveis à propagação dos incêndios rurais devido à maior quantidade de radiação solar incidente. Estas representam no seu conjunto um total de 34,74% da área de intervenção.

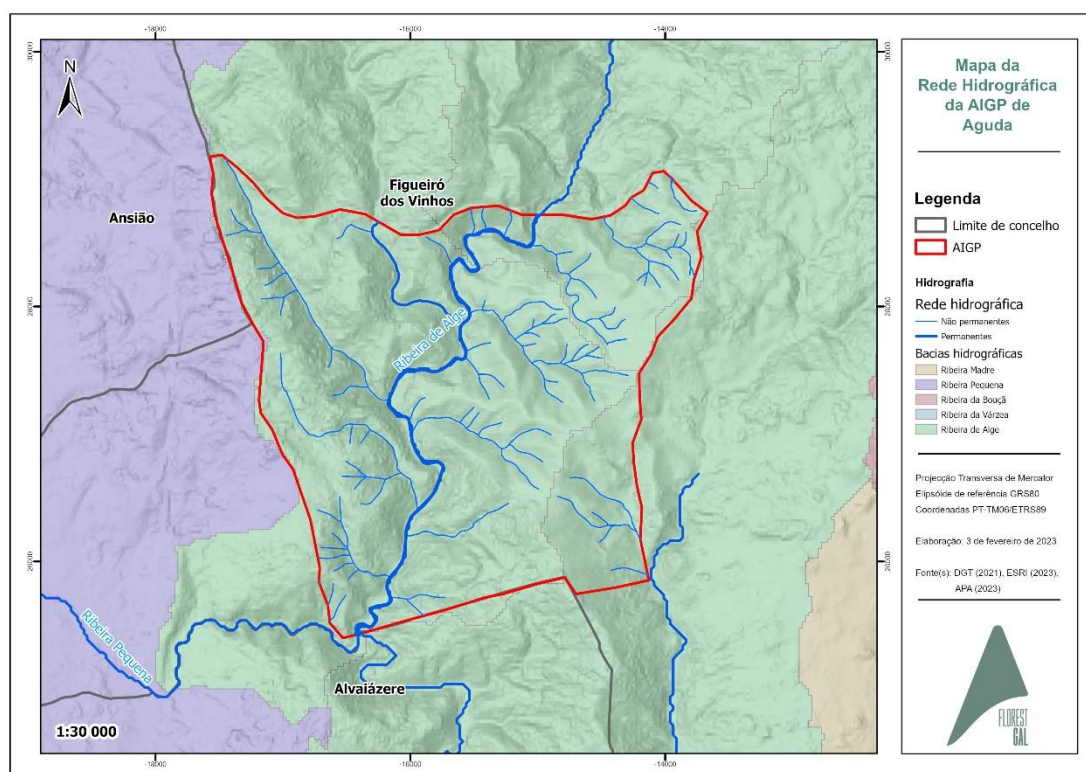
Gráfico A.2.7 - Área ocupada por exposição de vertente (%)



b.5. Hidrografia

A área da AIGP de Aguda encontra-se inserida na bacia hidrográfica da Ribeira de Alge. Como principais cursos de água destacam-se aqui a Ribeira de Alge e a Ribeira Pequena. Estes cursos de água principais, assim com o um conjunto de cursos de água não permanentes, assumem de forma indireta uma importância estratégica, ao criar condições naturais para o desenvolvimento de galerias ripícolas com folhosas de reduzida combustibilidade que servem de barreira à progressão dos incêndios rurais. Assumem ainda vital importância ecológica pela biodiversidade das espécies quer da fauna quer da flora dos estratos arbustivos e subarbustivos.

Figura A.2-5 - Mapa da Rede hidrográfica



b.6. Solos

Os solos constituem um fator determinante no planeamento e gestão florestal, pelo que o conhecimento das suas características é indispensável para a determinação da sua aptidão cultural. Estes possuem influência na adaptabilidade das diferentes espécies florestais, assim como desempenham um importante papel na oferta dos diferentes serviços de ecossistema.

A identificação dos solos, foi efetuada com base na carta dos solos do Atlas do Ambiente. Através da sua análise podemos verificar a área de intervenção é composta pelos seguintes tipos de solos:

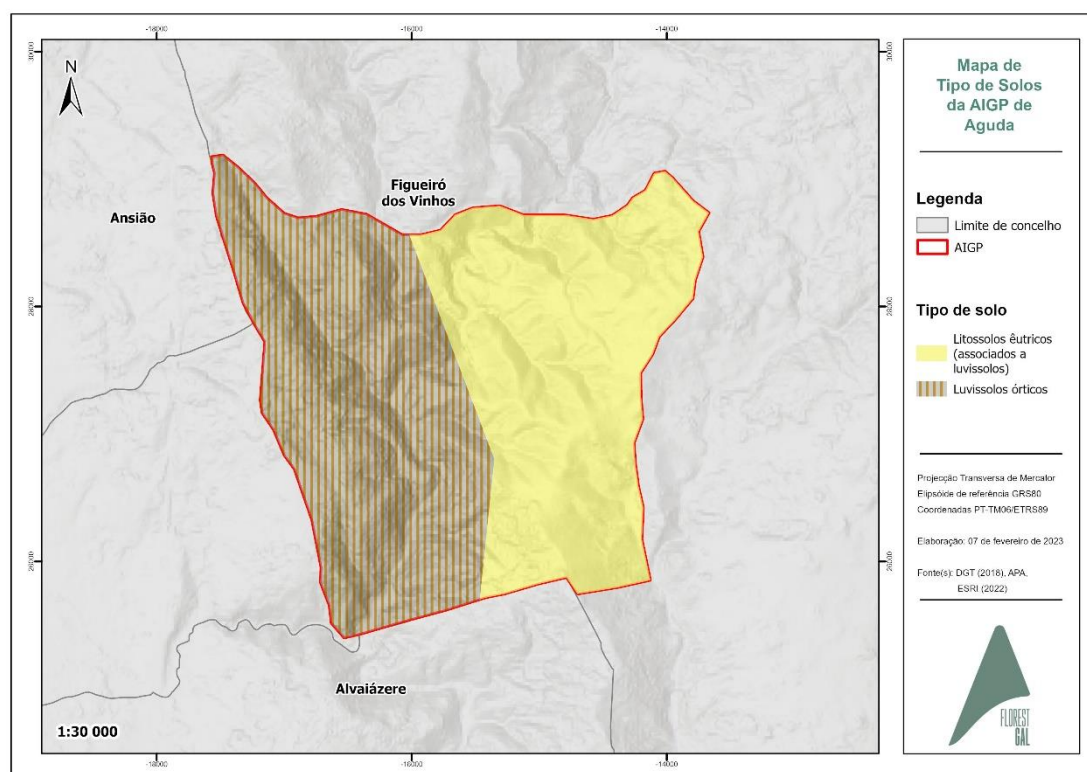
- Litossolos: Litossolos Êutricos (49,12%)
- Luvisolos: Luvisolos Órticos (50,88%)

No que diz respeito aos Litossolos, estes caracterizam-se por solos pouco profundos que assentam diretamente sobre rocha-mãe. Este tipo de solos, não têm

estrutura, são esqueléticos e possuem pouca matéria orgânica. São solos típicos de zonas montanhosas, geralmente sujeitas a um forte processo erosivo.

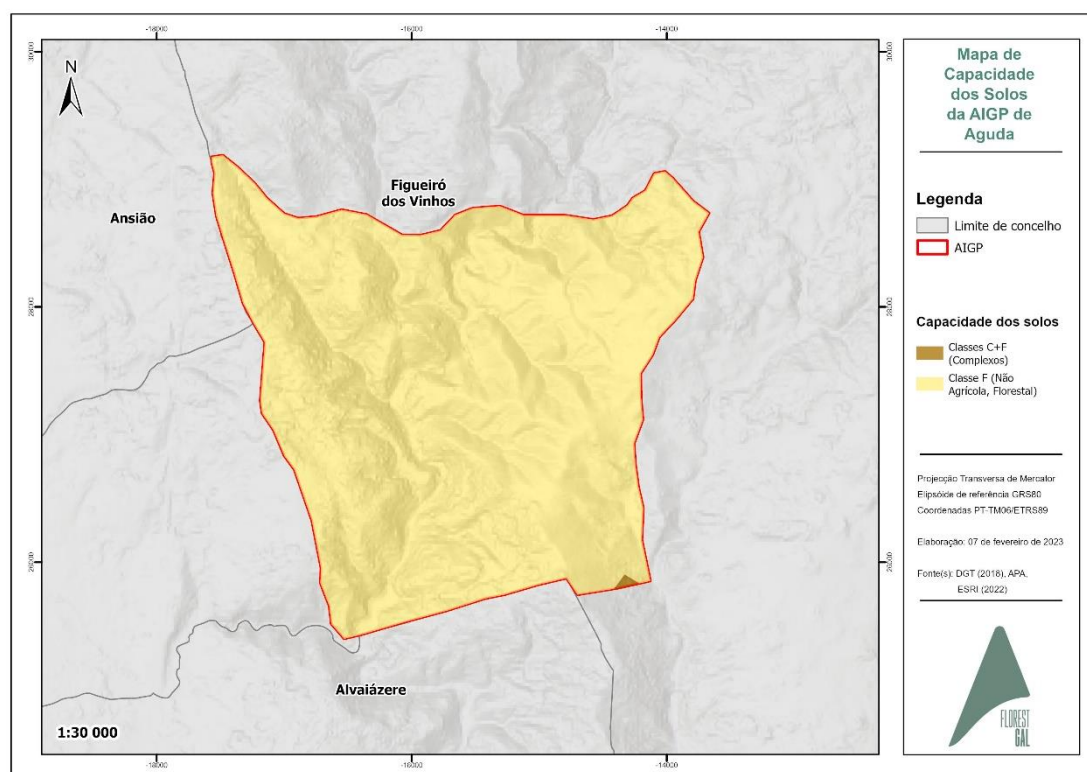
Relativamente aos Luvisolos, estes correspondem a solos constituídos por material mineral e caracterizam-se por possuírem um horizonte subsuperficial mais enriquecido em argila do que o horizonte A, característica designada por gradiente textural. São por norma solos férteis, com uma estrutura desenvolvida.

Figura A.2-6 - Mapa de Tipos de solo



No que se refere à aptidão dos solos da área de intervenção, verifica-se que a quase totalidade da área (99,90%) é composta por solos com aptidão florestal, Classe F. Apenas 0,10% do território apresenta uma aptidão complexa (Classe C+F).

Figura A.2-7 - Mapa da Capacidade dos solos



a) Ocupação do solo

A área da AIGP de Aguda, com 942,60 ha, é na sua maioria ocupada por espaços florestais (92,45%), correspondendo a um total de 871,48 ha, sendo que 92,12% desta ocupação corresponde a floresta e 0,33% a incultos. A Agricultura representa 5,88% da área, com 55,42 ha, as Áreas Sociais representam 1,49% com 14,02 ha e os Improdutivos representam apenas 0,18%.

Tabela A.2.2 – Evolução da ocupação do solo (ha)

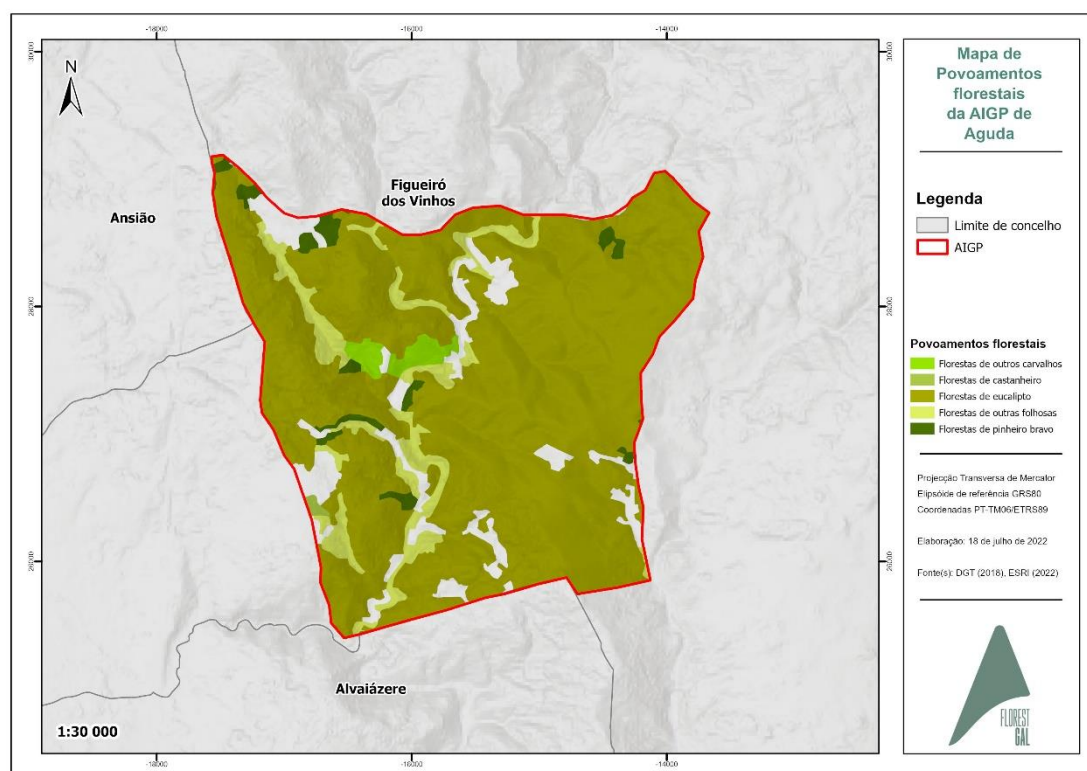
Ocupação do solo	1995	2007	2010	2015	2018	Variação (1995-2018)	
						Área (ha)	%
Floresta	833,86	863,82	868,33	868,33	868,33	34,47	4,13
Incultos	32,91	7,66	3,15	3,15	3,15	-29,76	-90,43
Agricultura	60,96	55,42	55,42	55,42	55,42	-5,54	-9,09
Áreas sociais	13,18	14,02	14,02	14,02	14,02	0,84	6,37
Improdutivos	1,68	1,68	1,68	1,68	1,68	0	0,00

Fonte: DGT (2023)

Através da análise da evolução da ocupação do solo (1995-2018), podemos verificar que se tem registado uma relativa estabilidade nos grandes grupos de ocupação do solo, com clara predominância da ocupação florestal, que em média representou 91% da ocupação do solo. Verificaram-se algumas variações, designadamente um aumento da área ocupada por povoamentos florestais, tendo-se verificado um aumento de 34,47 ha, e uma redução da área ocupada por incultos. No período considerado, verificou-se uma diminuição das áreas agrícolas, com uma redução de 5,54 ha.

Os povoamentos florestais com maior expressão são os povoamentos de eucalipto, que representam 80,36% da área da AIGP. A segunda classe mais representativa é a floresta de outras folhosas (7,63%). Os povoamentos florestais, principalmente folhosas, localizam-se em linhas de água, prestando um importante contributo na compartimentação do espaço florestal.

Figura A.2-8 - Mapa de povoamentos florestais

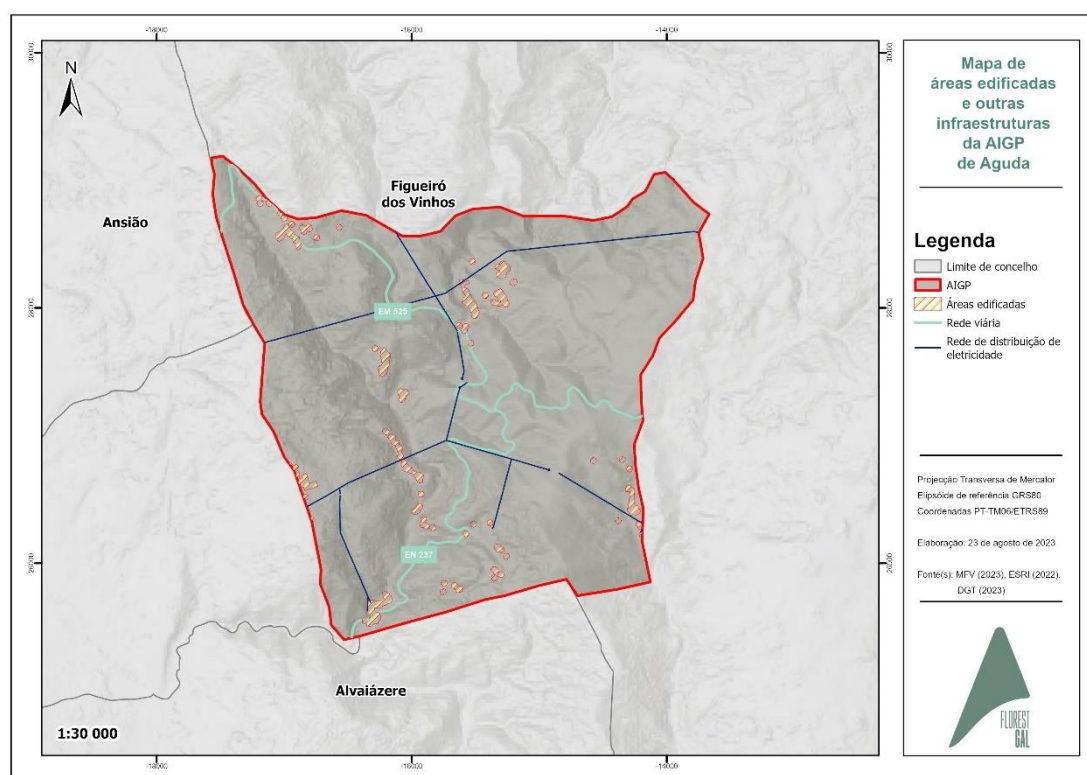


b) Áreas edificadas e infraestruturas

Na área da AIGP de Aguda podemos verificar a existência de alguns núcleos residenciais ($\Rightarrow$ 10 Edifícios), associados aos lugares de Aguda, Azeitão, Ponte de São Simão, Ribeira de Alge e Saonda. Estes núcleos habitacionais são complementados por um conjunto de edifícios dispersos.

No que se refere a outras infraestruturas relevantes, destaca-se a rede rodoviária (EN 237 e EM525), assim como a rede de distribuição de energia em média e alta tensão.

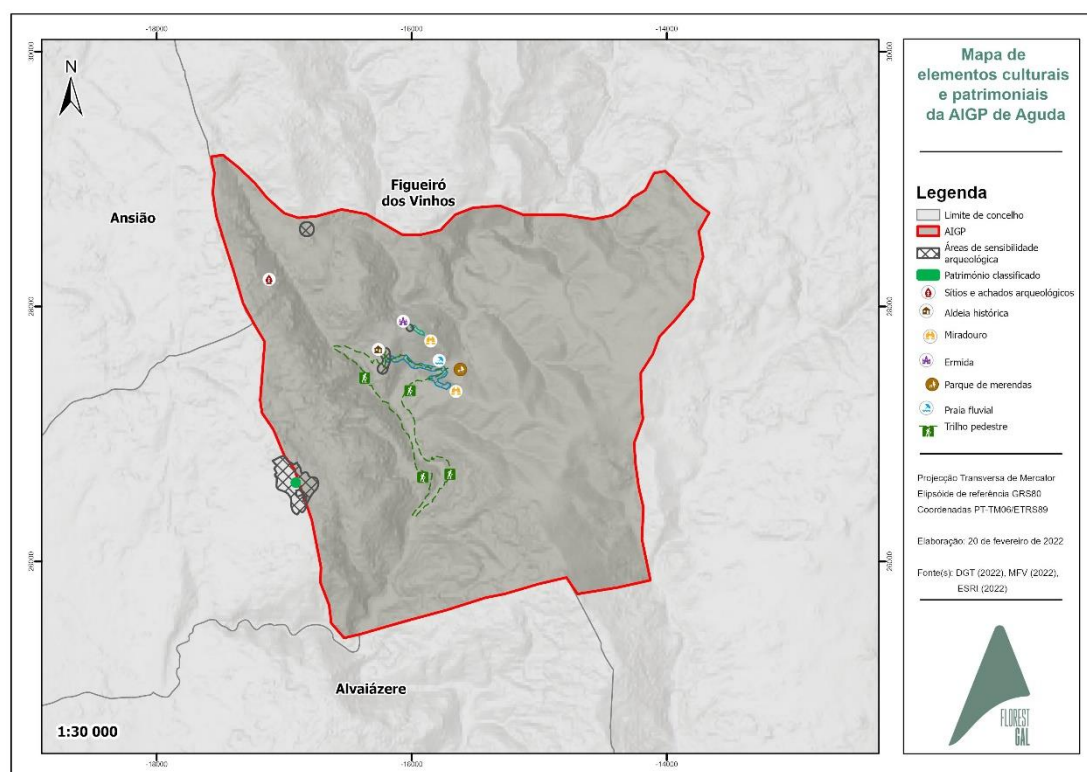
Figura A.2-9 - Mapa de Áreas edificadas e infraestruturas



c) Elementos patrimoniais e culturais

Na área de intervenção, assim como na sua área envolvente, verifica-se a existência de valores patrimoniais históricos e culturais que valorizam a área em estudo, pelo que devem ser considerados na proposta de alteração da paisagem. As opções de gestão devem atender a sua existência, pelo que as práticas silvícolas devem dedicar uma atenção especial de forma a evitar a sua degradação ou desaparecimento.

Figura A.2-10 - Mapa de Elementos patrimoniais e culturais



Na área da AIGP destaca-se ao nível do património histórico um conjunto de áreas de sensibilidade arqueológica de capelas e igrejas de construção até meados do séc. XIX, de núcleos e aglomerados urbanizados desde a idade média e de outros imóveis de referência. Na área envolvente dos limites da área de intervenção, verifica-se a existência de um imóvel classificado de interesse público (Pelourinho de Aguda) e de acordo com a legislação em vigor, este encontra-se abrangido por uma zona de proteção de 50 metros, a qual procura minimizar os impactos negativos para a sua preservação na área envolvente. Ao nível do património histórico destaca-se a Aldeia Casal de São Simão, a qual pertence ao conjunto das Aldeias de Xisto. Construída essencialmente em quartzito, esta aldeia encontra-se situada na crista quartzítica que dá origem às Fragas de São Simão. Situada no Monte de São Simão a Ermida de São Simão é outro dos locais em destaque. A sua construção, data do século XV e representa um exemplo arquitetónico do estilo Gótico.

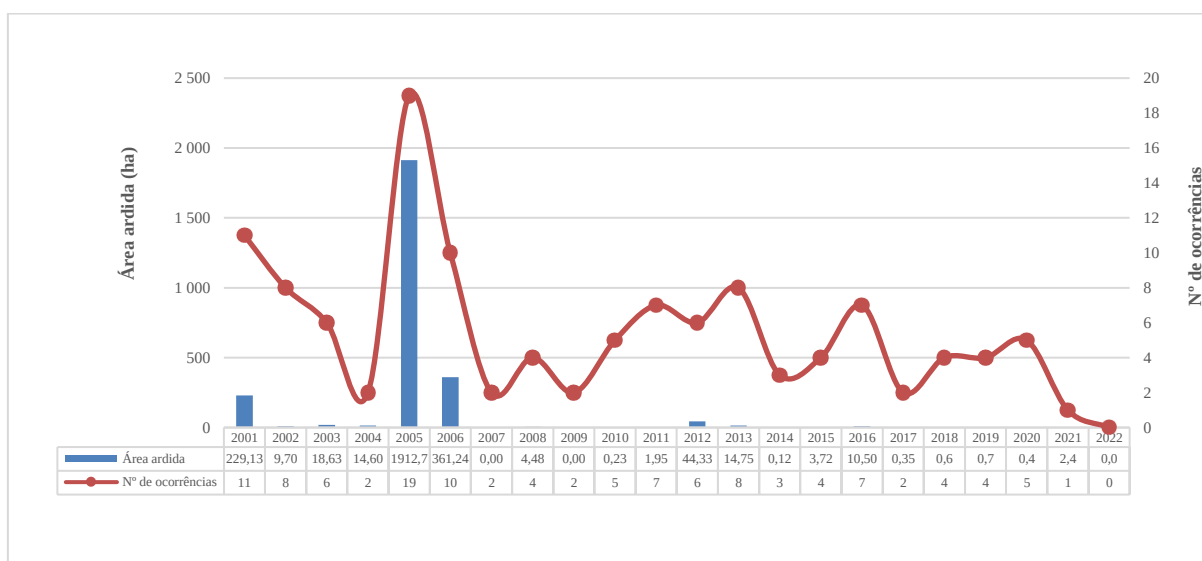
Para além do património cultural, o conjunto de elementos paisagísticos é parte integrante do património da região, pelo que devem ser valorizados e geridos no sentido

de potenciar um foco atratividade. Neste âmbito destaca-se a paisagem envolvente à Ribeira de Alge, com destaque para as Fragas de São Simão. Este património paisagístico é complementado por um conjunto de ofertas recreativas, na sua área envolvente, nomeadamente a praia fluvial das Fragas de São Simão, os passadiços das Fragas de São Simão e da Ermida de São Simão, assim como o percurso pedestre PR1 FVN Caminho do Xisto de Casal de São Simão – Descida às Fragas. Ao longo deste percurso é possível contemplar importantes áreas naturais, com a presença de vegetação muito próxima daquela que seria a vegetação climácica, vestígios de Laurissilva.

d) Fogos rurais

No período compreendido entre 2001 e 2022 registaram-se, segundo os dados disponibilizados pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, um total de 120 incêndios na freguesia da Aguda. Neste conjunto destacam-se os anos de 2001 e 2005, como aqueles em que se verificou um maior número de incêndios, contabilizando-se 11 e 19 ocorrências respetivamente. No sentido inverso encontra-se o ano de 2021, como aquele em que se verificou um menor número de incêndios, com 1 ocorrência e o ano de 2022, sem qualquer tipo de registo.

Gráfico A.2.8 - Distribuição anual da área ardida e do nº de ocorrências (2001-2022)

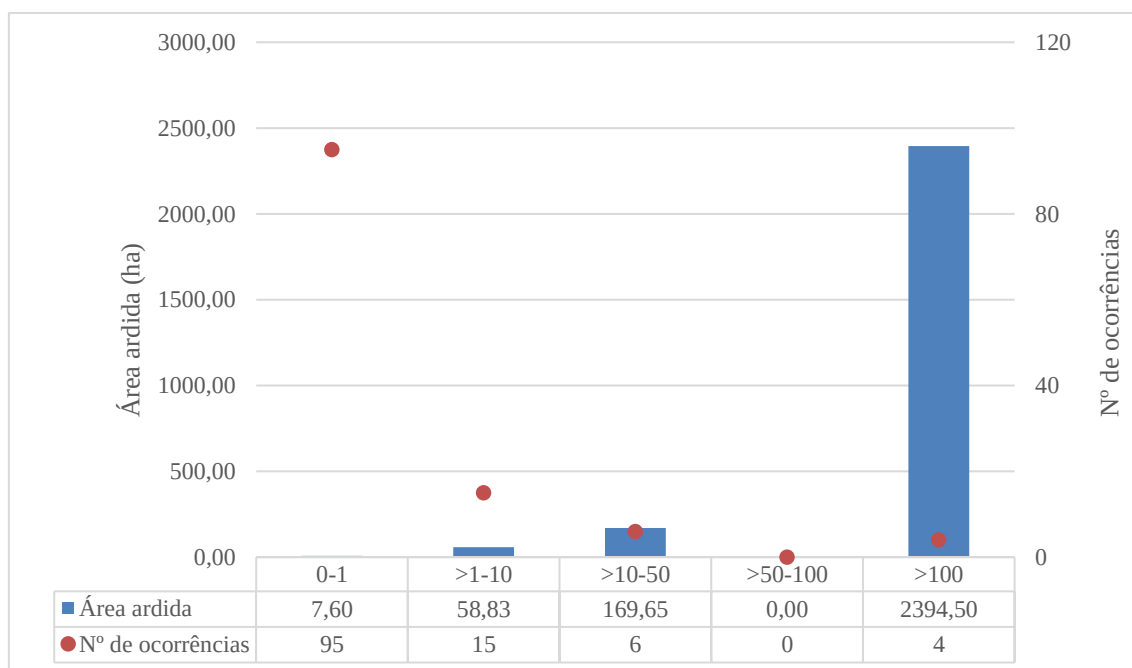


Fonte: SGIF (03/02/2023).

No que se refere à área ardida, no período de referência, foram consumidos pelas chamas cerca de 2 630,58 ha de espaços rurais. Relativamente ao ano em que se verificou maior área ardida, o ano de 2005 destaca-se claramente, com 1 912,71 ha consumidos pelas chamas.

A análise dos incêndios por classe de extensão demonstra que a existência de muitas ocorrências não é sinónimo de muita área ardida, verificando-se mesmo uma tendência proporcionalmente inversa entre a frequência e a extensão dos incêndios. Deste modo, podemos observar que a ocorrência de fogachos (menos de 1 ha) é significativa, contabilizando-se 95 ocorrências, que representam 79,17% do número de ocorrências e são responsáveis apenas por 0,29% do total da área ardida.

Gráfico A.2.9 - Distribuição da área ardida e do n.º de ocorrências por classe de extensão (2001-2022)



Fonte: SGIF (03/02/2023).

Os grandes incêndios (> 100ha) representam apenas 3,33% das ocorrências, mas são responsáveis por cerca de 91,03% da área ardida. Uma classe que interessa aqui destacar refere-se às ocorrências com uma extensão de 10 a 50 ha, já que contribuem com 5% das ocorrências e 6,45% da área ardida.

Na Figura A.2-11, estão representados os pontos prováveis de início de ignições na AIGP de Aguda, e na envolvente. Na sua análise conclui-se que o maior número de ocorrências, concentram-se nos lugares de Aguda, Almofala, Casal de São Simão, Fato e Olival.

Figura A.2-11 - Mapa dos Pontos prováveis de início

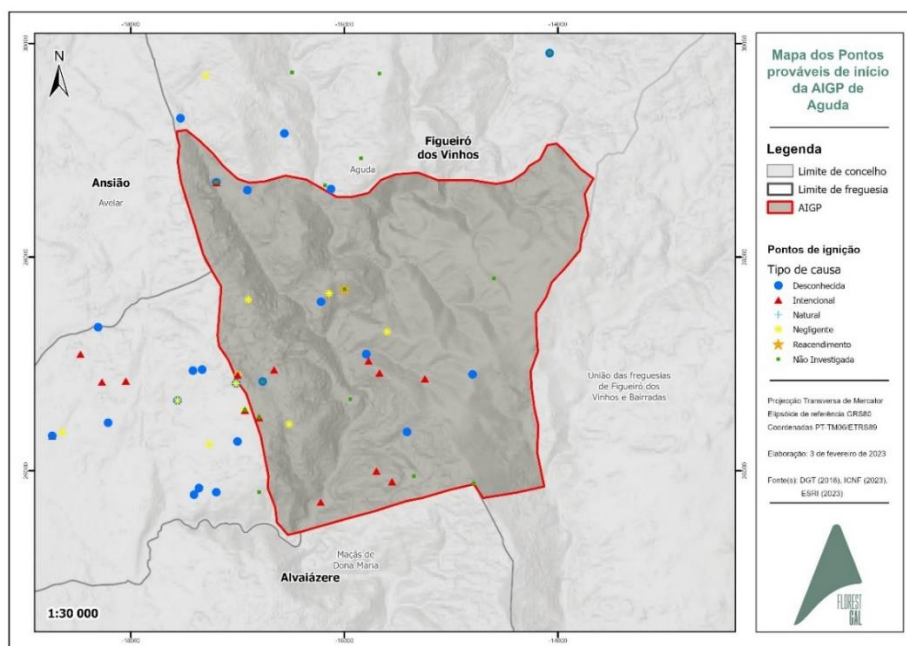


Figura A.2-12 - Mapa dos Pontos prováveis de início (Cluster de pontos)

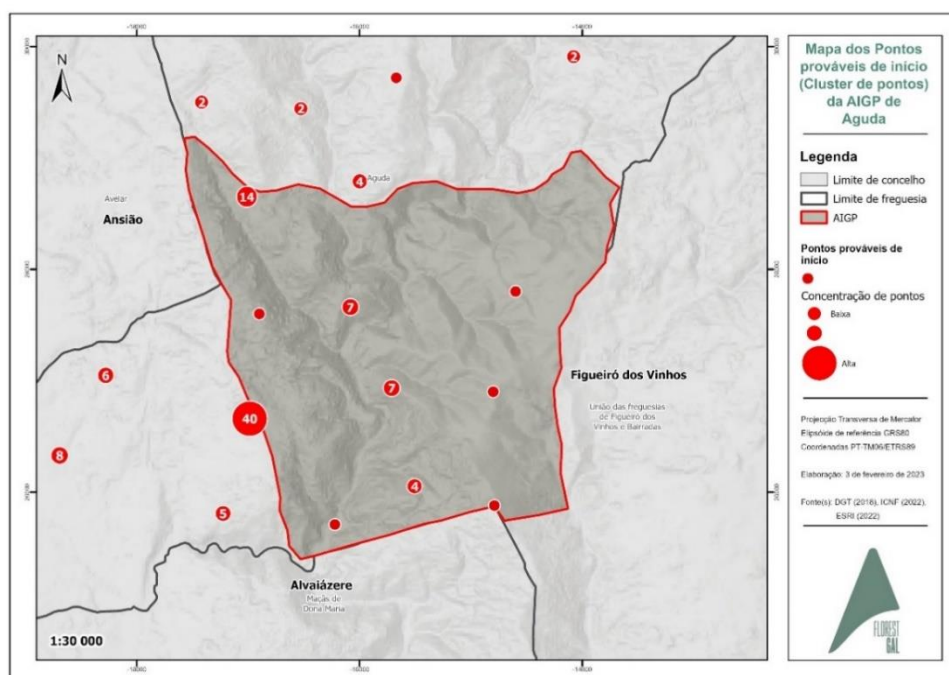


Tabela A.2.3 – Número total de ocorrências e área ardida por causa dos incêndios

	Desconhecida	Intencional	Não investigada	Natural	Negligente	Reacendimento	Total
N.º de ocorrências	34	27	35	1	22	1	120
Área ardida (ha)	368,24	1 063,31	16,67	0,012	1 182,35	0,002	2 630,58

Fonte: SGIF (03/02/2023).

Após análise da tabela anterior, e de acordo com a informação do ICNF, conclui-se que na freguesia da Aguda, a maior parte dos incêndios são por causa Intencional (27), seguidos da causa Negligente (22). Das 120 ocorrências não foi possível apurar causa em 34 ocorrências e não foram investigadas 35.

Através da análise da cartografia das áreas ardidas podemos verificar que no período compreendido entre 1990-2021, a área da AIGP de Aguda registou uma área ardida de 1 834,20 ha, com uma média de 57,32 ha/ano. Na maior parte dos casos estas arderam entre 2 a 3 vezes (64,6%), contudo existe algumas manchas que arderam 4 ou mais vezes (2,9%).

Figura A.2-13 - Mapa das áreas ardidas

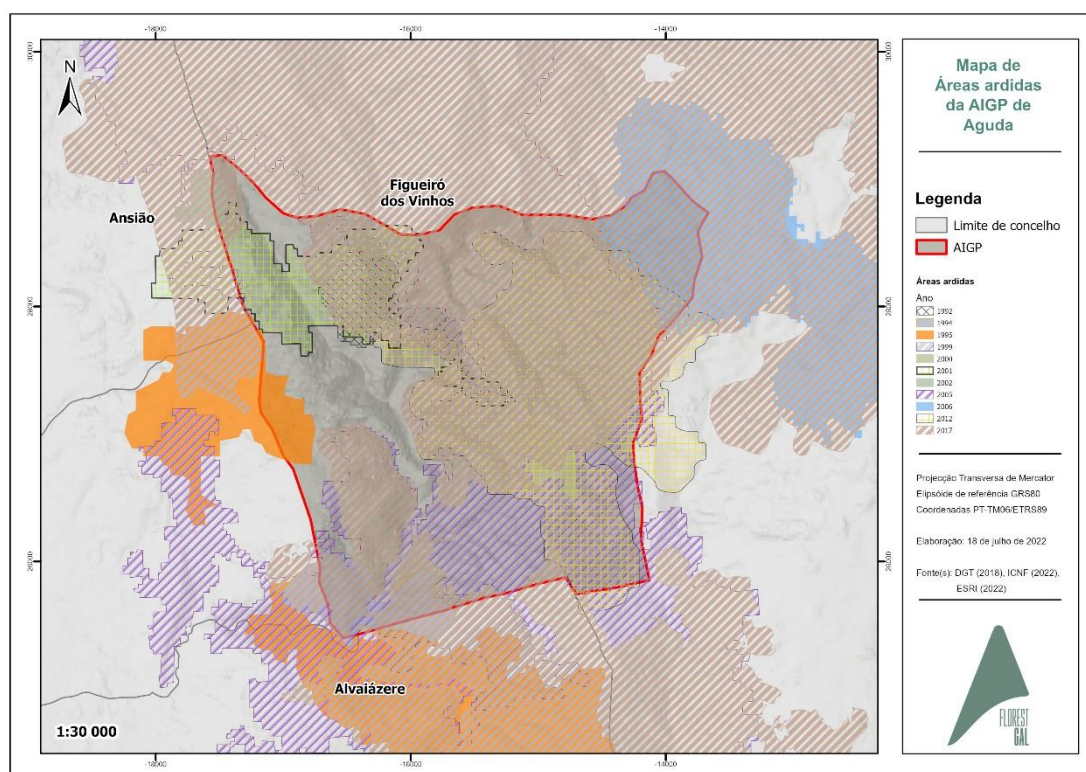
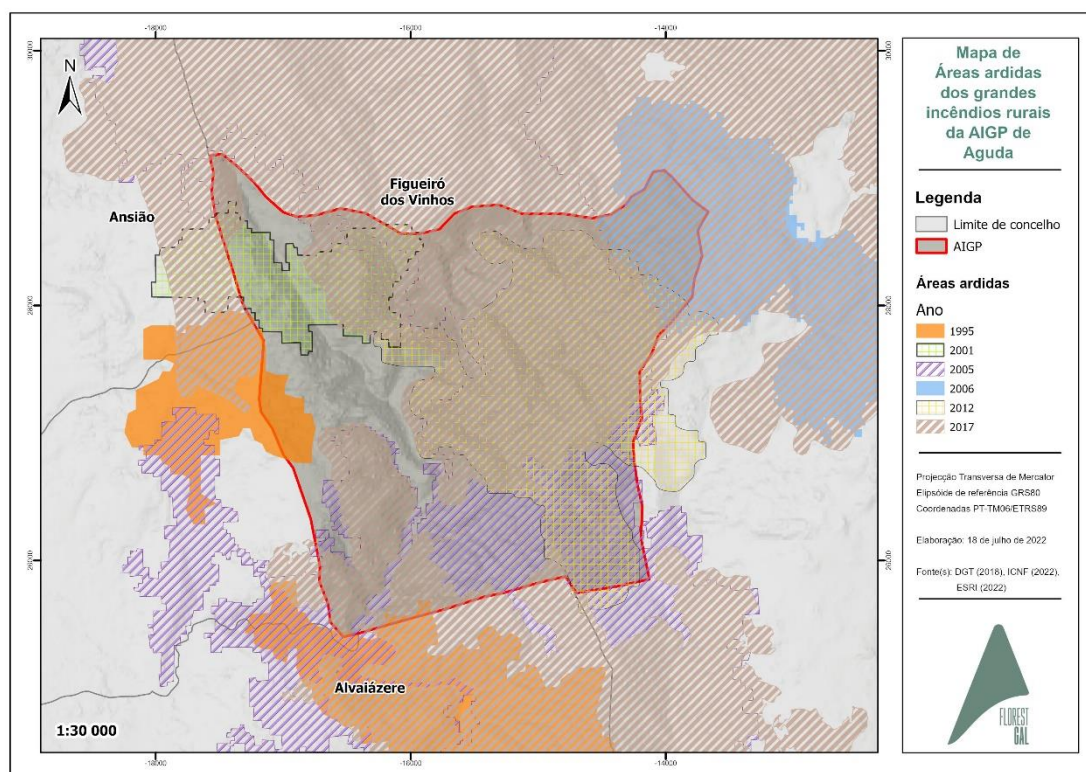


Figura A.2-14 - Mapa das áreas ardidas dos grandes incêndios rurais

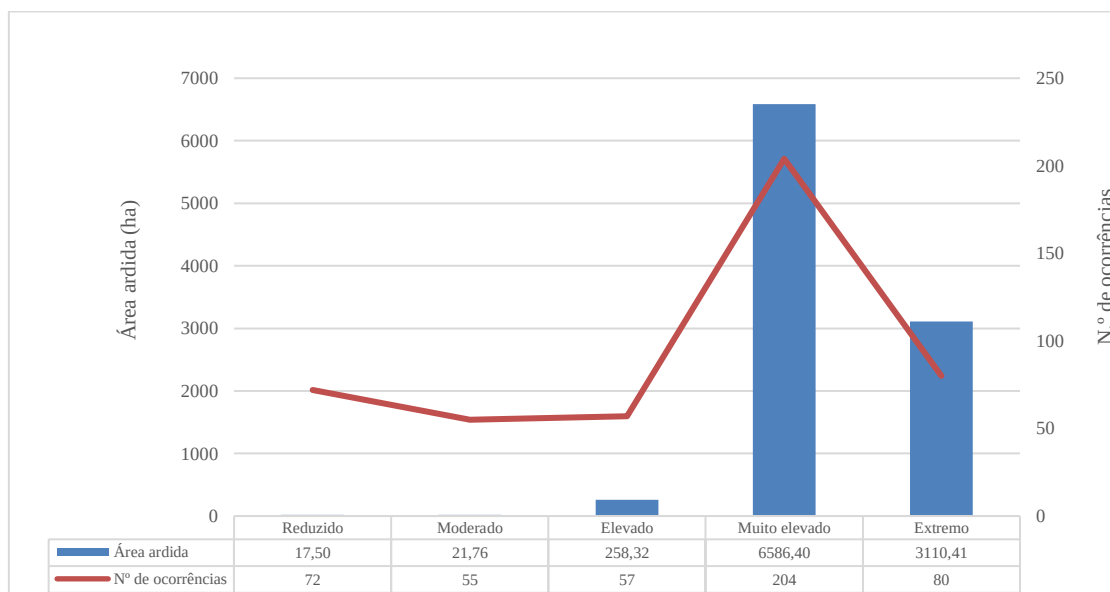


No período considerado, verificou-se a ocorrência de 4 grandes incêndios (> 100 ha), que resultaram em 1 622,40 ha, que significa 88,45% do total da área ardida no período em análise.

No gráfico seguinte podemos observar a forma como as ocorrências de incêndios rurais se distribuem pelas classes de FWI no período compreendido entre 2001-2022, para o concelho de Figueiró dos Vinhos. Através da sua análise podemos verificar que as classes muito elevado e extremo concentram mais de metade do total do n.º de ocorrências (60,68%), destaca-se aqui a classe muito elevado que é responsável por 43,59% das ocorrências.

No que se refere às áreas ardidas são as classes mais elevadas (muito elevado e extremo), aquelas que concentram uma maior percentagem de área ardida com 97,02% do total, em que a classe FWI extremo engloba 31,12% da área ardida.

Gráfico A.2.10 - Distribuição da área ardida e do n.º de ocorrências pelas classes de FWI



Fonte: SGIF (03/02/2023).

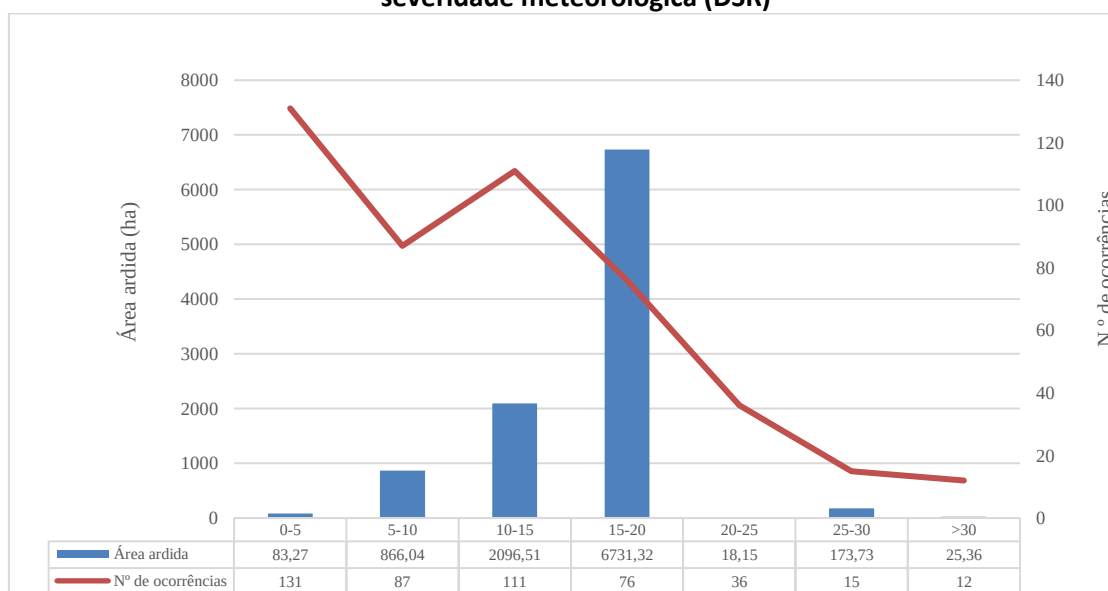
Para avaliar a relação das condições meteorológicas associadas aos incêndios recorre-se à análise do Índice de Severidade Diário (DSR) – calculado a partir do índice meteorológico de perigo de incêndio (FWI - Fire Weather Index) - que pretende representar a dificuldade de controlo de um incêndio rural, estando diretamente

associado ao esforço requerido para a sua supressão, quanto mais elevado for o valor atingido, maior é a dificuldade de supressão. Os valores de DSR elevados correspondem a níveis de severidade meteorológica elevada, geralmente caracterizados por temperaturas elevadas, vento forte, ausência de precipitação e humidade relativa baixa.

O gráfico seguinte apresenta a distribuição do n.º de incêndios rurais e respetiva área ardida por classes de severidade meteorológica. Através da sua análise podemos concluir que os incêndios que ocorrem na classe de DSR 0-5 são mais frequentes (27,99%), verificando-se a partir desta classe uma tendência decrescente.

No que se refere à área ardida, verifica-se que é na classe de DSR 15-20 que se concentra uma maior área ardida (67,35%).

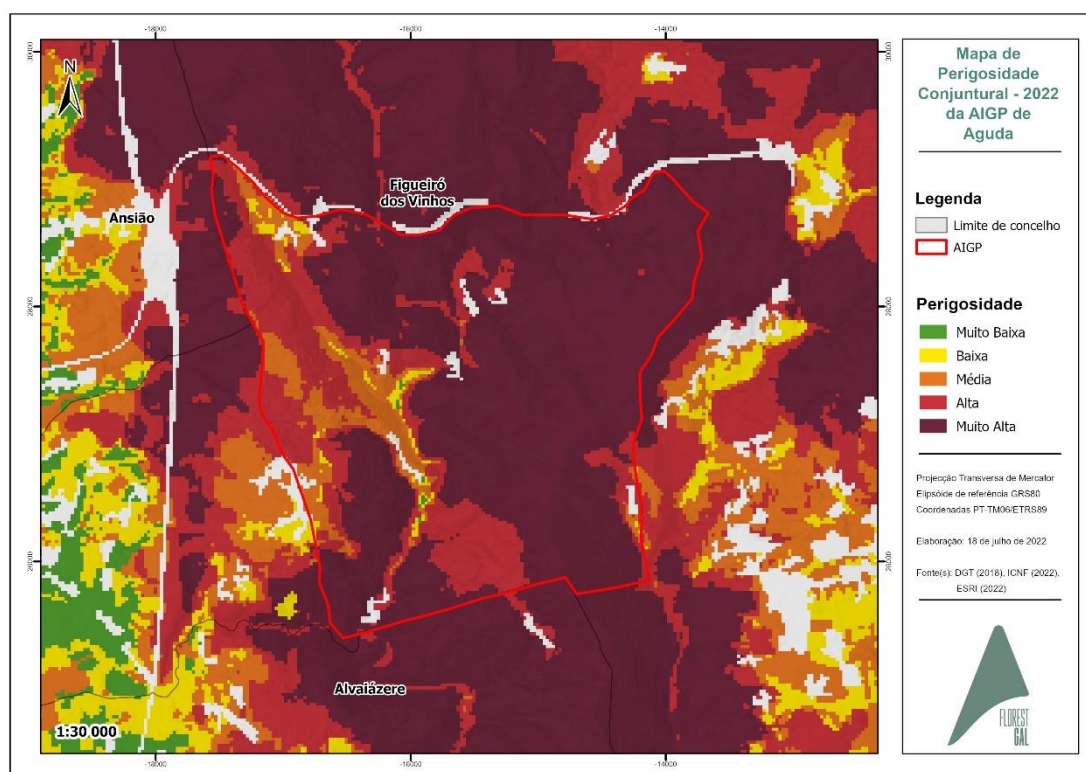
Gráfico A.2.11 - Distribuição da área ardida e do n.º de ocorrências pelas classes de severidade meteorológica (DSR)



Fonte: SGIF (03/02/2023).

Analisando a perigosidade de incêndio rural, verifica-se que a área de intervenção se encontra quase na sua totalidade classificada nas classes mais elevadas de perigosidade (Alta e Muito alta).

Figura A.2-15 - Mapa de Perigosidade conjuntural - 2022



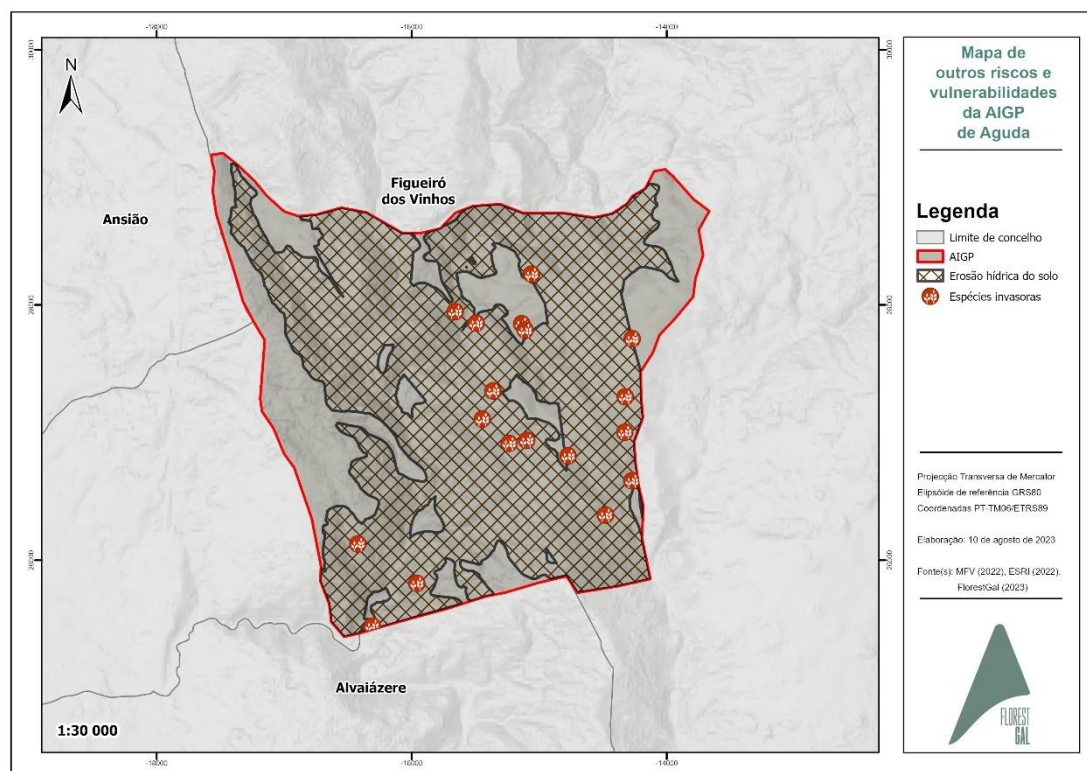
e) Outros riscos e vulnerabilidades

A existência de invasoras lenhosas constitui uma das principais ameaças à biodiversidade, colocando em causa a preservação dos valores naturais existente no território, assim como os serviços prestados pelos ecossistemas. O rápido desenvolvimento e proliferação destas espécies traduz-se numa ameaça para as espécies nativas, atendendo ao facto de conseguirem competir de um modo mais eficaz pelos recursos disponíveis.

A presença de espécies invasoras acarreta impactos negativos para o território, nomeadamente: perdas consideráveis na produção florestal e agrícola, custos significativos com medidas de controlo e erradicação, diminuição da disponibilidade de água, alteração da composição do solo e competição com espécies autóctones.

Na área da AIGP de Aguda, através do trabalho de campo efetuado, foram identificadas algumas áreas com a presença de acácia spp, ailantos (*Ailanthus altissima*), háqueas (*Hakea sericea*), mimosas (*Acacia dealbata*) e robínia (*robinia pseudoacacia* L.).

Figura A.2-16 - Mapa de outros riscos e vulnerabilidades



As áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo, constituem uma tipologia que integra a Reserva Ecológica Nacional (REN), e são as áreas que devido às suas características de solo e de declive, estão sujeitas à erosão excessiva de solo por ação do escoamento superficial.

Os processos de erosão do solo encontram-se diretamente relacionados com as características do território (topografia, declive, vegetação), assim como aos efeitos das ações de alteração do coberto vegetal, das atividades agrícola e florestal ou dos incêndios rurais. Neste sentido, importa identificar as áreas com maior risco de erosão, para apoio à definição de estratégias de proteção a adotar.

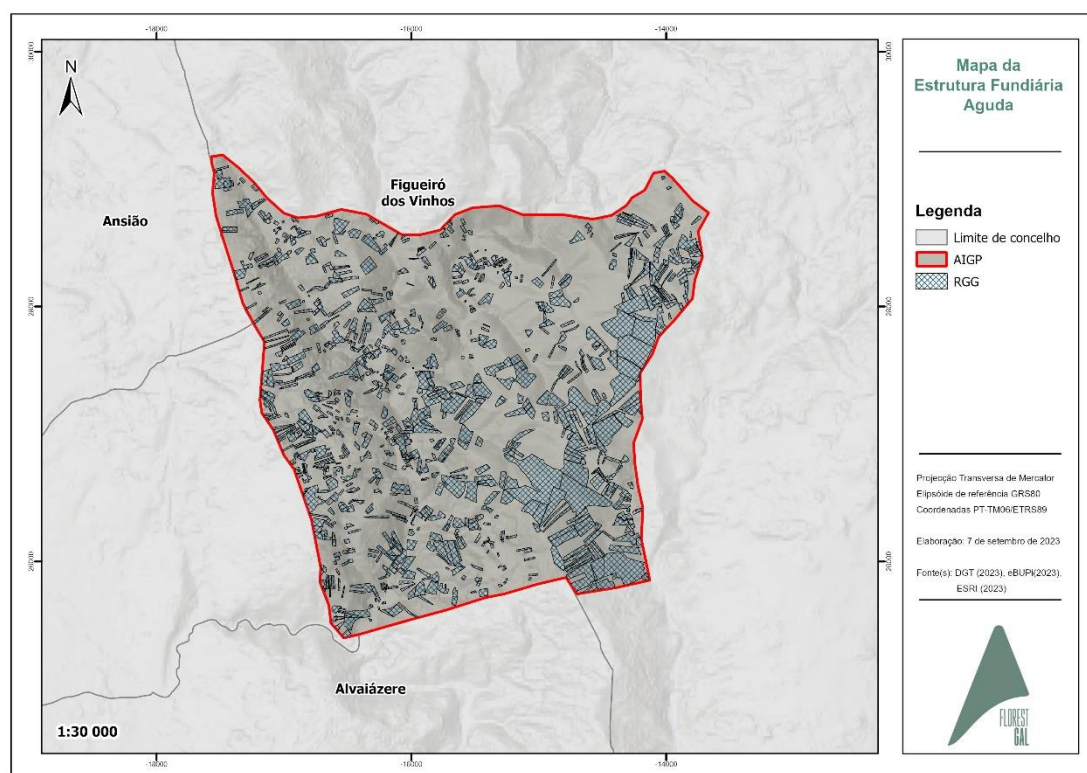
Através da análise da imagem anterior, verifica-se que 74,13% da área da AIGP de Aguda, encontra-se inserida em áreas com elevado risco de erosão do solo.

f) Estrutura fundiária

A estrutura da propriedade aliada à ausência de cadastro e ao abandono do mundo rural têm constituído um dos principais entraves ao desenvolvimento sustentado de políticas de ordenamento florestal.

Na área da AIGP de Aguda a estrutura da propriedade caracteriza-se por um elevado número de parcelas de pequena dimensão, fragmentadas e dispersas no território. De acordo com os dados provisórios do cadastro simplificado – BUPi, dados referentes a 1 de setembro, encontram-se executadas 1 059 RGG's referentes a 1 060 matrizes, correspondentes a uma área de 262 ha, o que perfaz uma dimensão média de 0,25 ha por prédio rústico.

Figura A.2-17 - Mapa da estrutura fundiária



g) Socio economia relevante para a valorização e revitalização territorial

De acordo com os resultados dos Censos 2021, considerando as subsecções estatísticas inseridas na área da AIGP, verifica-se que a área de intervenção possui uma

população total de 181 habitantes. Ao nível da estrutura etária verifica-se um forte envelhecimento da população residente, onde 37% da população tem, de acordo com os dados obtidos, 65 ou mais anos. O envelhecimento da população associado ao êxodo rural, contribuíram para a desertificação e abandono do meio rural, constituindo este um dos principais constrangimentos para o desenvolvimento do mundo rural.

Ao nível económico, o setor terciário constitui o maior empregador, na freguesia da Aguda.

O declínio da atividade agrícola, motivado por constrangimentos naturais, demográficos e estruturais, apresenta importantes consequências à escala da paisagem, contribuindo para um aumento da suscetibilidade e vulnerabilidade aos incêndios rurais.

Através da análise dos dados referentes ao Recenseamento Agrícola, para a freguesia da Aguda, podemos constatar que de acordo com os dados publicados verificou-se um aumento do abandono da atividade agrícola, entre 1989 e 2019. No período considerado verificou-se uma redução do número de explorações, assim como da superfície agrícola utilizada (SAU), contudo em contrapartida verificou-se um aumento da SAU média em 21,43%, passando de 1,4 ha/exploração para 1,7 ha/exploração.

Tabela A.2.4 – N.º de explorações agrícolas e superfície agrícola utilizada

Explorações Agrícolas	1989	1999	2009	2019	Variação (%)	
					1989-2019	2009-2019
N.º de explorações	133	84	26	40	-69,92	53,85
Superfície agrícola utilizada (SAU) - ha	185	109	46	73	-60,54	58,70
SAU - média	1,4	1,3	1,7	1,7	21,43	0,00

Fonte: INE (31/03/2021)

O abandono da atividade agrícola sofreu uma ligeira alteração no último decénio, tendo-se registado neste período um aumento do n.º de explorações (53,85%) e da SAU (58,70%).

No que se refere aos equipamentos florestais de recreio destacam-se aqui a praia fluvial das Fragas de São Simão, os passadiços das Fragas de São Simão e da Ermida do São Simão.

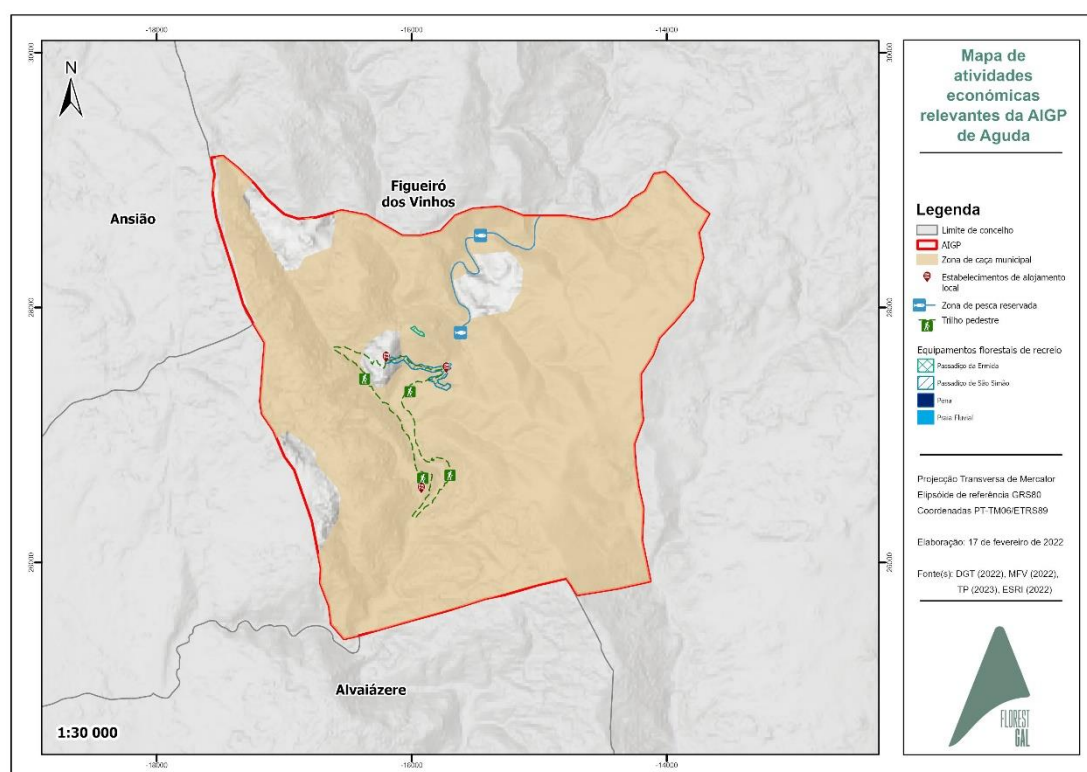
A área da AIGP de Aguda encontra-se inserida na zona de caça municipal de Figueiró dos Vinhos e Monte Vez.

Relativamente às zonas de pesca, destaca-se a Ribeira de Alge, à qual foi atribuída a concessão de pesca desportiva.

Ao nível de estabelecimentos turísticos verifica-se, na área da AIGP, a existência de 3 alojamentos locais com a capacidade instalada para hospedar 17 utentes.

Os referidos locais de atração turística devem ser alvo de ações de silvicultura preventiva, no sentido de assegurar a segurança das populações.

Figura A.2-18 - Mapa de atividades económicas relevantes



h) Estrutura organizativa

No que se refere às estruturas organizativas com importância para o desenvolvimento da área de intervenção e que podem desempenhar um papel relevante para a execução de projetos e ações, destacam-se aqui a Associação para o Desenvolvimento Pinhais do Zêzere, com área de intervenção que abrange a totalidades dos concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Pampilhosa da Serra e Pedrógão Grande.

Ao nível do sector agroflorestal, destaca-se aqui a presença de duas organizações de produtores, nomeadamente a Associação de Produtores Agroflorestais do concelho de Figueiró dos Vinhos e da FICAPE - Cooperativa Agrícola do Norte do Distrito de Leiria, C.R.L., com área de intervenção nos concelhos de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Pedrógão Grande e ainda aos concelhos limítrofes.

l) Projetos em curso ou aprovados

Na área da AIGP estão aprovados 3 Condomínios de Aldeia (Milhariça, Ribeira de Alge e Saonda) e está proposta a constituição de dois novos Condomínios de Aldeia com candidatura aprovada (Azeitão - Ponte de S. Simão e Casal – Além da Ribeira).

O Programa Condomínios de Aldeia tem como objetivo apoiar e aumentar a resiliência das aldeias localizadas em territórios vulneráveis de floresta. O Programa apoia um conjunto de ações destinadas a assegurar a alteração do uso e ocupação do solo e a gestão de combustíveis em redor dos aglomerados populacionais.

A.2.2. Demonstração dos efeitos da proposta

a) Adequação dos usos às características biofísicas e edafoclimáticas e à aptidão do solo

A alteração da paisagem preconizada e materializada na ocupação do solo proposta (POSP), foi efetuada tendo por base as características biofísicas e edafoclimáticas do território, como o clima, declive, altitude e exposição, assim como tendo por base a aptidão do solo, que na área da AIGP de Aguda é composta, quase na sua totalidade (99,90%), por solos com aptidão florestal. Outros fatores foram tidos em consideração na proposta de transformação da paisagem, nomeadamente a redução da vulnerabilidade e o aumento da resiliência do território face aos fogos rurais, a valorização dos solos e melhor adaptabilidade das espécies, a preservação e aumento da biodiversidade, a melhoria dos serviços de ecossistema, assim como ao aumento do valor do território e dinamização da economia do mundo rural.

Na presente OIGP foi preconizada a reconversão de 53,07% da área, em que as opções de transformação incidiram essencialmente, nos povoamentos de outros carvalhos, de pinheiro-bravo e povoamentos de outras folhosas. Com menos expressão, mas com um papel fundamental na estruturação da paisagem, salienta-se a introdução de espécies como o sobreiro e o pinheiro manso, áreas de pastagens melhoradas, a produção de frutos secos, assim como a expansão de áreas associadas ao castanheiro e ao olival.

A ocupação do solo proposta foi obtida numa lógica funcional da paisagem, atendendo aos seguintes parâmetros:

- Nas áreas envolventes às ocupações agrícolas e nas zonas de interface foi efetuada a reconversão da paisagem, com áreas associadas ao castanheiro, pinheiro manso, olival e com culturas associadas à produção de frutos secos;
- Nas áreas associadas às galerias ripícolas foi efetuada a valorização da vegetação característica existente e a reconversão para este tipo de vegetação, para garantir a função de proteção às linhas de água e

caracterizada, de acordo com a nomenclatura COS2018, como florestas de outras folhosas;

- Nas áreas envolventes às linhas de cumeada, ocupadas por povoamentos monoespecíficos, foi efetuada a alteração para pastagens permanentes de sequeiro. Nestas áreas, não existem, de uma forma geral, pastagens espontâneas com capacidade para fazer face às necessidades alimentares dos herbívoros. Estas pastagens deverão ser instaladas/melhoradas por métodos tecnicamente viáveis. Por forma caracterizar esta ocupação proposta de acordo com a nomenclatura da COS2018, estas áreas foram denominadas de “pastagens melhoradas”. Nas áreas ocupadas com medronheiro ou com presença de regeneração natural desta espécie, foi preconizada a sua manutenção e valorização. Nas restantes áreas foi mantida a ocupação do solo existente.
- Nas encostas com uma exposição Norte/Nascente, caracterizando-se estas como áreas com maior potencial produtivo, foi mantida a ocupação do solo existente;
- Nas encostas com uma exposição Sul/Poente:
 - Nas áreas envolventes às galerias ripícolas e à rede viária principal, ocupadas com eucalipto é proposta a sua alteração para florestas de outras folhosas e florestas de outros carvalhos (nomenclatura COS). Nas restantes ocupações de solo foram mantidas as ocupações existentes;
 - Na restante área, foi preconizada a reconversão de áreas ocupadas com eucalipto para pinheiro-bravo. Todas as outras ocupações do solo existentes foram mantidas, com exceção das áreas que evidenciaram uma boa adaptabilidade e com gestão ativa.
- Nas áreas ocupadas por povoamentos monoespecíficos, associadas à estrutura de resiliência, foi efetuada a alteração para florestas de outros carvalhos. As restantes ocupações foram mantidas.

O declive é um aspeto importante a considerar nas ações a realizar, realçando-se a interdição de realização de operações mecânicas nas áreas com um declive superior a 25%.

b) Valorização da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas

Os espaços florestais assumem um papel de extrema relevância na conservação da biodiversidade e na regulamentação dos ecossistemas.

Na elaboração da presente OIGP foi utilizada a definição de serviços de ecossistema definida pelo CISCES (*Common International Classification of Ecosystem Services*). Este sistema define três categorias principais de serviços de ecossistema:

- **Serviços de Provisão** – produtos obtidos dos ecossistemas, como a produção agrícola e pecuária, a madeira, plantas silvestres para consumo, fibras e outros produtos, a água para consumo humano;
- **Serviços de Regulação e Manutenção** – benefícios obtidos por manutenção das condições naturais, como o sequestro de carbono, a proteção do solo contra a erosão, a regulação hidrológica, a polinização ou a manutenção de habitats;
- **Serviços Culturais** – baseiam-se na capacidade da paisagem para o desenvolvimento de atividades de recreio e lazer, a qualidade estética da paisagem, ou o seu valor cultural.

O mapeamento dos serviços de ecossistema para os dois cenários em análise (POSA e POSP), torna-se fundamental para determinar o impacto da transformação da paisagem ao nível da quantificação e distribuição espacial da provisão de serviços de ecossistema.

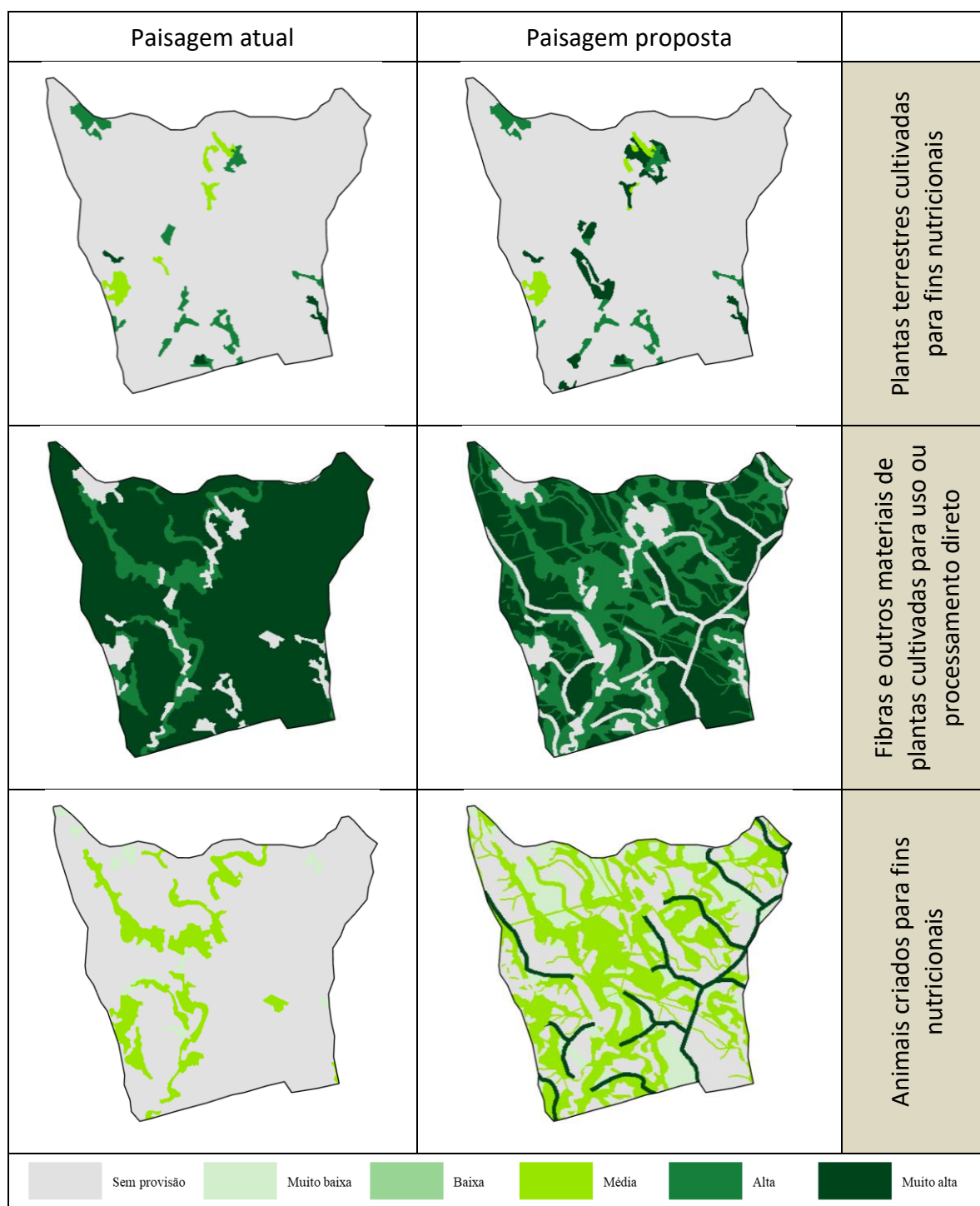
A metodologia adotada baseou-se no modelo matricial (Burkhard *et al.* 2009, 2012), que consiste da elaboração de uma matriz para as diferentes classes de ocupação do solo relativamente a seu potencial de provisão dos serviços de ecossistema.

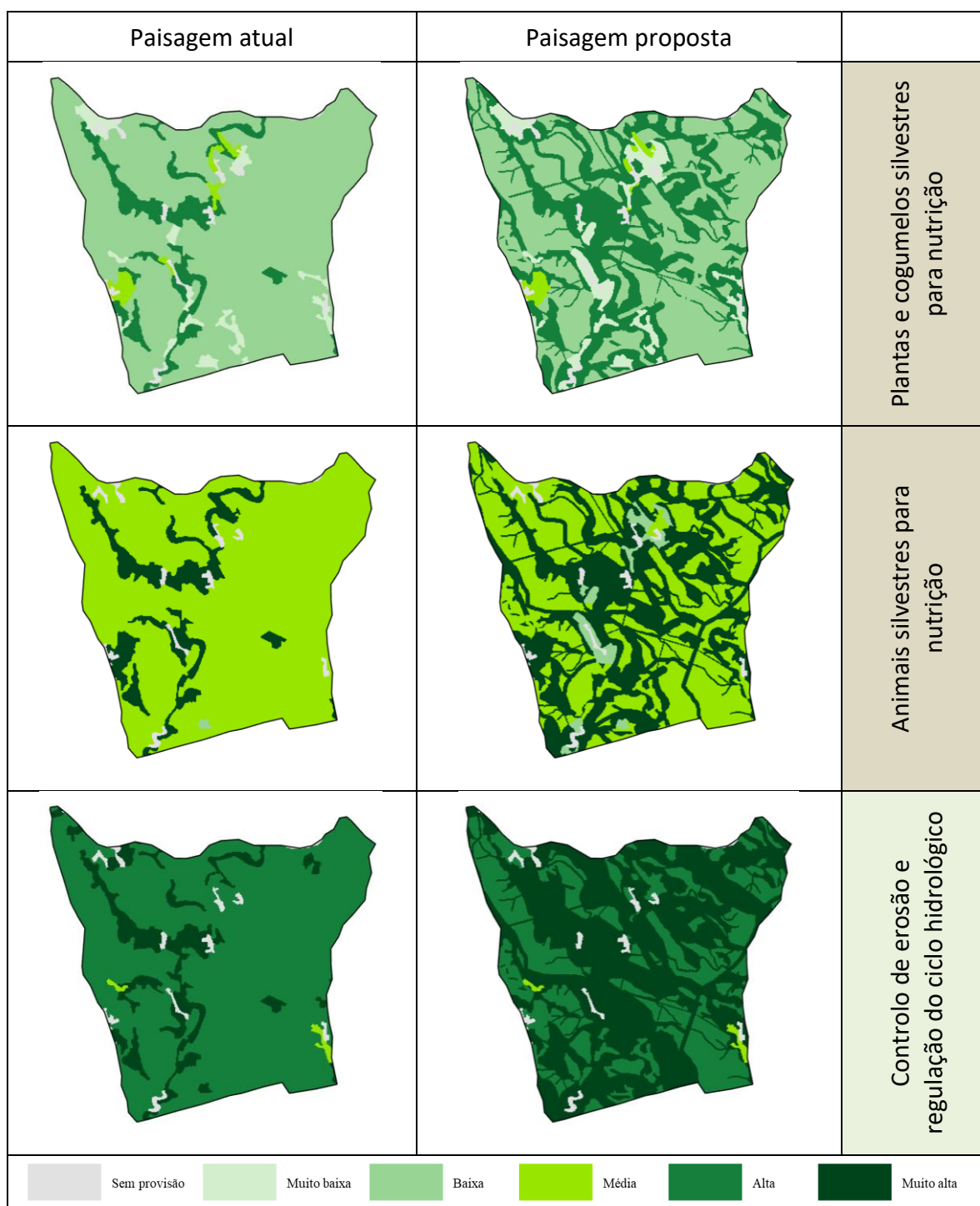
Nesta matriz o potencial de cada classe de ocupação do solo para a oferta de serviços de ecossistema é expresso numa escala que varia entre 0 (sem potencial de provisão) e 5 (capacidade de provisão muito elevada).

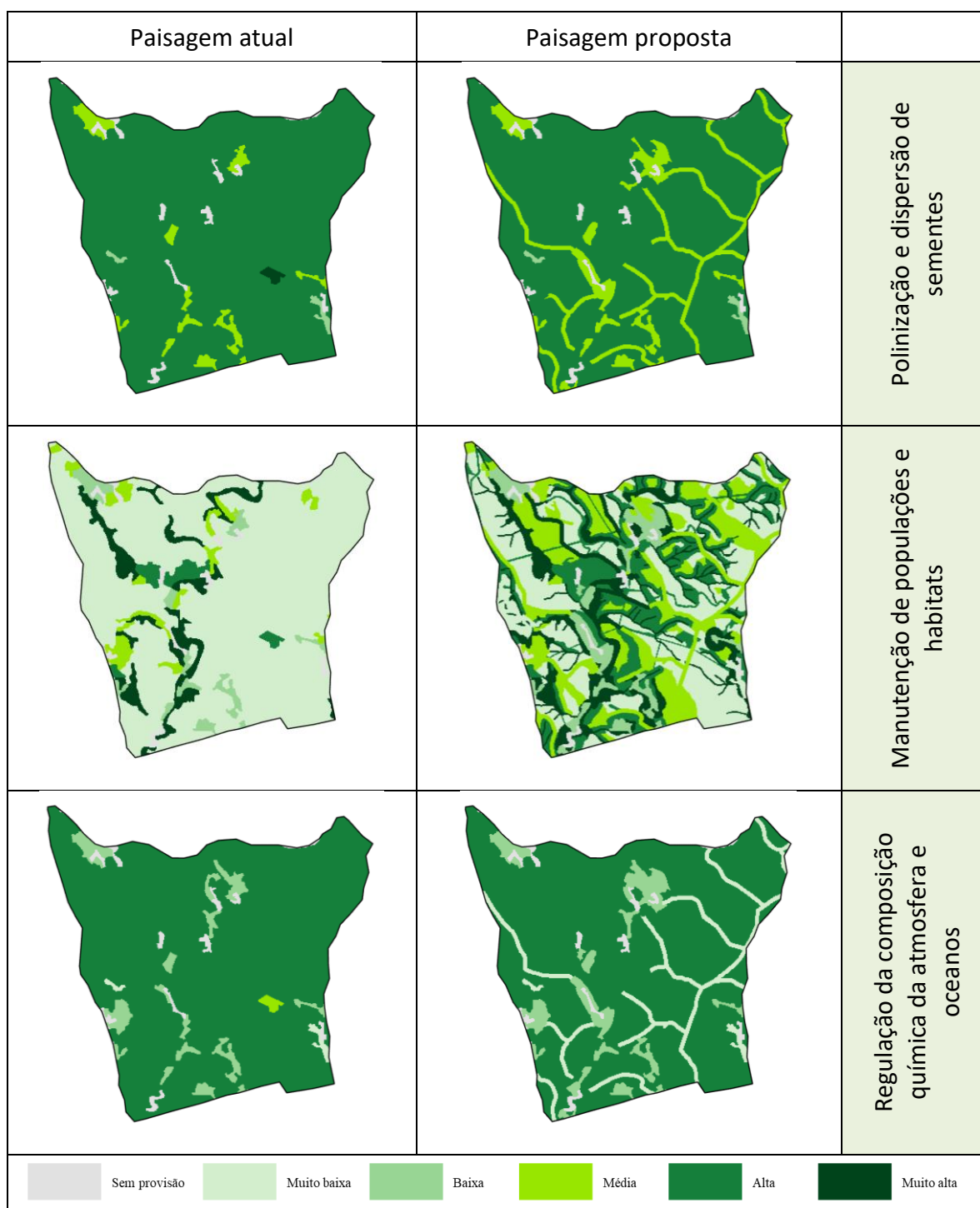
Tabela A.2.5 – Matriz de avaliação dos serviços de ecossistema

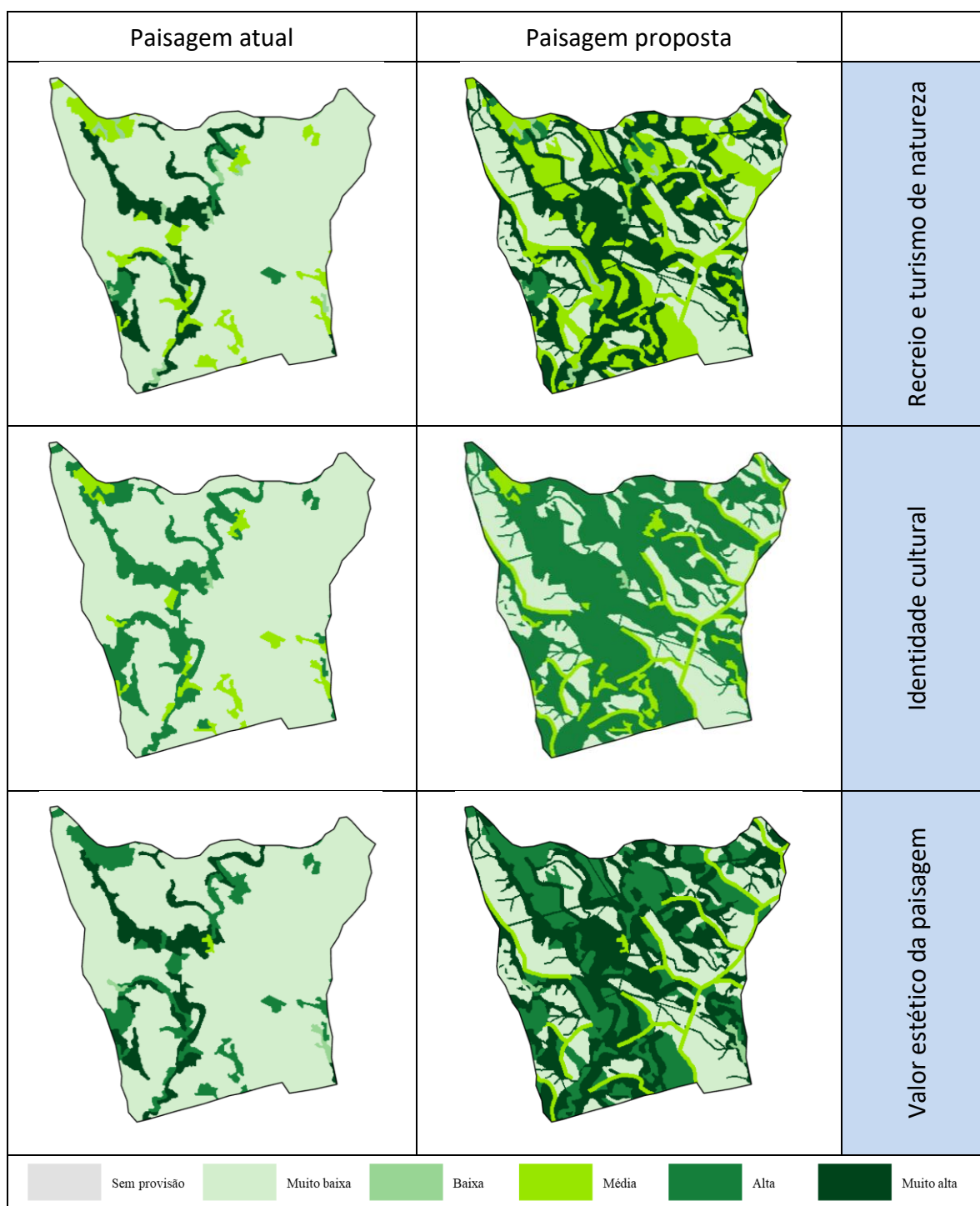
Classes de ocupação do solo		Serviços de ecossistema											
		Serviços de aprovisionamento					Serviços de regulação e manutenção				Serviços culturais		
		Plantas terrestres cultivadas para fins nutricionais	Fibras e outros materiais de plantas cultivadas para uso ou processamento direto	Animais criados para fins nutricionais	Plantas e cogumelos silvestres para nutrição	Animais silvestres para nutrição	Controlo de erosão e regulação do ciclo hidrológico	Polinização e dispersão de sementes	Manutenção de populações e habitats	Regulação da composição química da atmosfera e oceanos	Recreio e turismo de natureza	Identidade cultural	Valor estético da paisagem
Territórios artificializados	Territórios artificializados										2	4	4
Agricultura	Culturas temporárias de sequeiro e regadio	5			1	3	3	2	1	1	3	3	2
	Pomares	5			1	2	5	4	2	2	3	4	4
	Olivais	5			1	2	5	3	2	2	3	4	4
	Mosaicos culturais e parcelares complexos	4			1	3	4	3	2	2	3	3	4
	Agricultura com espaços naturais e seminaturais	3		3	3	5	4	4	3	2	4	4	4
Pastagens	Pastagens melhoradas			5	2	5	5	3	3	1	3	3	3
Florestas	Florestas de sobreiro		5	3	4	5	5	4	4	4	5	4	5
	Florestas de outros carvalhos		4	3	4	5	5	4	4	4	5	4	5
	Florestas de castanheiro		4	3	4	5	5	4	4	4	5	4	5
	Florestas de eucalipto		5		2	3	4	4	1	4	1	1	1
	Florestas de outras folhosas		4	3	4	5	5	4	5	4	5	4	5
	Florestas de pinheiro bravo		5	1	2	3	5	4	3	4	3	4	4
	Florestas de pinheiro manso		4	1	4	3	5	4	3	4	4	4	4
Matos	Matos			3	4	5	5	5	4	3	4	3	4
Espaços descobertos ou com pouca vegetação	Rocha nua										2	2	3

Figura A.2-19 – Distribuição espacial dos serviços de ecossistema









Através da análise da distribuição espacial do provisionamento dos serviços de ecossistema, para os dois cenários em análise, podemos concluir que a ocupação do solo proposta apresenta uma variação positiva na maioria dos serviços de ecossistema analisados. Deste modo podemos afirmar que a transformação da paisagem

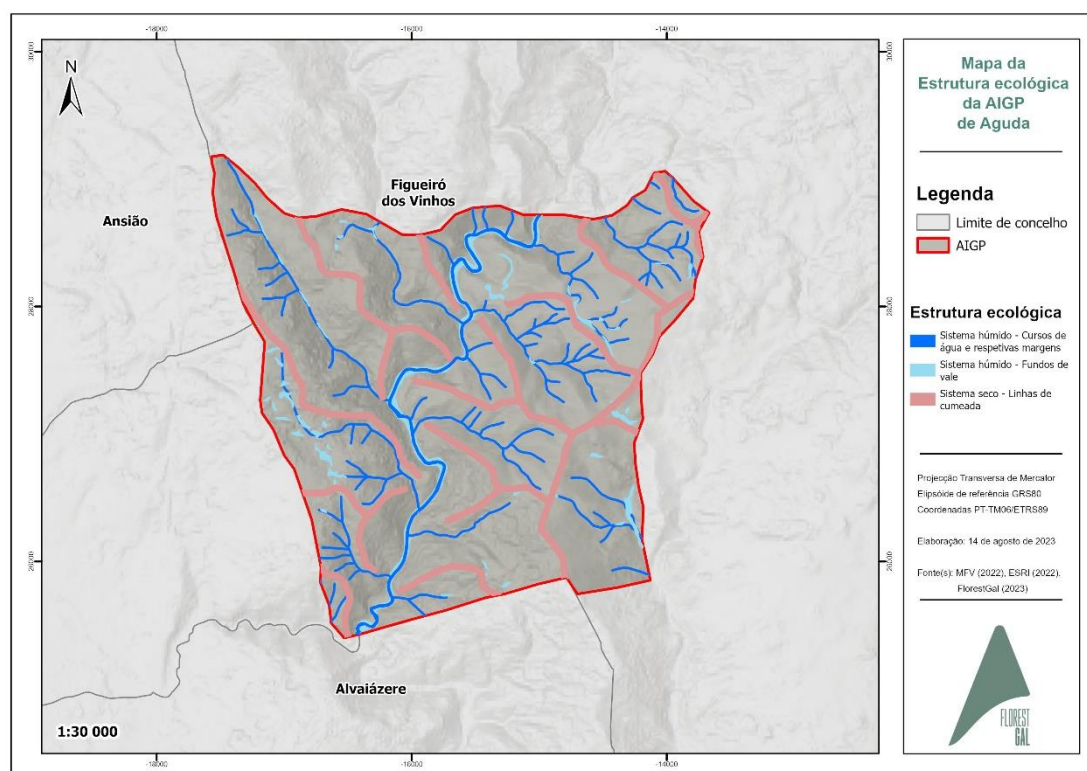
preconizada, traduz-se numa melhor capacidade do território em fornecer serviços de ecossistema, cumprindo com um dos objetivos principais da presente OIGP.

c) Conetividade ecológica

Os corredores ecológicos constituem um elemento fundamental de carácter estruturador da paisagem, assegurando o funcionamento ecológico e a conservação dos valores naturais, assim como promovem uma continuidade natural do território.

Estas áreas serviram de base para a definição da estrutura ecológica da OIGP de Aguda que inclui o sistema húmido, constituído por cursos de água permanentes e temporários e respetivas margens, massas de água, fundos de vales e o sistema seco, que engloba as áreas envolventes às linhas de fecho.

Figura A.2-20 - Mapa da Estrutura Ecológica



Na estrutura ecológica procedeu-se à conservação dos ecossistemas, através de um conjunto de ações de valorização e reconversão da paisagem, mencionadas no quadro seguinte.

Tabela A.2.6 – Ações de valorização/reconversão da estrutura ecológica

Sistema	Ações	Área (ha)
Sistema húmido: cursos de água	Manutenção e reconversão de áreas para a atividade agrícola junto aos cursos de água	7,49
	Revitalização e recuperação das galerias ripícolas	66,63
Sistema húmido: fundos de vale	Fomento e reforço da agricultura	13,38
	Valorização e reconversão com espécies autóctones	24,67
Sistema seco: linhas de cumeada	Reconversão e aproveitamento de regeneração natural de áreas com medronheiro	13,87
	Valorização e transformação com espécies autóctones	4,84
	Instalação de pastagens melhoradas	67,54

d) Equilíbrio do ciclo hidrológico e de maior eficiência no uso da água

A rede hidrográfica constitui em elemento fundamental na estruturação da paisagem. Se por um lado reveste-se de extrema importância ao criar condições naturais para o desenvolvimento de galerias ripícolas com folhosas de reduzida combustibilidade que servem de barreira à progressão dos incêndios rurais. Assumem ainda vital importância ecológica pela biodiversidade das espécies quer da fauna quer da flora dos estratos arbustivos e subarbustivos. A correta gestão deste recurso possibilita o controlo do seu efeito erosivo, assim como possibilita, em complemento com levadas e valas drenantes, a distribuição da humidade pelas encostas. A abertura de minas em galeria para alimentar fontes, criando pontos de água para visitantes e para a fauna selvagem, são operações integradas, que diferenciam e enriquecem a base ecossistémica dos sítios (*Bento et al., 2011*).

A presente OIGP preconizou a alteração da paisagem na área envolvente aos cursos de água e nos fundos de vale, com o objetivo de promover a preservação dos leitos e respetivas margens, assim como potenciar a infiltração da água e o abastecimento dos lençóis freáticos.

Tabela A.2.7 – Matriz de transformação – sistema húmido

Ocupação do solo (COS)	Atual (POSA)		Proposta (POSP)		Variação
	ha	%	ha	%	ha
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	5,74	5,93	3,28	3,4	-2,46
Culturas temporárias de sequeiro e regadio	2,52	2,60	2,52	2,6	0,00
Florestas de castanheiro	0,23	0,24	3,51	3,6	3,27
Florestas de eucalipto	53,53	55,28	0,00	0,0	-53,53
Florestas de outras folhosas	26,62	27,49	73,83	76,2	47,20
Florestas de outros carvalhos	0,51	0,53	0,61	0,6	0,10
Florestas de pinheiro bravo	1,19	1,23	0,15	0,2	-1,04
Matos	0,01	0,01	0,00	0,0	-0,01
Mosaicos culturais e parcelares complexos	4,50	4,65	3,72	3,8	-0,78
Olivais	0,00	0,00	4,93	5,1	4,93
Pastagens melhoradas	0,00	0,00	1,16	1,2	1,16
Pomares	0,00	0,00	1,16	1,2	1,16
Rede viária e espaços associados	0,03	0,03	0,03	0,0	0,00
Rocha nua	0,21	0,22	0,21	0,2	0,00
Tecido edificado descontínuo	1,27	1,31	1,27	1,3	0,00
Tecido edificado descontínuo esperso	0,45	0,47	0,45	0,5	0,00
Total	96,83	100	96,83	100	

Através da análise da matriz de transformação do sistema húmido, podemos verificar uma redução de 54,57 ha de povoamentos monoespecíficos, e um aumento de 50,57 ha de espécies ripícolas e autóctones.

e) Redução da vulnerabilidade aos fogos rurais

No sentido de testar a resiliência das opções de alteração da paisagem proposta, foram efetuados testes, com base em simulações de comportamento do fogo, tendo por base dois cenários distintos: a paisagem atual e a paisagem proposta. Neste âmbito procurou-se identificar as alterações entre os dois cenários em análise, sendo estas

avaliadas através da diferença de comportamentos da intensidade da frente de fogo (Kw/m).

O quadro seguinte amostra as respetivas classes da intensidade da frente de fogo e respetiva descrição e interpretação, traduzidas numa escala de perigo de incêndio, sugerida por Fernandes e Palheiro (2015).

Tabela A.2.8 – Classes de perigo de incêndio e relação com a intensidade do fogo

Classe	Intensidade (kW/m) Comprimento da chama (m)	Descrição e dificuldade de controlo por ataque direto
I. Reduzido	0 - 499 0 - 1,3	Fogo de superfície, controlável com material de sapador em toda a extensão do seu perímetro.
II. Moderado	500 – 1 999 1,4 – 2,5	Fogo vigoroso de superfície. Os meios terrestres são efetivos em toda a extensão do perímetro do incêndio.
III. Elevado	2 000 – 3 999 2,6 – 3,5	Fogo de superfície de elevada intensidade, com períodos de fogo de copas. O sucesso do ataque à cabeça do fogo exigirá provavelmente meios aéreos.
IV. Muito Elevado	4 000 – 9 999 ≥ 3,6	Fogo passivo de copas. O ataque à cabeça do fogo é possível apenas com meios aéreos pesados, mas o seu sucesso não é garantido. Considerações de segurança e efetividade aconselham que os esforços de controlo com meios terrestres incidam apenas nos flancos e retaguarda do fogo.
V. Extremo	≥ 10 000	São expectáveis fogos de copas ativos. A velocidade de propagação, o potencial de focos secundários, e a probabilidade do fogo transpor obstáculos são extremos. O ataque à cabeça do fogo não é possível. A ação dos meios terrestres deve-se limitar à retaguarda e flancos do fogo. O ataque indireto usando o fogo pode ser efetivo.

Fonte: Adaptado de “Interpretação dos índices do Sistema Canadano de Indexação do Perigo de Incêndio Florestal”, Paulo Fernandes e Pedro Palheiro, 2015

As simulações de comportamento do fogo foram realizadas, utilizando o software FlamMap, com base na orografia (altimetria, declives e exposição solar das vertentes) e

num modelo de combustíveis, classificado de acordo com os modelos definidos por Fernandes (2009).

No que se refere aos parâmetros da simulação foi definida uma velocidade do vento a 10 metros de 15 km/h, considerando os pontos cardiais e colaterais. A humidade do combustível vivo foi definida como 60%, para os combustíveis herbáceos e 90%, para os combustíveis lenhosos. Para o combustível morto de 1h, 10h e 100h, foi definido o teor de humidade de 6%, 7% e 8% respetivamente.

O resultado final de cada um dos cenários foi obtido através da conjugação dos valores máximos de cada uma das simulações efetuadas (pontos cardeais e colaterais), traduzidas nas respetivas classes de perigo de incêndio.

Figura A.2-21 - Mapa de Intensidade da frente de fogo KW/m, traduzido nas classes de perigo de incêndio, para a ocupação do solo atual (POSA)

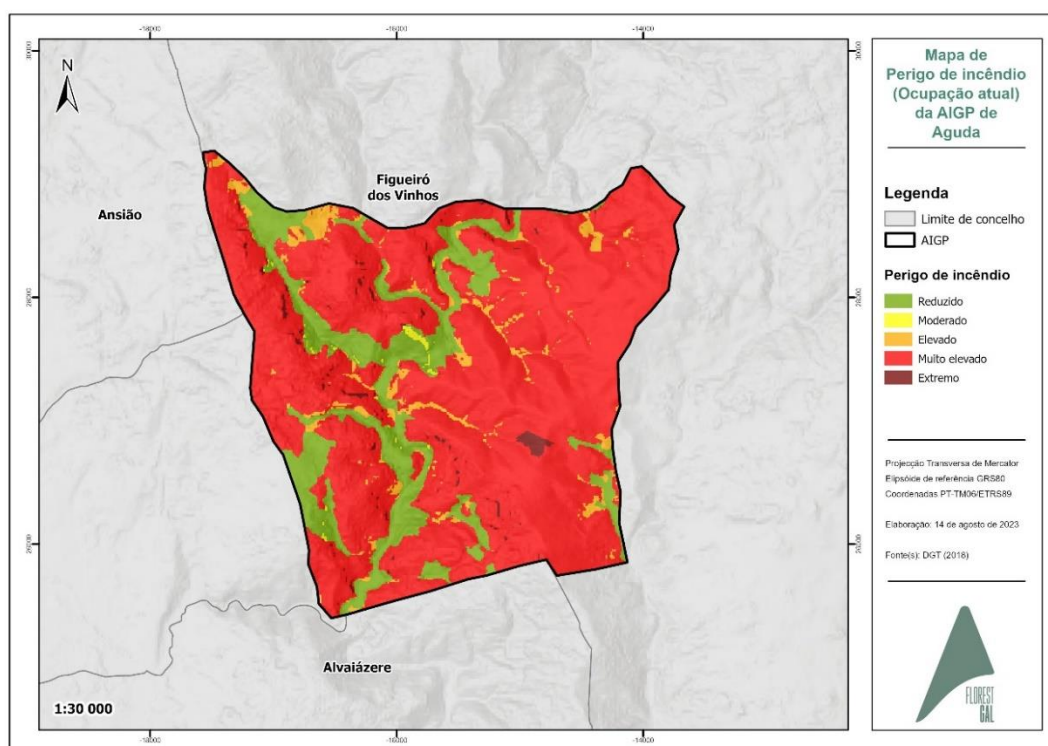
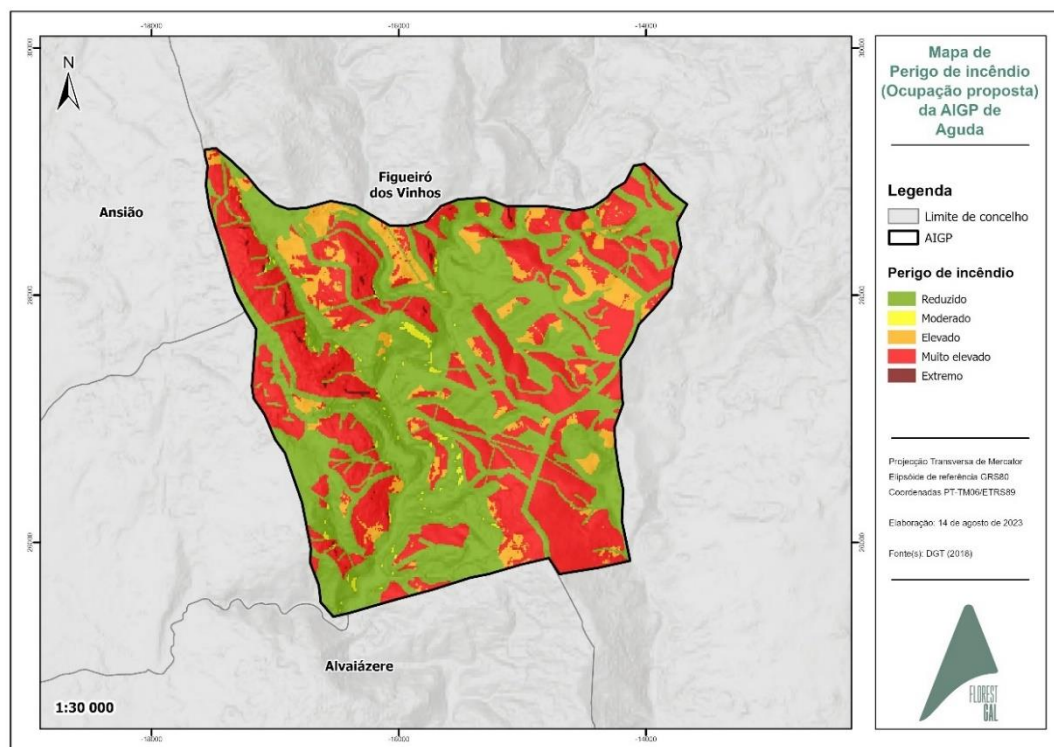


Figura A.2-22 - Mapa de Intensidade da frente de fogo KW/m, traduzido nas classes de perigo de incêndio, para a ocupação do solo proposta (POSP)



Ao analisar a distribuição das áreas de perigo de incêndio rural, para a ocupação atual, podemos afirmar que a classe mais representativa é o nível muito elevado, contabilizando cerca de 77,99% da área da AIGP, seguido pela classe reduzido, com 16,66%.

Tabela A.2.9 – Matriz de transformação da paisagem referente às classes de perigo de incêndio rural

Intensidade da frente de fogo	% da área ocupada		
	POSA	POSP	Variação
Reduzido	16,66	53,49	36,83
Moderado	0,32	0,63	0,31
Elevado	4,05	7,66	3,61
Muito Elevado	77,99	37,87	-40,12
Extremo	0,98	0,34	-0,64

Ao analisar a distribuição das áreas de perigo de incêndio rural, para a ocupação proposta (POS), podemos verificar uma redução de 40,76% nas classes mais elevadas e um aumento de 36,83% na classe reduzida.

Através da análise das simulações efetuadas para os dois cenários distintos, podemos constatar que a ocupação do solo proposta se traduz numa paisagem mais resiliente ao comportamento dos fogos rurais.

f) Minimização de outras vulnerabilidades e riscos existentes e potenciais

As áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo, representam 74,3% da área da AIGP de Aguda e englobam as áreas que devido às suas características de solo e de declive, estão sujeitas à erosão excessiva de solo por ação do escoamento superficial.

A presente OIGP define um conjunto de ações que visam a proteção e conservação destas áreas:

- Em áreas menos produtivas optou-se por promover a reconversão de áreas de eucalipto por áreas de pinheiro-bravo, devido ao seu maior potencial de adaptação a este tipo de áreas;
- Nas áreas envolventes às linhas de água, optou-se pela instalação de espécies autóctones, que desempenham funções de proteção e conservação do solo;
- Aproveitamento da regeneração natural;
- As ações de mobilização do solo, encontram-se interditas nas áreas mais declivosas (> a 25%);
- Nas áreas onde for possível a mobilização do solo, esta deve ser minimizada e seguir a orientação das curvas de nível;
- Nas áreas mais sensíveis a ação de controlo da vegetação espontânea deve ser efetuada de forma localizada, parcial ou em faixas, desde que isso não acarrete um aumento significativo em termos de risco de incêndio, potenciando deste modo uma maior proteção do solo, aumento da matéria orgânica do solo, maior taxa de retenção de água, evitando o escoamento superficial;

- Nas áreas mais sensíveis, os resíduos resultantes das operações florestais podem pontualmente ser utilizados como barreiras contra a erosão, colocados em linha com as curvas de nível e deste que isso não acarrete um incremento significativo do risco de incêndio.

Na área da AIGP de Aguda, através do trabalho de campo efetuado, foram identificadas algumas áreas com a presença de acácia spp, ailantos (*Ailanthus altissima*), háqueas (*Hakea sericea*), mimosas (*Acacia dealbata*) e robínia (*robinia pseudoacacia L.*).

Atendendo ao rápido desenvolvimento e proliferação destas espécies, associados à dificuldade e custos inerentes à sua erradicação, a presente proposta preconiza um conjunto de ações que têm como objetivo monitorizar e reduzir os efeitos negativos:

- identificação de espécies invasoras, através de ações de inventário;
- controlo da espécie invasora através do corte e em casos específicos complementado com ações químicas localizadas;
- eliminação da regeneração natural existente;
- reconversão das áreas ocupadas com espécies invasoras, por ocupações melhor adaptadas às condições edafoclimáticas e à aptidão do solo;
- monitorização e avaliação da evolução de espécies invasoras e da eficácia dos tratamentos efetuados.

Independentemente da metodologia utilizada, o controlo de espécies invasoras deve ser realizado em três fases distintas: um controlo inicial, com o objetivo de reduzir/erradicar a área afetada por espécies invasoras, um controlo de seguimento para caso seja necessário complementar a ação de controlo inicial e um controlo de manutenção para eliminar potenciais focos das espécies invasoras e limitar a sua expansão.

g) Salvaguarda dos valores patrimoniais, paisagísticos e outros valores culturais e identitários existentes ou potenciais

Na área da AIGP de Aguda, verifica-se a existência de um conjunto de valores patrimoniais, culturais e paisagísticos que conferem valor à área de intervenção, os

quais foram considerados na elaboração da proposta de transformação da paisagem. Destacam-se aqui a Aldeia Casal de São Simão, a qual pertence ao conjunto das Aldeias de Xisto, a Ermida de São Simão e a área envolvente à Ribeira de Alge, com destaque para as Fragas de São Simão. Este conjunto de elementos fazem parte do património da região, que a par das infraestruturas existentes (percursos pedestres, miradouro e praia fluvial) constituem polos de atratividade, capazes de gerar valor para o território.

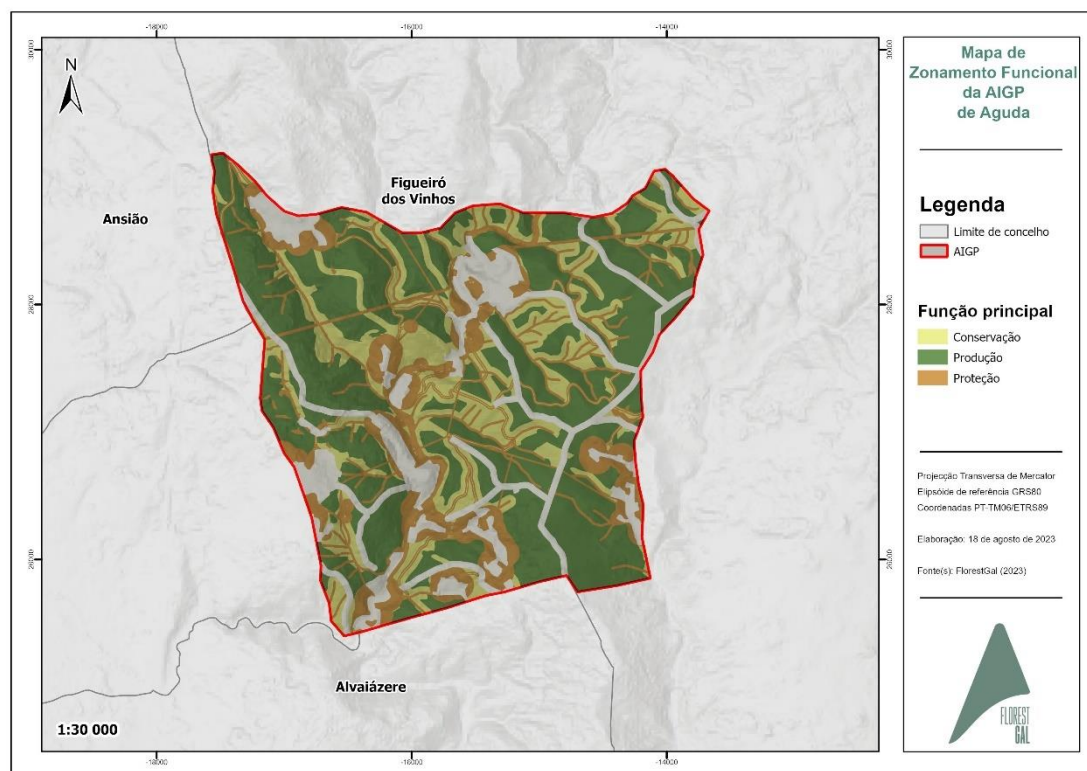
A proposta de transformação da paisagem, procedeu à valorização dos espaços naturais existentes, ao incremento dos mosaicos agrícolas, assim como promoveu a reconversão de áreas ocupadas com povoamentos monoespecíficos, por espécies autóctones, com o objetivo de proporcionar uma melhoria significativa da qualidade estética da paisagem, potenciando uma maior heterogeneidade dos espaços.

Para além da melhoria estética da paisagem, a transformação proposta confere uma maior compartimentação do território, tornando-o mais resiliente ao comportamento do fogo, assim como aumenta a segurança dos visitantes que procuram estes espaços.

h) Promoção de povoamentos florestais ordenados, bio diversos, multifuncionais e resilientes

Com o objetivo de promover uma gestão florestal sustentável, a ocupação do solo proposta procedeu a um zonamento funcional dos povoamentos florestais da área de intervenção abrangendo a vertente da produção, da conservação e da proteção. Com este zonamento funcional pretende-se promover o ordenamento do espaço florestal, a manutenção dos ecossistemas, assim como proceder a uma compartimentação do território que resulte numa maior resiliência perante os fogos rurais.

Figura A.2-23 - Mapa de zonamento funcional dos povoamentos florestais



Nas áreas onde, atualmente, verifica-se a função de produção, registou-se uma redução significativa das áreas ocupadas por eucalipto (-464,42 ha), permanecendo apenas as que apresentam potencial produtivo, ou que evidenciaram possuir gestão ativa. Em sentido inverso procedeu-se ao incremento das áreas de pinheiro-bravo (107,73 ha), que para além da função principal de produção, apresenta características propícias para a proteção contra a erosão do solo.

Na função de conservação, incluem-se os povoamentos existentes de espécies autóctones, assim como foi proposta a reconversão de áreas produtivas para florestas de outras folhosas (14,39 ha) e florestas de outros carvalhos (106,42 ha).

As áreas com a função principal de proteção incluem, com objetivos distintos, a proteção dos recursos hídricos e respetivas margens, os fundos de vale, assim como a proteção a infraestruturas e áreas edificadas. Nas áreas associadas ao sistema húmido, a ocupação do solo proposta procedeu à valorização e reconversão com espécies ripícolas (127,39 ha) e nas áreas envolventes a infraestruturas e áreas edificadas, optou-se pela instalação de espécies mais resilientes ao comportamento do fogo, como é o caso de povoamentos de outros carvalhos (45,77 ha) e do castanheiro (15,26 ha).

i) Fomento da agricultura, da silvo pastorícia e da cinegética, enquanto atividades económicas e com função de mosaico e diversificação da paisagem

A ocupação do solo proposta visa a constituição de uma paisagem multifuncional, mais resiliente em relação aos fogos rurais e com o incremento e diversificação de atividades económicas geradoras de um maior rendimento para os territórios rurais.

A agricultura reveste-se de uma importância fundamental, ao proporcionar uma economia de proximidade capaz de gerar empregos e de fixar pessoas nos territórios rurais. Neste âmbito a proposta de transformação da paisagem procurou valorizar e incrementar os sistemas agrícolas e agroflorestais, verificando-se um aumento de 12% da área em comparação com a ocupação atual. Esta transformação foi efetuada com o incremento de áreas de olival, numa lógica de continuidade face às culturas existentes, assim como pela introdução de espécies com o objetivo da produção de frutos secos.

Para além do aspeto económico associado a esta transformação, ao localizarem-se essencialmente na área envolvente aos aglomerados populacionais, desempenha um importante papel na compartimentação do território, aumentando por esta via a resiliência face aos fogos rurais, como também possibilita a redução dos custos associados com a gestão de combustível.

A silvopastorícia e a caça reveste-se de uma importante atividade económica associada aos espaços florestais, podendo ainda desempenhar um papel ativo na gestão dos ecossistemas. A dinamização destas atividades pode ser efetuada através da instalação de pastagens permanentes, para a alimentação do gado e da caça, assim como funcionam como zonas de atração, protegendo de forma passiva os povoamentos florestais. Deste modo a ocupação do solo proposta preconiza a instalação de pastagens melhoradas em 7,2% do território, em detrimento de áreas florestais. Estas áreas localizam-se nas áreas envolventes às linhas de cumeada, possibilitando também uma melhor compartimentação dos espaços florestais, possibilitando um aumento da resiliência face aos fogos rurais, ao promover uma alteração do comportamento do fogo.

É espetável que a transformação da paisagem proposta, ao proporcionar uma maior biodiversidade, contribua para o incremento da atividade cinegética.

j) Desenvolvimento do potencial das atividades económicas rurais de proximidade, promovendo e/ou reforçando a geração de valor

A fraca rentabilidade que os proprietários florestais obtêm dos espaços florestais, associada à suscetibilidade e vulnerabilidade que estes espaços se encontram sujeitos face aos incêndios rurais, constituem o principal entrave ao desenvolvimento sustentável destes territórios.

As AIGP integram um conjunto de medidas previstas pelo Programa de Transformação da Paisagem, como parte de uma estratégia orientada para os territórios vulneráveis de floresta com elevada perigosidade de incêndio.

Com isto, pretende-se: territórios menos vulneráveis a fogos rurais, valorizar a aptidão dos solos e melhorar os serviços prestados pelos ecossistemas, acrescentar valor do território e dinamizar a economia das comunidades.

A OIGP de Aguda procura dar resposta aos objetivos estabelecidos, através de um conjunto de ações que visam promover a transformação da paisagem. Neste sentido a ocupação do solo proposta (POSP), preconiza uma paisagem mais resiliente aos fogos rurais, multifuncional e bio diversa, com o incremento da geração de valor para os territórios rurais. Esta transformação será operacionalizada através de um correto ordenamento dos espaços florestais, da introdução de novas economias associadas aos territórios rurais e através da renumeração dos serviços de ecossistemas.

Através da ocupação do solo proposta a atividade florestal continua a figurar como a principal fonte de receita, através da exploração de bens de uso direto como é o caso dos produtos lenhosos. Neste âmbito os povoamentos de eucalipto continuam a figurar, apesar da redução verificada, como a principal espécie. Contudo optou-se por diversificar a oferta disponível, com aumento considerável das áreas ocupadas com outros carvalhos, pinheiro-bravo, outras folhosas e com menos expressão, as áreas ocupadas com castanheiro, assim como foi efetuada a introdução de espécies como o pinheiro manso e o sobreiro. Estas opções para além da diversificação proporcionada em termos de matéria-prima, possibilita também a exploração de outros subprodutos como é o caso da resina, frutos secos e da cortiça.

A proposta de transformação da paisagem, como é possível constatar no subcapítulo A2.2 na alínea b), proporciona também melhores condições para a

apicultura, exploração de plantas silvestres, assim como para o pastoreio e para as atividades de caça e pesca.

Ainda no âmbito dos bens de uso direto, as atividades associadas ao turismo, recreio e lazer, possuem um grande potencial de expansão. Na área da AIGP de Aguda existem um conjunto de elementos patrimoniais e paisagísticos, caracterizados no subcapítulo A2.1 na alínea e), que se encontram integrados no património da região pelo que devem ser valorizados e geridos no sentido de potenciar um foco atratividade. Neste sentido a proposta de transformação propôs a valorização destes espaços, assim como a reconversão da área envolvente com espécies autóctones, com o objetivo de proporcionar uma melhor qualidade estética da paisagem e dos ecossistemas associados.

Ao nível da agricultura a presente proposta promoveu a valorização destes espaços, associados à expansão das áreas de cultivo de olival, assim como a introdução de novas culturas associadas à produção de frutos secos.

No que se refere aos bens de uso indireto, associados ao sequestro de carbono, proteção do solo, proteção e conservação dos recursos hídricos, manutenção de habitats e conservação da paisagem e da biodiversidade foi promovida, uma valorização da renumeração dos serviços de ecossistema. De acordo com os critérios estabelecidos, verificou-se um aumento de 49,27% da área elegível para a renumeração dos serviços de ecossistema. Este tema será desenvolvido no subcapítulo c2.

A.2.3. Articulação com o quadro legal

a) Instrumentos de gestão territorial

a.1. Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem

Os Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) constituem uma das medidas do Programa de Transformação da Paisagem (PTP), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho e destinam-se a planear e programar a transformação da paisagem em territórios da floresta vulneráveis, com o objetivo de obter uma paisagem multifuncional e resiliente, novas atividades económicas e a remuneração dos serviços dos ecossistemas.

No momento de elaboração da presente OIGP, não se encontrava nenhum PRGP aprovado ou em elaboração, para a área de incidência da AIGP de Aguda.

a.2. Programas Especiais de Áreas Protegidas

Os Programas Especiais das Áreas Protegidas (PEAP) visam a prossecução de objetivos indispensáveis à tutela de interesses públicos e de recursos de relevância nacional com repercussão territorial e estabelecem regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais, através de medidas que instituem ações permitidas, condicionadas ou interditas, prevalecendo sobre os planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal.

A área da AIGP de Aguda não se encontra abrangida por nenhum Programa Especial de Áreas Protegidas.

a.3. Programas Regionais de Ordenamento Florestal

No que se refere ao planeamento florestal a área de intervenção encontra-se submetida ao Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral. Enquadra-se na sub-região homogénea Floresta da Beira Serra. Nesta sub-região homogénea, com igual nível de prioridade, visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais: Função geral de

produção; Função geral de proteção; Função geral de silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores.

Figura A.2-24 - Mapa das Sub-regiões homogéneas do PROF Centro Litoral

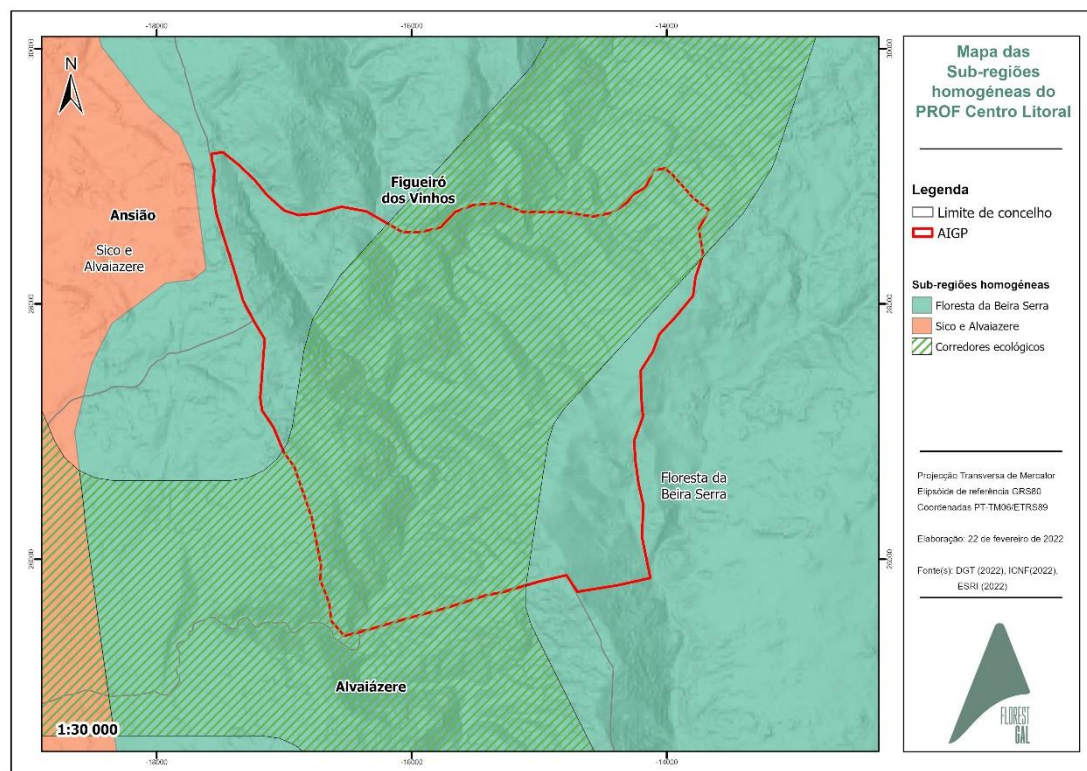


Tabela A.2.10 – Objetivos específicos da SRH Floresta da Beira Serra

	Objetivos específicos
Aumento do rendimento potencial	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e, em igualdade de outros fatores, menos suscetíveis ao fogo
	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva adaptáveis a sistemas de produção conjuntos com caça e silvopastorícia
	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e suscetíveis de produção de cogumelos e plantas aromáticas e medicinais
	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva, valorizadoras da paisagem tradicional da SRH
	Melhorar a gestão dos povoamentos existentes
	Aproveitar o potencial da regeneração natural
Diminuir a perigosidade	Aumentar a fração dos sistemas e espécies florestais com menor suscetibilidade ao fogo
	Ajustar o regime cinegético e silvo pastoril à função de gestão de combustível
	Aplicar ao ordenamento orientações provenientes da resposta aos incêndios de 2017

	Objetivos específicos
Conservação do solo	Aplicação sistemática das normas de conservação do solo e da água na instalação e gestão de povoamentos e na gestão dos sistemas florestais
Conservação da biodiversidade	Promover a diversificação de habitats no contexto dos sistemas e espécies a privilegiar
	Promover a diminuição do risco de destruição de habitats e espécies classificadas e destruição maciça de habitat
	Promover objetivos e avaliação da conservação da biodiversidade aplicáveis a grandes áreas em gestão conjunta, incluindo Planos de Ação de espécies
	Diminuir a ocupação por espécies exóticas invasoras (visando à erradicação)
Gestão conjunta	Fomentar/apoiar a gestão, incluindo a gestão conjunta
	Selecionar espécies e sistemas que permitam rendimento suficiente para uma gestão conjunta eficaz
	Integrar as metas de gestão de combustível nos PGF
	Integrar as metas de conservação do solo e da água nos PGF
	Integrar as metas de conservação da natureza nos PGF
	Integrar a gestão da caça e a silvopastorícia no âmbito dos objetivos e medidas aplicáveis às áreas em gestão conjunta
	Promover áreas de utilização turística com gestão conjunta
Sistemas conjuntos com ordenamento cinegético	Aumentar a produtividade cinegética
	Integrar a exploração silvo pastoril de pequenos ruminantes como um modo de gestão do combustível aplicável aos sistemas de produção florestal
	Recuperar e valorizar a dimensão turística da caça
Agricultura, plantas aromáticas e medicinais	Promover o aumento da micorrização orientada para a produção de cogumelos, promovendo a recolha nas áreas agrupadas
	Promover a apicultura nas áreas agrupadas
	Promover a produção de plantas aromáticas e medicinais em áreas agrupadas
Utilização turística	Valorizar os espaços florestais através da sua utilização turística
	Valorizar a utilização turística através do consumo de produtos tradicionais produzidos nos espaços florestais

Tabela A.2.11 – Espécies a privilegiar da SRH Floresta da Beira Serra

Espécie	Grupo I	Grupo II
Pinheiro-bravo	X	-
Eucalipto	X	-
Medronheiro	X	-
Cedro-do-buçaco	-	X
Castanheiro	-	X
Cipreste-comum	-	X
Nogueira-preta	-	X

Espécie	Grupo I	Grupo II
Nogueira	-	X
Cerejeira-brava	-	X
Pseudotsuga	-	X
Pinheiro-manso	X	-
Carvalho-português	X	-
Carvalho-negral	-	X
Carvalho-alvarinho	X	-
Azinheira	-	X
Sobreiro	X	-

Para atingir os objetivos específicos da sub-região homogénea Floresta da Beira Serra, a OIGP de Aguda preconiza as seguintes opções:

- Alteração do desenho funcional do território, com o objetivo de adequar os povoamentos florestais às condições biofísicas e edafoclimáticas;
- Promover a recuperação de espaços florestais degradados e com menores índices de produtividade;
- Recuperação de linhas de água com espécies ripícolas;
- Expansão das áreas ocupadas por floresta de outras folhosas, através do aproveitamento da regeneração natural, promovendo o crescimento destas áreas junto às linhas de águas, solos mais férteis, em encostas mais húmidas, assim como nas zonas de interface, possibilitando desta forma uma melhor compartimentação dos espaços e a criação de territórios mais resilientes à passagem do fogo;
- Diversificação das explorações através da instalação de um conjunto de culturas potenciadoras do desenvolvimento da economia local, associadas à produção agrícola, animal e florestal;
- Implementar a proteção das zonas de interface dos aglomerados rurais, através da alteração dos combustíveis florestais, por uma composição mais resiliente à passagem do fogo, nas zonas de interface;
- Promoção e implementação de práticas de gestão florestal sustentável, com vista à obtenção de produtos de melhor qualidade, da proteção do

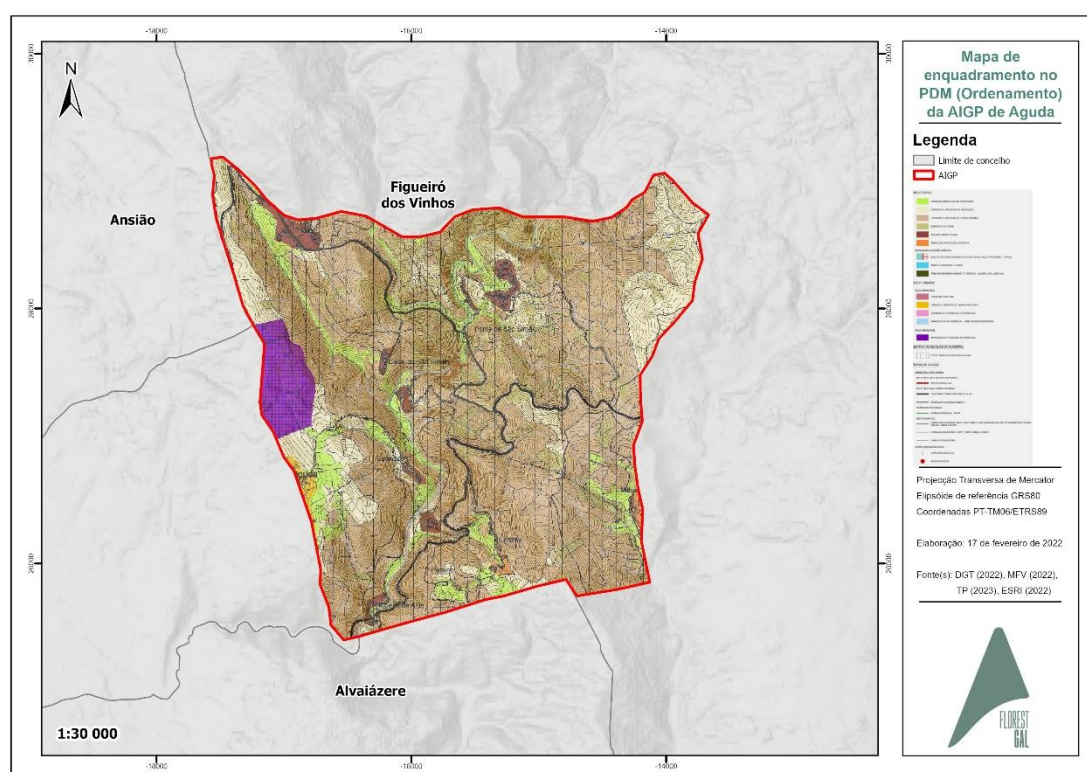
solo e dos recursos hídricos, assim como a manutenção da biodiversidade;

- Promoção e aumento da área florestal certificada;
- Fomentar a atividade silvo pastoril em conjugação com a exploração florestal e gestão de combustível, concentrando esta atividade nos corredores secos;
- Promoção da qualidade estética da paisagem.

a.4. Plano Diretor Municipal

No que se refere ao enquadramento no Plano Diretor Municipal a área de intervenção encontra-se inserida maioritariamente em Espaços Florestais de Conservação e na Estrutura Ecológica Municipal.

Figura A.2-25 - Mapa de enquadramento no PDM de Figueiró dos Vinhos



De acordo com o regulamento do PDM, estes espaços correspondem a áreas que contribuem para a manutenção da diversidade dos habitats das espécies da fauna, flora

e das paisagens, incluindo não só as espécies florestais de elevado valor ambiental adaptadas às condições edafoclimáticas do território.

Com o objetivo o objetivo de enquadrar a ocupação do solo com o definido no PDM, foi preconizada a reconversão de 45,68% de áreas afetadas a floresta de produção, compostas por povoamentos monoespecíficos, para uma maior diversidade de espécies, compostas essencialmente por floresta de outras folhosas, com função principal de conservação.

Tabela A.2.12 – Matriz de transformação – Enquadramento PDM

Matriz de transição (POSA>>>POSP)	ha	%
Florestas de eucalipto >>> Florestas de castanheiro	10,93	3,07
Florestas de eucalipto >>> Florestas de outras folhosas	103,82	29,11
Florestas de eucalipto >>> Florestas de outros carvalhos	145,93	40,91
Florestas de eucalipto >>> Florestas de pinheiro manso	1,52	0,43
Florestas de eucalipto >>> Florestas de sobreiro	0,97	0,27
Florestas de eucalipto >>> Olivais	10,50	2,94
Florestas de eucalipto >>> Pastagens melhoradas	65,92	18,48
Florestas de eucalipto >>> Pomares	3,32	0,93
Florestas de pinheiro-bravo >>> Florestas de outras folhosas	3,65	1,02
Florestas de pinheiro-bravo >>> Florestas de outros carvalhos	1,53	0,43
Florestas de pinheiro-bravo >>> Florestas de pinheiro manso	6,68	1,87
Florestas de pinheiro-bravo >>> Olivais	0,68	0,19
Florestas de pinheiro-bravo >>> Pastagens melhoradas	1,24	0,35
Total	356,70	100

b) Instrumentos de Gestão Integrada de Fogos Rurais

b.1. Programas Regional de Ação e Sub-regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais

De acordo com o que está definido no Decreto-Lei 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual, nos seus artigos 31.º e seguintes, o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR) é um plano plurianual que define a visão, missão e políticas de gestão do fogo rural e de proteção contra incêndios rurais.

O Plano Nacional de Ação (PNA) é parte integrante do PNGIFR e define os grandes projetos nacionais, por objetivo estratégico.

Os Programas Regionais de Ação (PRA) de Gestão Integrada de Fogos Rurais transportam o Plano Nacional de Ação (PNA) para a escala regional, identificando, de entre os projetos nele inscritos, os que devem ser prioritariamente implementados, e definem a rede primária de faixas de gestão de combustível.

Relativamente à rede primária definida ao nível do PRA centro, será instalada com orientações técnicas definidas no “Manual de rede primária” emitido pela Divisão de proteção florestal e valorização de áreas públicas, em 20 de maio de 2014, com ligeiras alterações para incluir o que está previsto no Artigo 48º do Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro e tem por base os seguintes princípios:

- É apoiada em rede viária florestal de largura não inferior a 6 m;
- Junto à rede viária fundamental é criada uma faixa de interrupção de combustíveis (FIC), com 10 m para cada um dos lados, em que se deve remover a totalidade do coberto arbóreo e arbustivo (exceto quando se trate de espécies protegidas);
- Contígua à FIC, cria-se uma faixa de redução de combustíveis (FRC), de largura de 20m em que o coberto arbóreo deverá preferencialmente, apresentar um espaçamento entre copas de 4 m, garantindo a descontinuidade horizontal deste estrato;
- Segue-se uma faixa de redução de combustíveis (FRC) em que é possível existir coberto arbóreo com maior densidade, apresentando preferencialmente um distanciamento entre copas de 2 m.

- Nas FRC devem remover-se os combustíveis de superfície (herbáceo, subarbustivo e arbustivo), deve promover-se a abertura dos povoamentos e a supressão da parte inferior das copas.

Os Programas Sub-Regionais de Ação (PSA) de gestão integrada de fogos rurais adaptam à escala das NUT III o Programa Regional de Ação que lhes dá origem, identificando de entre os projetos nele inscritos aqueles que devem ser prioritariamente implementados, e têm um caráter executivo e de programação operacional, devendo cumprir as orientações e prioridades regionais, numa lógica de contribuição para o todo nacional.

Nas áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustíveis, que serão definidas em sede de PSA, estão previstas ações de controlo da vegetação espontânea com recurso aos meios adequados, para promover a redução da carga de combustíveis, ações de correção de densidades e desramações.

Segundo informação publicitada no site da AGIF, o PRA Centro foi aprovado a 26 de outubro de 2022 e o PSA Região de Leiria encontra-se em elaboração (www.agif.pt/pt/centro a 29 de novembro de 2023).

As intervenções previstas nesta OIGP contribuem positivamente para atingir as metas definidas nas fichas de projeto abaixo indicadas, que estão a ser trabalhadas ao nível da Comissão Sub-regional da Região de Leiria:

- Ficha de projeto 1.2.2.2 – Património florestal com gestão certificada numa ótica de circularidade
 - Meta 1 – Listar tipologias de produtos florestais aptos a gestão certificada
 - Meta 4 – Aumentar os produtos de florestais de gestão certificada.
- Ficha de projeto 2.1.1.1 – Áreas integradas de gestão da paisagem
 - Meta 1 – AIGP constituída
 - Meta 2 – AIGP com OIGP aprovada
- Ficha e projeto 2.1.1.2 – Gestão da paisagem e remuneração dos serviços de ecossistemas
 - Meta 2 – Apoiar a reconversão de povoamentos instalados com espécies autóctones mais bem-adaptadas

- Meta 3 – Aumentar o rendimento dos proprietários que prestam serviços de ecossistemas
- Ficha de projeto 2.2.1.4 – Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustíveis
 - Meta 1 – Gestão de combustíveis, gestão de densidades, ações de reconversão da ocupação e ações de redução da biomassa
- Ficha de projeto 2.2.1.5 – Proteção de áreas de elevado valor
 - Meta 2 – Gestão de combustíveis, gestão de densidades, ações de reconversão da ocupação e ações de redução da carga de combustível
- Ficha de projeto 2.2.1.7 – Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos
 - Contribuir para que as metas definidas nesta ficha de projeto sejam alcançadas, através da instalação de pastagens permanentes de sequeiro.

b.2. Programa Municipal de Execução de Gestão Integrada de Fogos Rurais

De acordo com o Artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro, na sua redação atual, o Programa Municipal de Execução (PME) de Gestão integrada de Fogos Rurais adapta à escala do Município de Figueiró dos Vinhos o PSA da Região de Leiria, identificando os projetos nele inscritos que deverão ser prioritariamente implementados.

À data da elaboração da presente OIGP, o Plano Municipal de Execução (PME) de Gestão Integrada de Fogos Rurais do Município de Figueiró dos Vinhos, não se encontra aprovado, pelo que a presente análise será enquadrada no âmbito do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Figueiró dos Vinhos, instrumento legal em vigor até 31 de dezembro de 2024, como previsto no n.º 1 do Artigo 79.º - Norma Transitória, do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual.

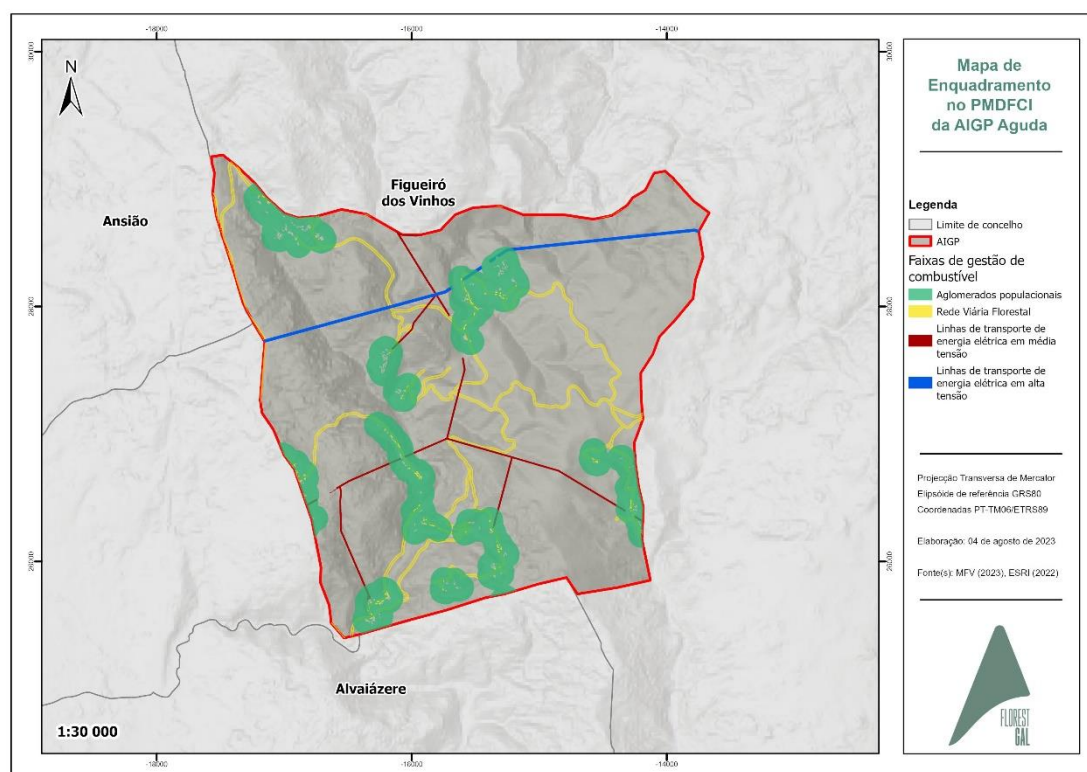
O PMDFCI contém as ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das ações de prevenção, inclui a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

As ações constantes no PMDFCI de Figueiró dos Vinhos, no que se refere à rede de defesa da floresta contra incêndios na área da OIGP de Aguda, encontram-se sintetizados no quadro seguinte.

Tabela A.2.13 – Enquadramento da OIGP no PMDFCI de Figueiró dos Vinhos (Rede de faixas de gestão de combustível)

Descrição da FGC	Área (ha)
Aglomerados populacionais	162,63
Rede Viária florestal	44,36
Linhas de transporte de energia elétrica em média tensão	9,31
Linhas de transporte de energia elétrica em alta tensão	8,46
Total	224,76

Figura A.2-26 - Mapa de enquadramento no PMDFCI de Figueiró dos Vinhos



Através da análise do PMDFCI de Figueiró dos Vinhos foram identificados, na área da OIGP de Aguda, 224,76 ha que integram a rede de faixas de gestão de combustível. Nas áreas identificadas devem, de acordo com a legislação em vigor, ser implementadas medidas de gestão de combustível e de alteração da sua composição, com o objetivo de isolar potenciais focos de ignição, reduzir os efeitos da passagem dos incêndios protegendo as infraestruturas e facilitar a respetiva supressão dos incêndios. Com o objetivo de facilitar o cumprimento das funções das FGC foi preconizada, nestas áreas, a alteração da ocupação do solo para espécies mais resilientes ao fogo, possibilitando também a renumeração pelos serviços de ecossistema gerados, contribuindo para o aumento da sustentabilidade das operações.

c) Servidões e restrições de utilidade pública**c.1. Regime Florestal e Sistema Nacional de Áreas Classificadas**

Por Regime Florestal entende-se o conjunto de disposições destinadas não só à criação, exploração e conservação da riqueza silvícola, sob o ponto de vista da economia nacional, mas também o revestimento florestal dos terrenos cuja arborização seja de utilidade pública, e conveniente ou necessária para o bom regime das águas e defesa das várzeas, para a valorização das planícies áridas e benefício do clima, ou para a fixação e conservação do solo, nas montanhas, e das areias no litoral marítimo.

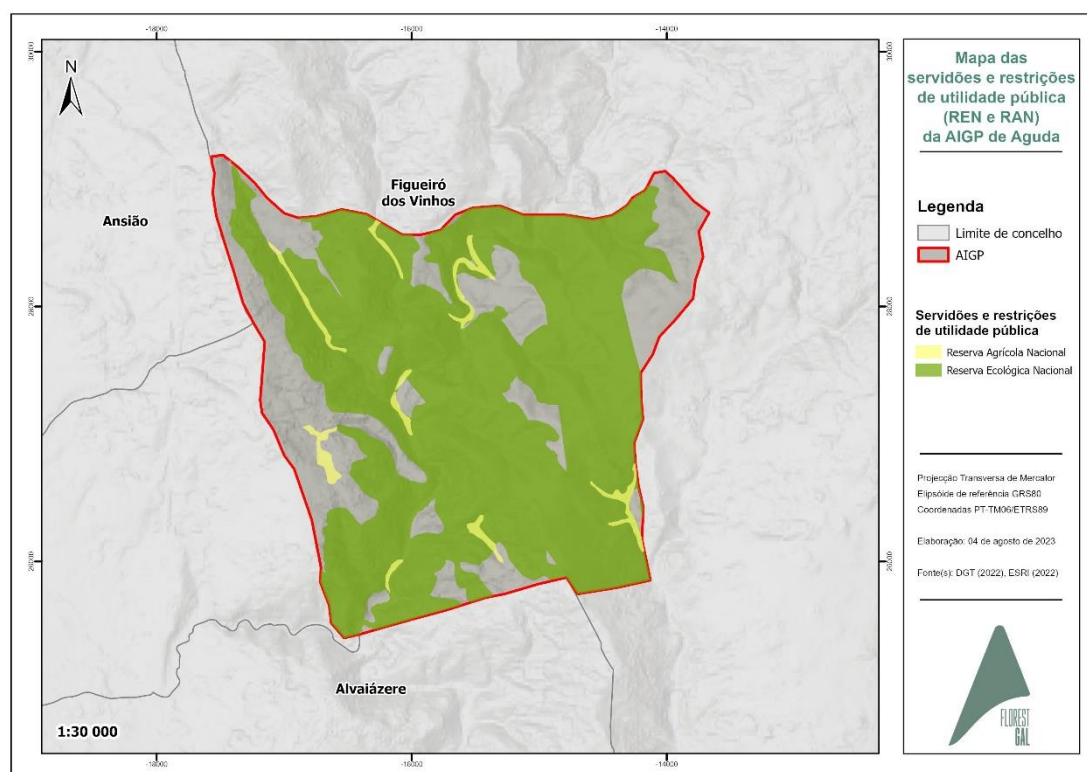
O Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) foi estruturado pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro, sendo constituído pela Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), pelas Áreas Classificadas que integram a Rede Natura 2000 e pelas demais Áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português.

Na área da AIGP de Aguda não foram identificadas áreas submetidas a regime florestal nem áreas classificadas no âmbito do SNAC.

c.2. Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional

Na área de intervenção não existem áreas protegidas, nem submetidas ao Regime Florestal. Destacam-se aqui como restrições de utilidade pública, as áreas afetadas à Reserva Ecológica Nacional (REN) e à Reserva Agrícola Nacional (RAN). A área abrangida pela REN ocupa cerca de 74,12% do território e caracteriza-se por uma estrutura biofísica que integra as áreas que são objeto de proteção especial por causa do seu valor e sensibilidade ecológicos ou pela sua suscetibilidade a riscos naturais. A ocupação florestal revela aqui um papel fundamental para a preservação e proteção das zonas de relevo e declives acentuados, face à ação dos agentes erosivos, constituindo também uma estrutura fundamental à conservação e qualificação dos valores paisagísticos e ambientais. A RAN ocupa cerca de 2,5% da área de intervenção e caracteriza-se pelo conjunto das áreas que em termos agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos apresentam maior aptidão para a atividade agrícola.

Figura A.2-27 - Mapa de Servidões e Restrições de Utilidade Pública



Na área da REN, foi promovido um melhor desenho funcional do território, com o objetivo de adequar os povoamentos florestais às condições biofísicas e edafoclimáticas. Esta opção irá possibilitar, em determinadas áreas, a alteração da paisagem para uma ocupação do solo, composta por áreas ocupadas por floresta de outras folhosas, que melhor garantam as funções ecológicas.

Será também efetuada a promoção e implementação de práticas de gestão florestal sustentável, com vista à proteção do solo e dos recursos hídricos, assim como a manutenção da biodiversidade.

Na área da RAN, foram mantidas as áreas ocupadas com a atividade agrícola, assim como foram alteradas algumas áreas com a introdução /expansão de culturas de olival e frutos secos. Na área da RAN ocupada por floresta, em determinadas áreas, foi promovida a alteração da espécie existente para espécies de floresta folhosas (Medronheiro, outras folhosas e outros carvalhos).

c.3. Linhas de alta tensão e antenas, Marcos Geodésicos, Sítios arqueológicos

Na área da AIGP de Aguda não existem marcos geodésicos, nem património arqueológico classificado ou em vias de classificação.

No que se refere à constituição de servidões administrativas referentes a infraestruturas de produção, transporte e distribuição de energia elétrica estas regem-se pelo previsto no Decreto de Lei n.º 29/2006 de 15 de fevereiro. Nestas áreas não podem existir ocupações, que possam pôr em causa a segurança e a exploração das infraestruturas.

Nestas infraestruturas, de acordo com o Decreto de Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro, na sua redação atual, a entidade responsável é obrigada a executar a gestão do combustível numa faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores, acrescidos de uma faixa de largura não inferior a 10 m para cada um dos lados. Através da análise do PMDFCI de Figueiró dos Vinhos, foram identificados 8,46 ha de faixas de gestão de combustível, associadas às linhas de alta tensão.

Na presente OIGP foi proposta a alteração da ocupação destas áreas para espécies mais resilientes ao comportamento do fogo. Contudo a instalação e manutenção destas áreas devem seguir os critérios de gestão de combustível estipulados no Decreto de Lei n.º 82/2021 de 15 de outubro, na sua redação atual.

Tabela A.2.14 – Matriz de transformação - FGC rede elétrica alta tensão

Ocupação do solo (COS)	Atual (POSA)		Proposta (POSP)		Variação
	ha	%	ha	%	ha
Florestas de castanheiro	0	0	0,08	0,93	0,08
Florestas de eucalipto	7,00	82,70	0	0	-7,00
Florestas de outras folhosas	1,10	12,99	1,80	21,22	0,70
Florestas de outros carvalhos	0	0	5,38	63,57	5,38
Florestas de pinheiro bravo	0,36	4,30	0	0	-0,36
Florestas de pinheiro manso	0	0	0,16	1,85	0,16
Olivais	0	0	0,59	6,98	0,59
Pastagens melhoradas	0	0	0,46	5,44	0,46
Total	8,46	100	8,46	100	

c.4. Domínio hídrico

O Domínio Público Hídrico é constituído pelo conjunto de bens que pela sua natureza são considerados de uso público e de interesse geral, que justificam o estabelecimento de um regime de carácter especial aplicável a qualquer utilização ou intervenção nas parcelas de terreno localizadas nos leitos das águas do mar, correntes de água, lagos e lagoas, bem como as respetivas margens e zonas adjacentes a fim de os proteger.

A constituição de servidões administrativas e restrições de utilidade pública relativas ao Domínio Público Hídrico segue o regime previsto na legislação aplicável, nomeadamente a Lei n.º 54/2005 de 15 de novembro e a Lei n.º 58/2005 de 29 de dezembro, na sua redação atual.

Consideram-se recursos hídricos todas as águas subterrâneas ou superficiais, os respetivos leitos e margens e ainda, as zonas de infiltração máxima, as zonas adjacentes e as zonas protegidas.

Através da consulta da informação disponível no Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT), podemos verificar que na área da AIGP de Aguda não se encontram delimitadas áreas sujeitas à servidão do Domínio Público Hídrico.

c.5. Outros regimes relevantes para a gestão

A área da AIGP de Aguda encontra-se inserida na zona de caça municipal de Figueiró dos Vinhos e Monte Vez.

Segundo o Decreto-Lei n.º 202/2004 de 18 de agosto, na sua redação atual, as Zonas de Caça Municipais (ZCM) são constituídas de forma a proporcionar o exercício organizado da caça a um número maximizado de caçadores em condições particularmente acessíveis.

Tabela A.2.15 – Zonas de caça existente na AIGP de Aguda

N.º zona de caça	Designação da zona de caça	Entidade gestora	Área (ha)
6474	ZCM de Figueiró dos Vinhos	Clube de Caçadores Bairradense	9 343
3701	ZCM Monte de Vez	Associação de Caçadores da Freguesia de Cumieira e Lagarteira	2 997

A gestão da atividade cinegética é regulamentada pelos Planos de ordenamento e Gestão Cinegética, pelos Planos de Gestão e pelos Planos anuais de Exploração.

A gestão sustentável dos recursos cinegéticos, contribui para uma gestão efetiva dos habitats, para a conservação da natureza e a manutenção da biodiversidade, assim como favorecem a proteção contra incêndios rurais, com a criação de áreas de descontinuidade, importantes nas ações de prevenção e combate a incêndios rurais.

Com o objetivo de potenciar a recuperação e dinamização de ecossistemas cinegéticos, a presente OIGP preconiza as seguintes ações:

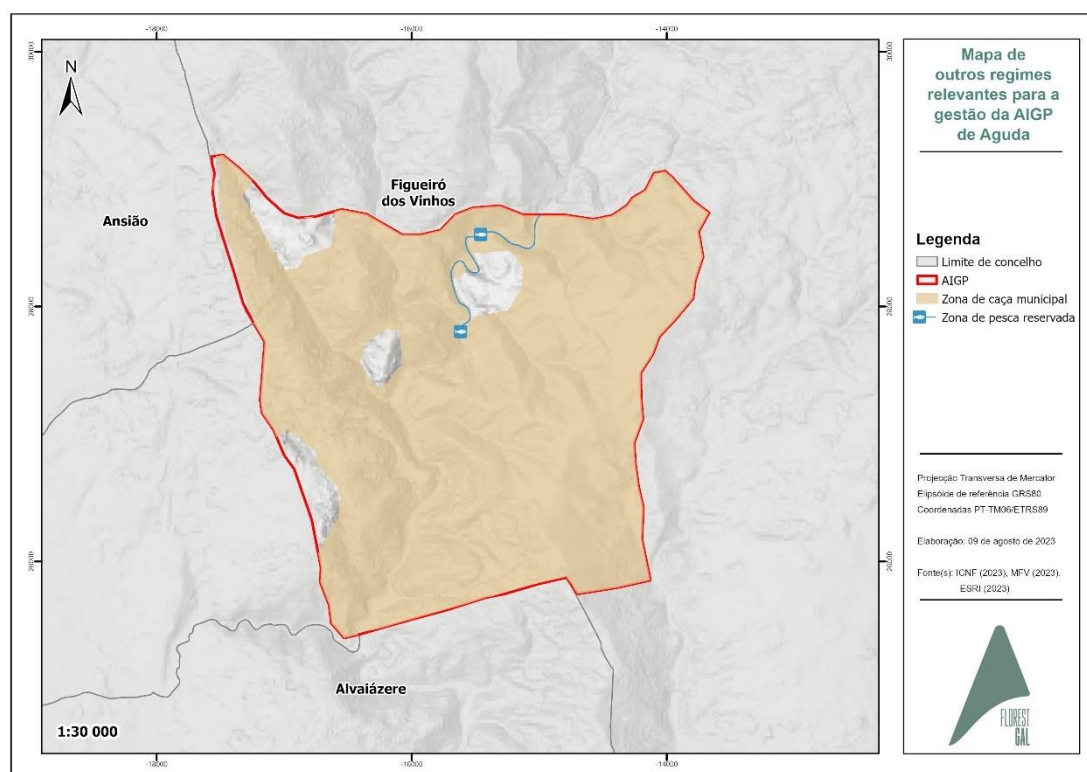
- Aproveitamento da regeneração natural;
- Manutenção e valorização de áreas com espécies de grande valor ambiental;
- Diversificação dos povoamentos florestais com espécies autóctones, promovendo desta forma uma gestão dos habitats de fauna;

- Recuperação das linhas de água com espécies ripícolas, fomentadoras da presença de avifauna;
- Intervenção no subcoberto, com a finalidade de disponibilização de alimento, refúgio e locais para reprodução;
- Minimização dos impactes provocados pelas ações de mobilização do solo decorrentes das ações mecânicas, estando estas preconizadas apenas em áreas com um declive inferior a 25%, pelo que nas áreas mais sensíveis o planeamento das operações definiu como alternativa, intervenções moto-manuais;
- Criação de zonas de atração (pastagens melhoradas), com o objetivo de reduzir o impacto negativo que algumas espécies, nomeadamente o veado e o javali, podem gerar nos povoamentos florestais em fase inicial de desenvolvimento.

Para além das ações acima mencionadas, o planeamento das operações florestais, deve assegurar a proteção e conservação dos ecossistemas existentes, assim como deve ter presente as épocas de acasalamento, reprodução e nidificação das espécies.

Deverão também, as entidades gestoras das ZCM ser integradas no processo de planificação das intervenções para mitigar os efeitos negativos da redução das áreas de refúgio da fauna cinegética provocada pela eliminação das áreas de matos e para maximizar as vantagens decorrentes do aumento e dispersão das áreas cultivadas, assim como da instalação de pastagens de sequeiro nas linhas de festo.

Figura A.2-28 - Mapa de outros regimes relevantes para a gestão



Relativamente às zonas de pesca, destaca-se a Ribeira de Alge, à qual foi atribuída a concessão de pesca desportiva. Esta concessão, localizada na Ribeira de Alge, entre a Ponte de Campelo e a Ponte de S. Simão, numa extensão de 15 kms, é um dos locais privilegiados para a prática da pesca desportiva, especialmente no referente à Pesca à Truta (truta fário).

Com o objetivo de potenciar a recuperação e dinamização de ecossistemas aquícolas, a presente OIGP visa a recuperação e preservação das galerias ripícolas com espécies autóctones, com o objetivo de favorecer os ecossistemas aquáticos, potenciando um aumento da sua produtividade através da disponibilização de alimentos e diversificação da estrutura física do habitat. As operações florestais devem minimizar o impacto negativo, assegurando a permanência de um correto nível de coberto vegetal.

d) Planos de Gestão Florestal

Através da consulta do site do ICNF, podemos verificar que na área da AIGP de Aguda, não existem planos de gestão florestal em vigor.

A.2.4. Ações de divulgação e de acompanhamento junto dos atores locais e proprietários

Desde a constituição da AIGP o município tem vindo a promover a realização de várias sessões públicas com os proprietários e demais interessados, fundamentalmente para que estes tenham conhecimento da existência do projeto e que se mobilizem e efetuem o registo das suas propriedades junto do BUPi, quer no balcão existente nas instalações do Município e Junta de Freguesia da Aguda, quer através do site na internet.

A publicitação destas sessões e informação da AIGP, foram efetuadas através de painéis publicitários, dos meios de comunicação locais, publicação de Editais e envio de cartas.

O registo das propriedades no BUPi e a transmissão dos dados à Entidade Gestora será fundamental para permitir à Entidade Gestora o conhecimento detalhado das diversas propriedades e dos respetivos proprietários, possibilitando o estabelecimento de contactos com vista à obtenção de Declarações de Adesão e posteriormente a contratualização da gestão, nos termos em que se vier a definir.

Posteriormente, já com a participação da Entidade Gestora, foram efetuadas novas rondas de sessões públicas para divulgação e apresentação da AIGP e do projeto preliminar da OIGP e o esclarecimento de dúvidas e questões, através da abertura aos participantes de perguntas e respostas.

Foi ainda elaborado pela Entidade Gestora e distribuído pelo Município junto dos munícipes e outras entidades, com quem tem havido uma estreita articulação e colaboração, o seguinte folheto com indicação da zona abrangida pela OIGP e com o apelo para que os proprietários efetuem a Representação Gráfica Georreferenciada (RGG) das suas propriedades, junto do BUPi, evitando assim que no futuro venham a ser consideradas Terras Sem Dono Conhecido.

Quer investir e melhorar a gestão da sua propriedade?

Aproveite a oportunidade, participe no processo das AIGP, sem custos para si.

Não tem possibilidade de o fazer?

A FlorestGal garante a execução das ações através de um contrato para a gestão da sua propriedade.

Quer fazer um registo simplificado?

Dirija-se ao Espaço do Cidadão onde estão os serviços de atendimento do município e o Balcão Único do Prédio (BUI).

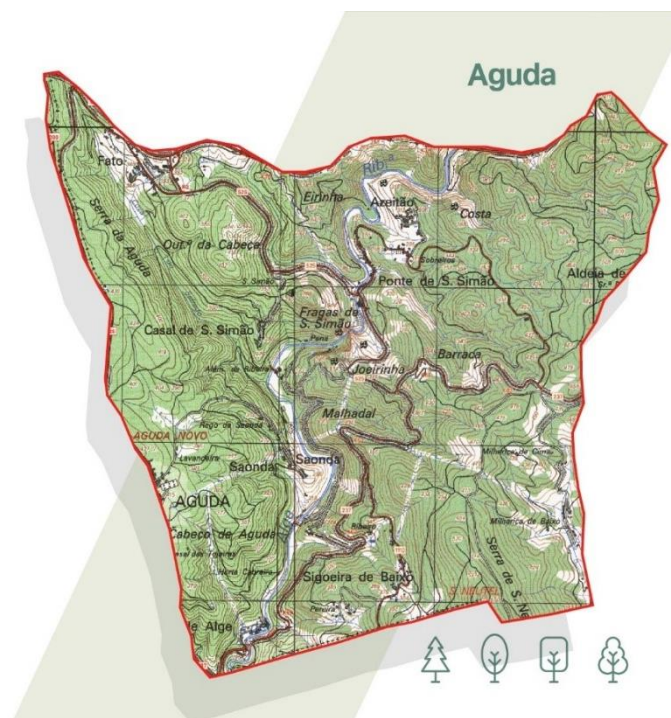
O atendimento funciona ininterruptamente das 9h00 às 16h30, de segunda a sexta.

Não perca tempo leve os documentos:

- Cartão de Cidadão (ou Bilhete de Identidade e NIF - número de identificação fiscal);
- Cadeneta predial com o número das matrizes ou informação para consulta no Portal das Finanças;
- Se o interessado se fizer representar - preencha previamente uma Procuração simplificada modelo BUIPI ou um documento formal, que comprove a legitimidade do promotor para dar início ao procedimento de RGG.

Documentos facultativos:

- Levantamento topográfico, caso o promotor tenha feito previamente o levantamento das coordenadas;
- Documento que comprove a titularidade direito de propriedade, se existir, ou formulário modelo IRN para justificação do pedido de registo.



Para além dos contactos e reuniões com as entidades e alguns proprietários que se têm dirigido à sede da Florestgal, S.A., a Entidade Gestora, até à presente data participou nas seguintes sessões públicas:

- 29 de julho de 2022: sede da Florestgal, S.A., em Figueiró dos Vinhos;
- 8 outubro de 2022: Junta da Freguesia da Aguda;
- 29 de julho de 2023: Junta da Freguesia da Aguda;

Figura A.2.30 – Sessões Públicas





AIGP DA AGUDA

CONVOCATÓRIA PARA A SESSÃO PÚBLICA DA AIGP DA AGUDA

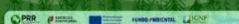
A TODOS OS PROPRIETÁRIOS DE TERRENOS DENTRO DESTA ÁREA

REUNIÃO NA JUNTA DE FREGUESIA DE AGUDA
29 DE JULHO 2023 - 18H30



ORGANIZAÇÃO:
CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRO DOS VINHOS
JUNTA DE FREGUESIA DA AGUDA
ENTIDADE GESTORA FLORESTGAL - EMPRESA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, S.A.

CONTACTOS
CÂMARA MUNICIPAL | BUPI 915 771 946
JUNTA FREGUESIA AGUDA 236 622 602
910 899 490
FLORESTGAL 236 550 550





A TODOS OS PROPRIETÁRIOS DE TERRENOS DENTRO DESTA ÁREA:

CONVOCATÓRIA

Reunião na Junta de Freguesia de Aguda
8 DE OUTUBRO 2022 - 18h00

Não Falte! É do seu interesse.



AIGP
ÁREA INTEGRADA DE GESTÃO DA PAISAGEM

CONTACTOS
CÂMARA MUNICIPAL | BUPI 915 771 946
JUNTA FREGUESIA AGUDA 236 622 602
910 899 490



B. Programação da execução

B.1. Unidades de intervenção

As Unidades de Intervenção (UI), foram definidas de acordo com o preconizado no “Quadro de referência de apoio à elaboração das propostas” e correspondem a áreas com as mesmas condições edafoclimáticas e de ocupação de solo, nas quais se pretende realizar um conjunto de operações com as mesmas características tendo em vista a sua reconversão para outro uso ou a manutenção e/ou valorização do uso existente.

Para a definição das Unidades de Intervenção, foi tida em consideração a verificação cumulativa dos seguintes critérios:

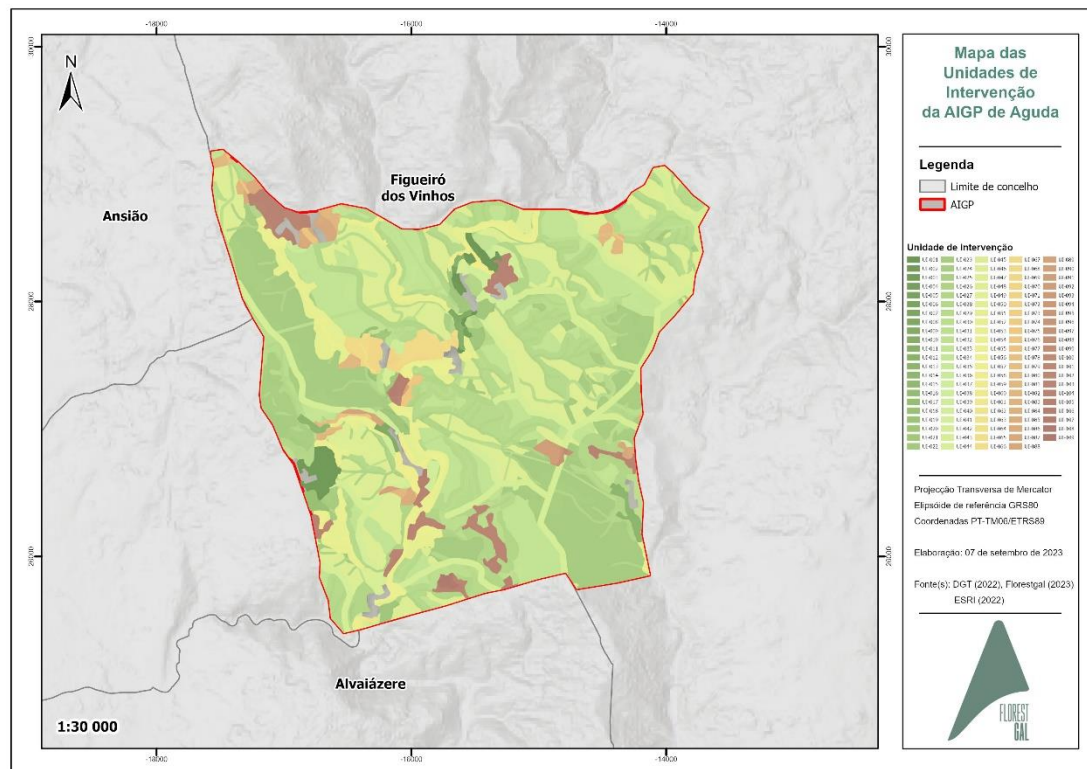
- Ocupação atual do solo – agrupando todas as áreas em que se verifica a mesma ocupação atual (POSA);
- Ocupação proposta do solo – agrupando todas as áreas para as quais se propõe a mesma ocupação (POSP)
- Classe de declive – agrupando as áreas em duas classes de declive (<25% - classe em que se considerou que é possível a realização de operações mecânicas e =>25% - classe em que se considerou que as operações a realizar seriam obrigatoriamente moto-manuais);
- Função – agrupando áreas de acordo com a sua função principal.

As Unidades de Intervenção foram então definidas, como áreas em que todos os critérios são coincidentes.

A combinação deste conjunto de critérios deu origem às Unidades de Intervenção constantes na figura da alínea seguinte e cuja listagem se apresenta no Anexo 01 – Quadro das Unidades de Intervenção.

a) Mapeamento das Unidades de Intervenção

Figura B.1-1 - Mapa das unidades de intervenção



b) Quadro das unidades de intervenção

Devido à sua dimensão, o quadro contendo as Unidades de Intervenção consta do Anexo 01 – Quadro das Unidades de Intervenção.

B.2. Modelo de exploração florestal

Para as áreas que tem como função principal a produção, os modelos de silvicultura utilizados foram adaptados dos preconizados no PROF Centro Litoral de forma a ser possível conciliar as operações necessárias à instalação/valorização dos povoamentos florestais com os montantes máximos elegíveis, tendo em consideração a totalidade da área proposta.

Relativamente à instalação de novos povoamentos em áreas com funções principais de proteção e conservação, como a instalação de povoamentos está condicionada a um período temporal curto, na instalação, serão constituídos povoamentos equiênicos. A tipologia das intervenções deve tendencialmente modificar a composição da estrutura horizontal e vertical dos povoamentos.

Esta forma de intervenção pretende influenciar, positivamente, e no médio-longo prazo, a criação de condições para a coexistência de árvores diferentes espécies e idades, estados de desenvolvimento, constituindo assim, um mosaico onde estejam presentes árvores jovens provenientes de regeneração natural e árvores de idade avançada ou mesmo decrépitas.

Sempre que se proceder à valorização de povoamentos já existentes, o modelo de silvicultura deve ser ajustado para promover uma diferenciação equilibrada em termos de distribuição das diversas classes etárias e/ou de dimensão. Deverão ser executados cortes salteados e seletivos, criando desta forma uma estrutura jardinada.

Por essas razões devem ser implementados modelos de silvicultura “mais próximos da natureza”, promovendo a diversidade de espécies florestais com melhor aptidão para as condições edafoclimáticas. Deve ser preservada e potenciada a regeneração natural, respeitando desta forma os processos naturais.

Estas áreas contribuem positivamente para a conservação do solo e da água, melhoram a estabilidade e resiliência, incrementando a biodiversidade e a conservação dos recursos naturais.

Estes modelos de silvicultura permitem uma oferta flexível e continua de produtos e serviços diversificados, melhorando a conservação da natureza, o valor recreativo e cultural dos espaços florestais.

As tipologias florestais da COS2018 preconizadas nesta proposta, preveem a instalação de novos povoamentos de florestas de castanheiro, de outras folhosas, de outros carvalhos, de pinheiro-bravo, de pinheiro manso e de sobreiro, para além da manutenção de florestas de castanheiro, de eucalipto, de outras folhosas, de outros carvalhos e de pinheiro-bravo.

As Florestas de Outras Folhosas (nomenclatura COS2018) incluem povoamentos de espécies como o medronheiro. A vegetação ripícola é incluída também nesta classificação COS2018 e é constituída por espécies como amieiros, bétulas, ulmeiros, salgueiros, freixos, choupos, etc. Deve ser promovida a sua valorização e a sua densidade ajustada por forma a cumprir mais eficazmente a sua função principal de proteção das linhas de água.

As Florestas de Outros Carvalhos (nomenclatura COS2018) incluem os novos povoamentos a instalar assim como os povoamentos existentes a valorizar de carvalho português, carvalho alvarinho e carvalho negral, espécies florestais a privilegiar do Grupo I e II na Sub-região Homogénea das Florestas da Beira Serra, no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior.

Na execução de todas as operações de reconversão ou de valorização dos Povoamentos Florestais (nomenclatura COS2018) deve ter-se em atenção a necessidade de preservação de todos os exemplares de espécies protegidas, assim como todos os exemplares ou conjunto de exemplares com interesse de conservação, que permitam o estrito cumprimento das normas legais em vigor e a implementação das boas práticas.

a) Instalação de novos povoamentos de florestas de castanheiro (15,5 ha)

UI-003, UI-004, UI-005, UI-018, UI-019, UI-020, UI-021, UI-047, UI-048, UI-049, UI-062, UI-063 e UI-096

Os modelos de silvicultura utilizados são adaptados com base nos modelos de produção do PROF por forma a permitir que os novos povoamentos a instalar cumpram a sua função:

- CT1 Povoamento puro de castanheiro, em alto fuste, com o objetivo principal produção de lenho.

Estes novos povoamentos têm como principais funções a conservação dos habitats e dos recursos genéticos e a proteção às linhas de água.

A densidade de plantação inicial deverá ser de 950 árvores/ha, mas deveremos atingir uma densidade final de 200 árvores/ha. Os povoamentos deverão ser puros, ter estrutura regular e conduzidos em regime de alto-fuste.

Ano 0 – Instalação dos povoamentos por plantação.

Os povoamentos deverão ser instalados por plantação, preferencialmente com recurso a plantas resistentes à tinta do castanheiro. Não devemos, no caso dos castanheiros, utilizar a sementeira, uma vez que existe o risco de as sementes serem consumidas por animais. Sempre que existir regeneração natural, deve ser aproveitada.

As plantas deverão ser protegidas com a colocação de protetores individuais que, nos primeiros tempos de desenvolvimento, impedem o seu consumo pelos herbívoros.

Ano 3 e 5 – Limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

Esta limpeza deve ser realizada para impedir a concorrência direta da vegetação espontânea com as plantas jovens.

Ano 7 – Rolagem, poda de formação e limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

A rolagem deverá incidir sobre as árvores mal conformadas ou danificadas. A poda de formação só se realizará nas árvores de futuro, mais possantes e bem conformadas. A operação de limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva deve também incluir a destruição dos materiais resultantes da rolagem e das podas de formação.

Ano 10 – Desramação e limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

Iniciar quando as árvores atingem 7 a 9m de altura total. Nunca deve exceder 1/3 da altura total da árvore. A desramação deverá incidir sobre as árvores que se pretende que atinjam o corte final. A operação de limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva deve também incluir a destruição dos materiais resultantes da desramação.

Ano 20 – Desbaste e limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

Operação a ser realizada quando existir contacto entre as copas das árvores. Esta operação deve selecionar as árvores que vão atingir o corte final. Deve ser retirado todo o material que pode ser valorizado comercialmente e destruído todo o restante

material, em conjunto com a operação de limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva.

O desbaste deve ser seletivo e não devem ser retiradas mais do que 20% do total das árvores existentes.

Após o 20º ano prevê-se a realização de mais 5 desbastes com uma periodicidade de não inferior a 7 anos e o corte de realização aos 60 anos com uma densidade aproximada de 200 árvores/ha.

b) Instalação de novos povoamentos de florestas de outras folhosas (108,9 ha)

UI-006, UI-007, UI-024, UI-025, UI-026, UI-027, UI-064, UI-070, UI-071, UI-072, UI-086 e UI-097

Nestas áreas pretende-se instalar árvores características da vegetação ripícola, como a cerejeira brava, o freixo e o choupo. As áreas em que se pretende instalar estas florestas de outras folhosas são maioritariamente as áreas envolventes às linhas de água.

Os modelos de silvicultura utilizados são adaptados com base nos modelos de produção do PROF por forma a permitir que os novos povoamentos a instalar cumpram a sua função:

- CB (Povoamento puro de cerejeira brava, em alto-fuste, com objetivo principal produção de lenho);
- CH (Povoamento puro de choupo, com objetivo principal produção de lenho);
- Fr (Povoamento puro de freixo, em alto-fuste, com objetivo principal produção de lenho).

Estes novos povoamentos têm como principais funções a conservação dos habitats e dos recursos genéticos e a proteção às linhas de água.

A densidade inicial da plantação deverá ser de 950 árvores/ha, pretendendo-se que no termo de exploração existam cerca de 400 árvores/ha. Sempre que possível, as plantas devem ter proveniências locais ou de proximidade, para que estejam mais bem adaptadas às condições edafoclimáticas.

Ano 0 – Instalação dos povoamentos por plantação.

Os povoamentos deverão ser instalados por plantação. Sempre que existir regeneração natural, deve ser aproveitada.

As plantas deverão ser protegidas com a colocação de protetores individuais, que, nos primeiros tempos de desenvolvimento, impedem o seu consumo pelos herbívoros.

Ano 3 e 5 – Limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

Esta limpeza deve ser realizada para impedir a concorrência direta da vegetação espontânea com as plantas jovens.

Ano 7 – Rolagem e limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

A rolagem deverá incidir sobre as árvores malconformadas ou danificadas. A operação de limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva deve também incluir a destruição dos materiais resultantes da rolagem.

Ano 15 – Poda de formação e limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

Devem ser podadas todas as árvores que se pretendem que mantenham no povoamento. Os resíduos produzidos nesta operação devem ser destruídos na operação de limpeza da vegetação herbácea e arbustiva.

Ano 20 – Desramação e limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

A desramação deve incidir sobre as árvores a manter. Não deve exceder metade da altura total da árvore. A limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva deve também incluir a destruição dos restos da desramação que não tenham aproveitamento económico.

c) Instalação de novos povoamentos de florestas de outros carvalhos (162,9 ha)

UI-028, UI-029, UI-030, UI-031, UI-054, UI-055, UI-065, UI-066, UI-067, UI-073, UI-074, UI-075, UI-076, UI-087, UI-088, UI-089, UI-090 e UI-093

Nestas áreas pretende-se instalar outros carvalhos, como por exemplo o carvalho alvarinho, o carvalho cerquinho ou o carvalho negral. Pretende-se tirar partido de zonas

em que há maior acumulação de humidade e terrenos que permitam a boa vegetação destas espécies arbóreas.

Os modelos de silvicultura utilizados são adaptados com base nos modelos de produção do PROF por forma a permitir que os novos povoamentos a instalar cumpram a sua função:

- CA (Povoamento puro de carvalho alvarinho ou carvalho negral, em alto-fuste, com objetivo principal produção de lenho);
- CC (Povoamento puro de carvalho cerquinho, em alto fuste, com objetivo principal produção de lenho);

Estes novos povoamentos têm como principais funções a conservação dos habitats e dos recursos genéticos e a proteção às linhas de água.

A densidade inicial da plantação deverá ser de 950 árvores/ha, pretendendo-se que no termo de exploração existam cerca de 100 árvores/ha. Sempre que possível, as plantas devem ter proveniências locais ou de proximidade, para que estejam mais bem adaptadas às condições edafoclimáticas.

Ano 0 – Instalação dos povoamentos por plantação.

Os povoamentos deverão ser instalados por plantação. Sempre que existir regeneração natural, deve ser aproveitada.

As plantas deverão ser protegidas com a colocação de protetores individuais, que, nos primeiros tempos de desenvolvimento, impedem o seu consumo pelos herbívoros.

Ano 3 e 5 – Limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

Esta limpeza deve ser realizada para impedir a concorrência direta da vegetação espontânea com as plantas jovens.

Ano 7 – Rolagem e limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

A rolagem deverá incidir sobre as árvores mal conformadas ou danificadas. A operação de limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva deve também incluir a destruição dos materiais resultantes da rolagem.

Ano 15 – Poda de formação, desramação e limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

Devem ser podadas e desramadas todas as árvores que se pretendem que cheguem ao corte final. Os resíduos produzidos nesta operação devem ser destruídos na operação de limpeza da vegetação herbácea e arbustiva.

Ano 20 – Desbaste e limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

Operação a ser realizada quando existir contacto entre as copas das árvores. Esta operação deve selecionar as árvores que vão atingir o corte final. Deve ser retirado todo o material que pode ser valorizado comercialmente e destruído todo o restante material, em conjunto com a operação de limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva.

O desbaste deve ser seletivo. Não devem ser retiradas mais do que 20% do total das árvores existentes.

d) Instalação de novos povoamentos de pinheiro-bravo (129,7 ha)

UI-032, UI-033, UI-034, UI-077, UI-078 e UI-079

Nestas áreas pretende-se instalar povoamentos de pinheiro bravo. São áreas com solos mais empobrecidos e com exposição sul/poente em que a disponibilidade hídrica é menor. Pretende-se utilizar esta espécie como espécie pioneira.

O modelo de silvicultura utilizado do PROF:

- PB (Povoamento puro de pinheiro bravo, com objetivo de produção de lenho

Estes novos povoamentos têm como principal função a produção

A densidade inicial da plantação deverá ser de 1300 árvores/ha, pretendendo-se que no termo de exploração existam cerca de 100 árvores/ha. Sempre que possível, as plantas devem ter proveniências locais ou de proximidade, para que estejam mais bem adaptadas às condições edafoclimáticas.

Ano 0 – Instalação dos povoamentos por plantação.

Os povoamentos deverão ser instalados por plantação. Sempre que existir regeneração natural, deve ser aproveitada.

Ano 3 e 5 – Limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

Esta limpeza deve ser realizada para impedir a concorrência direta da vegetação espontânea com as plantas jovens.

Ano 8 – Limpeza do povoamento e limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

A limpeza do povoamento tem como objetivo reduzir a densidade do povoamento, assegurando a distribuição mais equilibrada das árvores do povoamento. Devem ser retiradas todas as árvores mortas, malconformadas e danificadas. Todo o material resultante desta operação deve ser destruído conjuntamente com a operação de limpeza da vegetação espontânea.

Ano 15 – Desramação, desbaste e limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

Devem ser desramadas todas as árvores que se pretendem que cheguem ao corte final. Esta operação tem como objetivo a melhoria da qualidade da madeira, pelo aumento da quantidade de lenho limpo sem nós.

O desbaste deve ser seletivo, pelo baixo.

Os resíduos produzidos nesta operação devem ser destruídos na operação de limpeza da vegetação herbácea e arbustiva.

Ano 20 – Desramação e limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

A desramação deve incidir sobre as árvores a manter. Não deve exceder metade da altura total da árvore. A limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva deve também incluir a destruição dos restos da desramação que não tenham aproveitamento económico.

e) Instalação de novos povoamentos de pinheiro manso (8,2 ha)

UI-035, UI-036, UI-080, UI-081, UI-082 e UI-083

Nestas áreas pretende-se instalar povoamentos de pinheiro manso. Pretende-se diversificar a ocupação dos espaços florestais na proximidade dos aglomerados populacionais e proporcionar formas de rendimento alternativas às populações.

O modelo de silvicultura utilizado do PROF:

- PM1 (Povoamento puro de pinheiro manso, em alto fuste, com objetivo principal a produção de lenho e fruto).

Estes novos povoamentos têm como principal função a produção e a proteção das linhas de água.

A densidade inicial da plantação deverá ser de 1300 árvores/ha, pretendendo-se que no termo de exploração existam cerca de 450 árvores/ha. Sempre que possível, as plantas devem ter proveniências locais ou de proximidade, para que estejam melhor adaptadas às condições edafoclimáticas.

Ano 0 – Instalação dos povoamentos por plantação.

Os povoamentos deverão ser instalados por plantação. Sempre que existir regeneração natural, deve ser aproveitada.

Ano 3 e 5 – Limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

Esta limpeza deve ser realizada para impedir a concorrência direta da vegetação espontânea com as plantas jovens.

Ano 8 – Limpeza do povoamento e limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

A limpeza do povoamento tem como objetivo reduzir a densidade do povoamento, retirando seletivamente todas as árvores mortas, doentes ou de pior qualidade. Todo o material resultante desta operação deve ser destruído conjuntamente com a operação de limpeza da vegetação espontânea.

Ano 15 – Desramação, desbaste e limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

Devem ser desramadas todas as árvores que se pretendem que cheguem ao corte final. Esta operação tem como objetivo a melhoria da qualidade da madeira, pelo aumento da quantidade de lenho limpo sem nós e a conformação do fuste.

O desbaste deve ser seletivo e tem o objetivo de retirar do povoamento todas as árvores mortas, doentes e de pior qualidade.

Os resíduos produzidos nesta operação devem ser destruídos na operação de limpeza da vegetação herbácea e arbustiva.

Ano 20 – Desramação, desbaste e limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

A desramação deve incidir sobre as árvores a manter e não deve incidir sobre árvores com dap inferior a 15cm.

O desbaste deve ser seletivo pelo baixo e permite abrir o povoamento, criando melhores condições de vegetação para as árvores que ficam no terreno.

A limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva deve também incluir a destruição dos restos das operações realizadas, que não tenham aproveitamento económico.

f) Instalação de novos povoamentos de sobreiro (1,2 ha)

UI-037, UI-038, e UI-068

Nestas áreas pretende-se instalar povoamentos de sobreiro. A área onde se pretende efetuar a instalação destes povoamentos é junto a ponto de interesse turístico (Fragas de S. Simão) e foi considerada a envolvente paisagística.

O modelo de silvicultura utilizado é adaptado com base nos modelos de produção do PROF por forma a permitir que os novos povoamentos a instalar cumpram a sua função:

- SB1 (Povoamento puro de sobreiro, com objetivo principal a produção de cortiça - lenho como produto secundário).

Estes novos povoamentos têm como principais funções a conservação dos habitats e dos recursos genéticos e a proteção às linhas de água.

A densidade inicial da plantação deverá ser de 450 árvores/ha, pretendendo-se que se mantenham no terreo 150 árvores/ha (povoamento adulto).

Sempre que possível, as plantas devem ter proveniências locais ou de proximidade, para que estejam mais bem adaptadas às condições edafoclimáticas.

Ano 0 – Instalação dos povoamentos por plantação.

Os povoamentos deverão ser instalados por plantação. Sempre que existir regeneração natural, deve ser aproveitada.

Ano 3 e 5 – Limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

Tem como objetivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas. Inicialmente controlar apenas em redor das mesmas, pelo efeito protetor da vegetação acompanhante.

Ano 8 – Desramação e limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

Pretendem-se troncos altos (2-3 metros) e direitos de forma a obterem-se pranchas de cortiça com o melhor aproveitamento industrial. A realizar quando a árvore atinge 1 a 1,5 m de altura. Prioridade à eliminação de forquilhas (caso existam), ramos muito verticais ou com forte tendência para engrossar, com diâmetro igual ou inferior a 4 cm, seguida da eliminação dos ramos mais próximos do solo até 1/3 dos ramos vivos.

Todo o material resultante desta operação deve ser destruído conjuntamente com a operação de limpeza da vegetação espontânea.

Ano 10 – 1º Desbaste dos sobreiros e desramação

Devemos, com esta operação selecionar as árvores de futuro de tendo em consideração a sua distribuição espacial, a qualidade da cortiça e a sua conformação.

A desramação incide, uma vez mais, sobre as árvores de futuro e não deve exceder 1/3 da altura total das árvores.

Ano 20 – Desbaste

Esta operação tem como objetivo dar continuidade ao processo de seleção das árvores de futuro.

Tabela B.2.01 – Modelos de Silvicultura

UNIDADES DE INTERVENÇÃO	MODELO DE SILVICULTURA	ANO																						
		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20		
UI-003, UI-004, UI-005, UI-018, UI-019, UI-020, UI-021, UI-047, UI-048, UI-049, UI-062, UI-063 e UI-096	CT1	P			Lm		Lm		R			Dr											Db	
									Pf															Lm
									Lm															
UI-006, UI-007, UI-024, UI-025, UI-026, UI-027, UI-064, UI-070, UI-071, UI-072, UI-	CB, Ch e Fr	P			Lm		Lm		R									Pf						Dr
									Lm									Lm						
UI-028, UI-029, UI-030, UI-031, UI-054, UI-055, UI-065, UI-066, UI-067, UI-073, UI-074, UI-075, UI-076, UI-087, UI-088, UI-089, UI-090 e UI-093	CA e CC	P			Lm		Lm		R									Pf						Db
																		Lm						
UI-032, UI-033, UI-034, UI-077, UI-078 e UI-079	PB	P			Lm		Lm		Lp									Dr						Dr
																		Lm						
UI-035, UI-036, UI-080, UI-081, UI-082 e UI-083	PM1	P			Lm		Lm		Lm									Dr						Dr
																		Lp						
UI-037, UI-038, e UI-068	SB1	P			Lm		Lm		Dr			Db												Db
									Lm			Dr												

Plantação	P
Limpeza da vegetação espontânea	Lm
Rolagem	R
Poda de formação	Pf
Desramação	Dr
Desbaste	Db
Limpeza do povoamento	Lp

B.3. Modelo de exploração em áreas agrícolas

As áreas agrícolas inseridas na AIGP estão agrupadas em:

- Agricultura com espaços naturais e seminaturais;
- Culturas temporárias de sequeiro e regadio;
- Mosaicos culturais e parcelares complexos;
- Olivais;
- Pastagens melhoradas; e
- Pomares.

Excluindo as áreas de pastagens, as áreas agrícolas ocupam 143,1 ha e localizam-se, na sua totalidade, nas imediações dos aglomerados populacionais.

Com esta proposta pretende-se incentivar a manutenção de toda a atividade agrícola ainda existente e, sempre que viável, o seu incremento, permitindo e incentivando, desta forma, a gestão das áreas envolventes aos aglomerados e o aproveitamento dos solos com este potencial de utilização.

A reconversão de áreas para a atividade agrícola está alinhada com os princípios adotados para a implementação dos Condomínios de Aldeia.

As áreas de agricultura em espaços naturais e seminaturais (UI-001 e UI-002) com 12,6 ha, culturas temporárias de sequeiro e regadio (UI-012 e UI-013), com 4,9 ha e mosaicos culturais e parcelares complexos (UI-098 e UI-099), com 29,4 ha, tem como função principal a produção. Pretende-se fazer a sua valorização, nomeadamente através da fertilização solo e correção de pH. Nestas áreas o regime é de pequena agricultura de subsistência, muito ligada à proximidade das povoações e à fertilidade associada aos solos circundantes às linhas de água. Cultivam-se hortas, milho, batatas, entre outros produtos para consumo humano e animal. O incremento do seu potencial produtivo e de rendimento pode permitir o desenvolvimento de cadeias curtas de distribuição de produtos que podem ser diferenciados qualitativamente.

Nos olivais existentes (UI-103 e UI-104), com 1,4 ha, cuja função principal é a produção, pretende-se fazer a sua valorização efetuando limpezas da vegetação espontânea e efetuando podas de formação, melhorando as condições de vegetação e

formando oliveiras com melhor conformação, que permitirá aumentar o rendimento da cultura. A fertilização e correção do pH do solo também contribuirão para esse aumento.

Pretende-se também reconverter 22,1 ha da área, com a instalação de novos olivais (UI-008, UI-009, UI-039, UI-040, UI-056, UI-057, UI-084, UI-100 e UI-101), também com função de produção, incrementando a área de produção de uma cultura que pode trazer inúmeros benefícios para as populações.

A instalação dos novos olivais será efetuada por plantação, utilizando variedades adaptadas às condições locais. Após o primeiro ano será realizada a retancho em simultâneo com a sacha e amontoa, para permitir a melhor instalação das plantas. Na fase de formação do olival, a vegetação espontânea deve ser mantida na entrelinha durante o inverno e para o seu controlo devem ser utilizados meios mecânicos, sem remoção da manta morta, para proteção do solo do olival.

No período de formação do olival podem ser realizadas podas de formação que vão estruturar adequadamente as plantas e proporcionar entrada precoce em produção. Deve ter-se especial atenção para o estado fitossanitário do olival, efetuando, sempre que necessário, as intervenções adequadas.

Reconversão de 67,8 ha da área para pastagens melhoradas (UI-041, UI-042, UI-085, UI-091, UI-092, UI-094 e UI-095). Nestas Unidades de Intervenção, as pastagens serão instaladas maioritariamente nas áreas confinantes às linhas de cumeada e desempenharão a função de suporte à silvopastorícia (a Silvopastorícia, Caça e Pesca está definida como uma das funções principais para a Sub-região Homógena da Floresta da Beira Serra, no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral), oferecendo condições para a instalação de explorações pecuárias com a criação de áreas aptas para pastoreio e a disponibilidade de alimento para os seus rebanhos. Possibilitam também o fornecimento de alimento para os herbívoros selvagens, diminuindo a pressão exercida nas novas plantações florestais e sobre as áreas agrícolas. Em simultâneo estas áreas, além da compartimentação do território maioritariamente ocupado por floresta, criam descontinuidades nos combustíveis, criando oportunidades de intervenção.

No nível 4 da COS2018 as pastagens podem ser classificadas como pastagens melhoradas ou pastagens espontâneas. Optou-se por classificar estas áreas como pastagens melhoradas e as operações previstas para estas áreas enquadradas na tabela de custos unitários como melhoria de pastagens permanentes de sequeiro por sementeira direta.

Na execução de todas as operações que conduzem à instalação de pastagens melhoradas (nomenclatura COS2018) ou melhoria de pastagens permanentes de sequeiro deve ter-se em atenção a necessidade de preservação de todos os exemplares de espécies protegidas, assim como toda a regeneração natural, que permitam o estrito cumprimento das normas legais em vigor e a implementação das boas práticas.

Também no âmbito da implementação dos Condomínios de Aldeia, pretende-se reconverter 5,0 ha para pomares frutos secos (UI-010,1, UI-043, UI-044, UI-058, UI-059, UI-069 e UI-102, nomeadamente a nogueira, uma vez que a área destinada a esta reconversão tem as características edafoclimáticas adequadas para o desenvolvimento da cultura, permitindo uma oferta ainda mais diversificada de produtos com bastante valorização e que, neste caso, com um tempo de vida útil alargado.

C. Investimento e financiamento

Na determinação dos valores relativos ao financiamento necessário para implementar as operações previstas, quer na reconversão quer na valorização da paisagem, foram utilizados os valores constantes da Tabela de custos referida no “Quadro de referência de apoio à elaboração das propostas”, atualizado em agosto de 2023 (https://www.dgterritorio.gov.pt/download/OIGP/OIGP_TabelasCustos.xlsx).

O conjunto de operações a realizar foi selecionado de forma a atingir os objetivos propostos, dentro das tipologias das diferentes intervenções.

Na determinação dos valores relativos à remuneração dos Serviços de Ecossistemas, foram utilizados os valores constantes da Orientação Técnica - Apoios à Gestão, Manutenção e Remuneração dos Serviços dos Ecossistemas, do Fundo Ambiental.

C.1. Ações de Reconversão e Valorização da Paisagem

a) Investimento estimado em ações de reconversão e valorização da paisagem

A AIGP tem uma ocupação atual de 757 ha de eucalipto (82% da área a intervencionar), dos quais, no âmbito da OIGP, está previsto efetuar a alteração da ocupação em 464 ha. Desta área inicial de eucalipto, 583 ha (53% da área a intervencionar) estão situados em encostas com declive superior a 25%, dos quais se pretende alterar a ocupação em 355ha.

Em média, o valor necessário estimado para proceder à reconversão de eucalipto é superior a 4.500€/ha, valor esse que, no caso dessa reconversão ocorrer nas áreas com declives superiores a 25% é superior a 5.300€/ha.

Tendo em conta as características orográficas e da paisagem nesta AIGP, verifica-se que o limite preconizado na 2ª republicação da OT n.º 03/C08-I01.01/2022, versão 3.0 de agosto de 2023, que refere no seu ponto 4.2.3 que o financiamento público global não deverá ultrapassar o custo médio de 2 500,00€/ha da área da OIGP a intervencionar, condiciona a tipologia e o enquadramento financeiro das operações a realizar.

Para enquadrar os valores de financiamento necessário para proceder à implementação da OIGP nos valores máximos previstos nessa Orientação Técnica, foram suprimidas algumas operações, nas áreas florestais, que não colocam em risco a operação, mas que dificultam a instalação dos povoamentos.

Dessa forma, não se contabilizaram os seguintes investimentos:

- Povoamentos de outras folhosas – Fertilização, correção do pH e as proteções individuais (98 858,11€);
- Povoamentos de outros carvalhos – Fertilização, correção do Ph, proteções individuais e a sacha e amontoa (192 983,13€);
- Povoamentos de pinheiro-bravo – Fertilização e correção do pH (27 461,12€);

O valor de investimento para as diferentes ocupações propostas – agrícola e florestal- agrupam-se nos quadros seguintes de acordo com a sua tipologia:

Tabela C.1.01 – Financiamento da Ocupação Agrícola

Ocupação Agrícola Proposta	Tipo	Área (ha)	Valor (€)
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	Valorização	12,569	2 840,58 €
Culturas temporárias de sequeiro e regadio	Valorização	5,087	1 804,97 €
Mosaicos culturais e parcelares complexos	Valorização	29,447	6 654,93 €
Olivais	Reconversão	22,059	154 278,90 €
Olivais	Valorização	1,399	2 537,97 €
Pastagens	Reconversão	67,756	156 149,51 €
Pomares	Reconversão	5,025	66 551,11 €

Nota: os valores constantes da tabela C.1.01 inclui o montante de 78 241€40, suportados pelos condomínios de aldeia aprovados, conforme identificado no ponto b) e na tabela C.1.03.

Tabela C.1.02 – Financiamento da Ocupação Florestal

Ocupação Florestal Proposta	Tipo	Área (ha)	Valor (€)
Florestas de castanheiro	Reconversão	15,488	71 372,88 €
	Valorização	1,855	2 249,73 €
Florestas de eucalipto	Valorização	293,024	242 086,44 €
Florestas de outras folhosas	Reconversão	108,727	410 125,72 €
	Valorização	62,454	113 586,63 €
Florestas de outros carvalhos	Reconversão	150,018	554 157,31 €
	Valorização	12,850	23 898,41 €
Florestas de pinheiro-bravo	Reconversão	121,509	417 419,56 €
	Valorização	8,188	13 861,51 €
Florestas de pinheiro manso	Reconversão	8,199	17 494,98 €
Florestas de sobreiro	Reconversão	1,241	4 574,43 €

b) Investimento global estimado para a reconversão e valorização da paisagem

Tabela C.1.03 – Quadro de Financiamento Global

ID da Unidade de Intervenção (UI)	Ocupação do solo (COS) proposta	ÁREA (ha)	Financiamento (€)	Financiamento médio (€/ha)
UI-001, UI-002	Agricultura com espaços naturais e seminaturais	12,569	2 840,58 €	226,00 €
UI-012, UI-013	Culturas temporárias de sequeiro e regadio	5,087	1 804,97 €	354,82 €
UI-003, UI-004, UI-005, UI-014, UI-0015, UI-016, UI-017, UI-018, UI-019, UI-020, UI-021, UI-047, UI-048, UI-049, UI-062, UI-063, UI-096	Florestas de castanheiro	17,343	73 622,61 €	4 245,09 €
UI-022, UI-023, UI-045, UI-046	Florestas de eucalipto	293,024	242 086,44 €	826,17 €
UI-006, UI-007, UI-024, UI-025, UI-026, UI-027, UI-050, UI-051, UI-052, UI-053, UI-060, UI-061, UI-064, UI-070, UI-071, UI-072, UI-086, UI-097	Florestas de outras folhosas	171,181	523 712,35 €	3 059,41 €

ID da Unidade de intervenção (UI)	Ocupação do solo (COS) proposta	ÁREA (ha)	Financiamento (€)	Financiamento médio (€/ha)
UI-028, UI-029, UI-030, UI-031, UI-054, UI-055, UI-065, UI-066, UI-067, UI-073, UI-074, UI-075, UI-076, UI-087, UI-088, UI-089, UI-090, UI-093	Florestas de outros carvalhos	162,868	578 055,72 €	3 549,23 €
UI-032, UI-033, UI-034, UI-077, UI-078, UI-079	Florestas de pinheiro-bravo	129,698	431 281,07 €	3 325,27 €
UI-035, UI-036, UI-080, UI-081, UI-082, UI-083	Florestas de pinheiro manso	8,199	17 494,98 €	2 133,79 €
UI-037, UI-038, UI-068	Florestas de sobreiro	1,241	4 574,43 €	3 686,08 €
UI-098, UI-099	Mosaicos culturais e parcelares complexos	29,447	6 654,93 €	226,00 €
UI-008, UI-009, UI-039, UI-040, UI-056, UI-057, UI-084, UI-100, UI-101, UI-103, UI-104	Olivais	23,458	156 816,87 €	6 685,01€
UI-041, UI-042, UI-085, UI-091, UI-092, UI-094, UI-095	Pastagens melhoradas	67,756	156 149,51 €	2 304,59 €
UI-010, UI-011, UI-043, UI-044, UI-058, UI-059, UI-069, UI-102	Pomares	5,025	66 551,11 €	13 244,00 €
(1) SUB-TOTAL		926,896	2 261 645,58 €	2 440,02 €
(2) Valor não suportado pela OIGP (financiamento através do Condomínio de Aldeia) (*)			78 281,40 €	-
(3)=(1)-(2) Valor das intervenções a financiar pela OIGP			2 183 364,18 €	-
(4) Investimentos imateriais			133 876,18 €	-
(5)=(3)+(4) TOTAL			2 317 240,18 €	2 500 €

(*) Dentro da área desta AIGP existem dois Condomínios de Aldeia com financiamento aprovado e a serem executados pelo Município (Saonda e Ribeira de Alge). Uma vez que estas áreas já têm apoio financeiro para a sua execução, dos financiamentos nelas previstos, no valor de 78 281,40 €, foram excluídos da OIGP e são os seguintes:

- Reconversão de eucaliptais em olivais (3,819ha) com 29 067,42€;

- Reconversão de eucaliptais em pomares (1,635ha) com 22 411,40€; e
- Reconversão de outras folhosas em olivais (4,124ha) com 26 802,58€.

Devido à sua dimensão, o quadro contendo o financiamento previsto, com base na OT n.º 03/C08-I01.01/2022, versão 3.0 de agosto de 2023, para as diversas Unidades de Intervenção consta do Anexo 02 – Quadro de Financiamento em ações de Reconversão e Valorização da Paisagem.

C.2. Sistemas culturais elegíveis para a remuneração dos Serviços de ecossistemas

Na determinação dos valores relativos à remuneração dos Serviços de Ecossistemas, foram utilizados os valores constantes da Orientação Técnica - Apoios à Gestão, Manutenção e Remuneração dos Serviços dos Ecossistemas, do Fundo Ambiental.

a) Sistemas culturais elegíveis para a remuneração dos Serviços de ecossistemas

O valor da remuneração dos serviços de ecossistemas para os diferentes sistemas culturais definidos nos termos do Anexo 1 da Orientação Técnica “Apoios à gestão, manutenção e remuneração dos serviços dos ecossistemas”, apresentam-se, de forma resumida na tabela seguinte.

Tabela C.2.01 – Montantes globais estimados para remuneração dos serviços de ecossistemas

ID da unidade de intervenção (UI)	Sistema Cultural	Área (hectares)	Valor (€) anual	Valor (€) em 20 anos
UI-001, UI-002	Habitats naturais ou semi-naturais	12,569	1 284,37 €	25 687,35 €
UI-003, UI-004, UI-005, UI-018, UI-019, UI-020, UI-021, UI-028, UI-029, UI-030, UI-031, UI-037, UI-038, UI-047, UI-048, UI-049, UI-054, UI-055, UI-062, UI-063, UI-068, UI-073, UI-074, UI-075, UI-076, UI-087, UI-088, UI-089, UI-090, UI-093, UI-096	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	166,747	34 995,40 €	699 907,95 €
UI-006, UI-007, UI-024, UI-025, UI-026, UI-027, UI-032, UI-033, UI-034, UI-035, UI-036, UI-064, UI-070, UI-071, UI-072, UI-080, UI-081, UI-082, UI-083, UI-086, UI-097	Novos Povoamentos - Restantes espécies	238,657	39 419,27 €	788 385,34 €
UI-014, UI-015, UI-016, UI-017, UI-065, UI-066, UI-067	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	14,705	2 828,01 €	56 560,24 €
UI-050, UI-051, UI-052, UI-053, UI-060, UI-061, UI-077, UI-078, UI-079	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	70,642	9 877,46 €	197 549,20 €
UI-041, UI-042, UI-085, UI-091, UI-092, UI-094, UI-095	Prados e pastagens permanentes	67,756	7 752,57 €	155 051,39 €
UI-098, UI-099	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	29,447	3 376,74 €	67 534,88 €
UI-008, UI-009, UI-039, UI-040, UI-056, UI-057, UI-084, UI-100, UI-101, UI-103, UI-104	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	23,458	2 796, 85 €	55 937,06 €
UI-010, UI-011, UI-043, UI-044, UI-058, UI-059, UI-069, UI-0102	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Outras culturas frutícolas	5,025	611,75 €	12 235,01 €
TOTAL		629,006	102 942,42 €	2 058 848,41 €

Devido à sua dimensão, o quadro contendo o financiamento previsto, com base na OT “Apoios à gestão, manutenção e remuneração dos serviços dos ecossistemas”, para as diversas Unidades de Intervenção consta do Anexo 03 – Montantes Globais estimados para a Remuneração de Serviços de Ecossistemas.

C.3. Demonstração da sustentabilidade económica e financeira da proposta

A ocupação do solo proposta (POSP), preconiza uma paisagem mais resiliente aos fogos rurais, multifuncional e bio diversa, com o incremento de valor para os territórios rurais e para as populações que neles habitam. Esta transformação será operacionalizada através de um correto ordenamento dos espaços florestais, da introdução de novas economias associadas aos territórios rurais e através da renumeração dos serviços de ecossistemas. Neste contexto, apresenta-se de seguida um conjunto de aspetos que se consideram fundamentais para a sustentabilidade económica e financeira da OIGP de Aguda.

a) Redução da vulnerabilidade aos fogos rurais e promoção da atividade económica

Conforme detalhadamente analisado no capítulo A.2.1 Situação atual do território, alínea f), Fogos Rurais, a área de intervenção da Aguda encontra-se quase na sua totalidade classificada nas classes mais elevadas de perigosidade de incêndio rural (Alta e Muito alta), sendo que 97% da área ardida da AIGP localiza-se nas classes mais elevadas (muito elevada e extrema).

No período compreendido entre 1990-2021, a área da AIGP de Aguda registou uma área ardida de 1 834,20 ha, ou seja, cerca do dobro da sua área. Na maior parte dos casos houve áreas que arderam entre 2 a 3 vezes, e nalgumas manchas arderam 4 ou mais vezes.

Como se pode compreender, esse é um fator de risco crítico, altamente inibidor do investimento florestal, agrícola e de outras atividades económicas, na medida em que compromete a viabilidade económica e financeira dos investimentos,

desincentivando a população e as empresas a fixarem-se neste território e áreas envolventes e criando uma espiral negativa de despovoamento e abandono.

Acresce o impacto negativo dos incêndios rurais em termos de conservação da natureza e da biodiversidade e clima, com o aumento de emissões de CO₂ e redução da mitigação de emissões.

A transformação da paisagem que se propõe implementar tem como um dos principais objetivos a **redução da vulnerabilidade aos fogos rurais**. Das simulações efetuadas, para a ocupação proposta, podemos verificar uma redução de 40,76% nas classes mais elevadas e um aumento de 36,83% na classe reduzida, traduzindo-se numa paisagem mais resiliente ao comportamento dos fogos rurais.

A redução da vulnerabilidade aos fogos rurais é tanto mais importante atendendo ao contexto de alterações climáticas, que exigem uma adaptação estrutural do território. A estratégia de redução do risco de incêndio que se preconiza por via da transformação da paisagem, deve complementada com a vertente de combate aos incêndios rurais, no quadro do Sistema de Gestão Integrado de Fogos Rurais, sem prejuízo de medidas específicas que possam ser adotadas no âmbito da OIGP.

Figura C.3-01 – Comparação da Intensidade da Frente de Fogo (POSA/POSP)

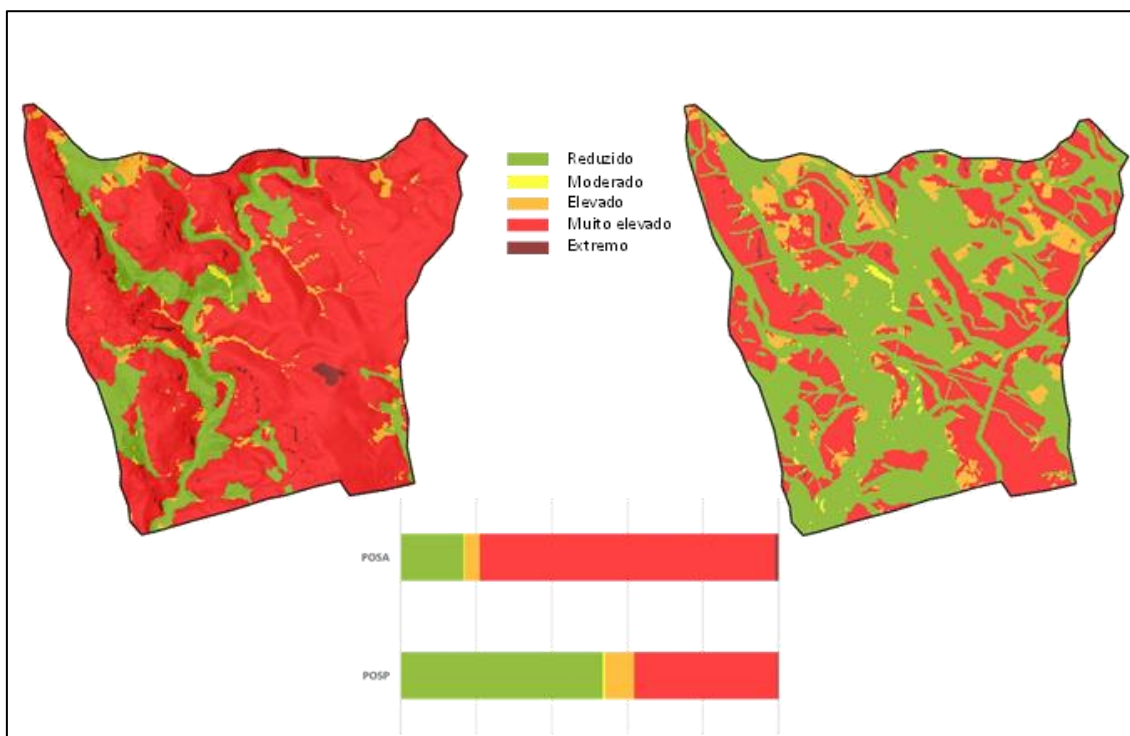


Tabela C.3.01 – Grau de Intensidade da Frente de Fogo

Grau de Intensidade da Frente de Fogo		Reduzido	Moderado	Elevado	Muito Elevado	Extremo
% área ocupada	Ocupação solo atual	16,66	0,32	4,05	77,99	0,98
	Ocupação solo proposta	53,49	0,63	7,66	37,87	0,34
	Variação	36,83	0,31	3,61	-40,12	-0,64

A redução da vulnerabilidade aos fogos rurais traduz-se na redução do risco associado ao investimento neste território, proporcionando condições para a viabilidade económica e financeira das atividades aí desenvolvidas, com remuneração pelo mercado, designadamente:

- Exploração de ativos biológicos

Na ocupação do solo proposta a atividade florestal continua a figurar como principal fonte de receita, através da exploração de bens de uso direto, como é o caso dos produtos lenhosos, complementada com a exploração de subprodutos, como é o caso da resina, frutos secos e cortiça.

As tipologias florestais preconizadas nesta proposta, preveem a instalação de novos povoamentos de florestas de castanheiro, de carvalhos e de outras folhosas, de pinheiro-bravo, de pinheiro manso e de sobreiro, a par da manutenção das áreas florestais bem instaladas e geridas de castanheiro, de eucalipto, de outras folhosas e de pinheiro-bravo.

Não obstante todas as espécies florestais terem como objetivo a produção de lenho, preconiza-se a existência de espécies florestais mais vocacionadas para a produção lenhosa de curto/médio prazo, como o pinheiro-bravo ou o eucalipto, a par de áreas com sobreiro, outros carvalhos, castanheiros, olival, com vocação essencialmente de conservação, de proteção ou de exploração de longo prazo.

Ao nível agrícola, a proposta incrementa os sistemas agrícolas e agroflorestais em cerca de 12%. Prevê-se a instalação de olival, espécies para a produção de frutos secos e pastagens de suporte à silvopastorícia e cinegética.

De salientar ainda que a alteração da paisagem preconizada no sentido da sua adequação às características biofísicas e edafoclimáticas e à aptidão do solo, a promoção de povoamentos florestais ordenados, biodiversos, multifuncionais e resilientes, ou a redução do risco de erosão hídrica do solo, são fatores de promoção do investimento, na medida em que promovem a sustentabilidade e viabilidade de longo prazo do ecossistema físico de suporte às atividades florestais e agrícolas.

- Desenvolvimento do turismo e outras atividades conexas

A área da AIGP de Aguda possui um conjunto de valores patrimoniais, culturais e paisagísticos que consubstanciam condições favoráveis para o exercício de outras atividades económicas, designadamente associadas ao turismo, potenciando importantes investimentos já efetuados na área envolvente à Ribeira de Alge, de que são exemplo os passadiços das Fragas de São Simão, ou a recuperação do Casal de S. Simão que integra a Rota das Aldeias do Xisto.

b) Melhoria dos serviços de ecossistema

A ocupação do solo proposta apresenta também uma **variação positiva na maioria dos serviços de ecossistema** analisados, designadamente os serviços de aprovisionamento, serviços de regulação e manutenção e serviços culturais, traduzindo-se numa melhor capacidade do território em fornecer serviços de ecossistema, cumprindo com um dos objetivos principais da presente OIGP. De acordo com os critérios estabelecidos, verificou-se um aumento de cerca de 50% da área elegível para remuneração de serviços de ecossistema.

A capacidade de fornecimento de serviços de ecossistema traduz-se numa melhoria potencial das condições económicas e financeiras para os proprietários e gestores da OIGP, quer por via da remuneração pelo mercado (atividade económica “tradicional” e novos negócios, de que é exemplo o mercado do carbono), quer por via do apoio público ao fornecimento de bens públicos proporcionados por estes serviços de ecossistemas, associados designadamente ao sequestro de carbono, à proteção do

solo, proteção e conservação dos recursos hídricos, manutenção de habitats e conservação da paisagem e da biodiversidade.

c) Gestão agrupada – ganhos de escala e de eficiência

A estrutura da propriedade na área da OIGP caracteriza-se por um elevado número de parcelas de pequena dimensão, fragmentadas e dispersas no território, com uma média de 0,25ha por prédio, de acordo com os resultados preliminares do BUPi. Neste contexto, a gestão agrupada das áreas cuja gestão seja entregue à entidade gestora irá promover uma gestão ativa de muitas áreas atualmente sem gestão, e permitir ganhos de escala nas atividades a desenvolver, com economia de recursos e profissionalização da gestão.

d) Cadastro da propriedade rústica

No território da OIGP da Aguda não existe cadastro. O trabalho de identificação dos proprietários e respetivas propriedades no âmbito do cadastro simplificado (BUPi) e subsequente atualização para efeitos cadastrais, reveste-se de importância fundamental.

Com efeito, o registo da propriedade vem assegurar aos proprietários o exercício dos seus direitos, facilitando processos de arrendamento, de compra e venda de ativos e de decisões de investimento, dinamizando assim o mercado da terra e criando oportunidades de negócio, com criação de valor para os proprietários e gestores da terra, que de outra forma não se concretizariam.

O trabalho relativo à identificação das propriedades no BUPi é uma tarefa que tem que prosseguir de forma intensa, com o empenho e a dinamização do Município de Figueiró dos Vinhos e Autarquias locais, da Estrutura de Missão do BUPi (eBUPi), da FlorestGal, das associações de proprietários, com vista à plena identificação dos prédios na área da AIGP.

e) Investimento e financiamento

Os investimentos preconizados na presente OIGP, de transformação e valorização da paisagem, no montante total global de 2 317 240,18 €, têm cobertura financeira nos apoios do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com uma taxa de apoio de 100% da despesa elegível.

A este apoio ao investimento inicial, acrescem os apoios do Fundo Ambiental para a manutenção e gestão e remuneração dos serviços de ecossistemas das áreas intervencionadas e dos ecossistemas considerados prioritários, por um período de 20 anos, num montante estimado de 102 942,42 euros/ano, correspondente a 2 058 848,41 euros, na totalidade dos 20 anos.

O quadro de financiamento das atividades a desenvolver poderá ser complementado com recursos do Portugal 2030, do PEPAC ou de outros programas nacionais, comunitários ou internacionais, em matéria agrícola, florestal ou relativamente a outros setores económicos e áreas de inovação, ambientais e de cooperação.

Acrescem aos valores anteriores, os apoios do Fundo Ambiental previstos na alínea a) do Ponto IV da Orientação Técnica de “Apoios à Gestão, Manutenção e Remuneração dos Serviços dos Ecossistemas” para a gestão da OIGP, aspeto fundamental para a viabilização de condições para que as entidades gestoras de OIGP possam exercer o exigente trabalho de coordenação, execução e gestão da OIGP e de prestação de contas, que para a OIGP da Aguda se estimam em 20 382 euros/ano.

Face à redução do risco, à criação de economias de escala, à dinamização do mercado da terra, quer por via do arrendamento quer da compra e venda, com tradução numa gestão ativa do território, estão reunidas as condições para a viabilização económica e financeira da OIGP, contribuindo também para tal a receita proveniente dos apoios previstos para os investimentos a efetuar e a remuneração dos serviços de ecossistemas. Para além disso, os modelos de silvicultura e exploração preconizam obtenção de receitas que permitem encurtar os períodos de carência, e complementar as receitas obtidas com outras atividades, tais como, a agricultura ou a silvopastorícia, entre outras. Entendemos que a dinâmica a criar atrairá novas atividades económicas e

novas oportunidades de negócio e espera-se que tenha um efeito indutor positivo nos territórios adjacentes à AIGP de Aguda.

D. Gestão e contratualização

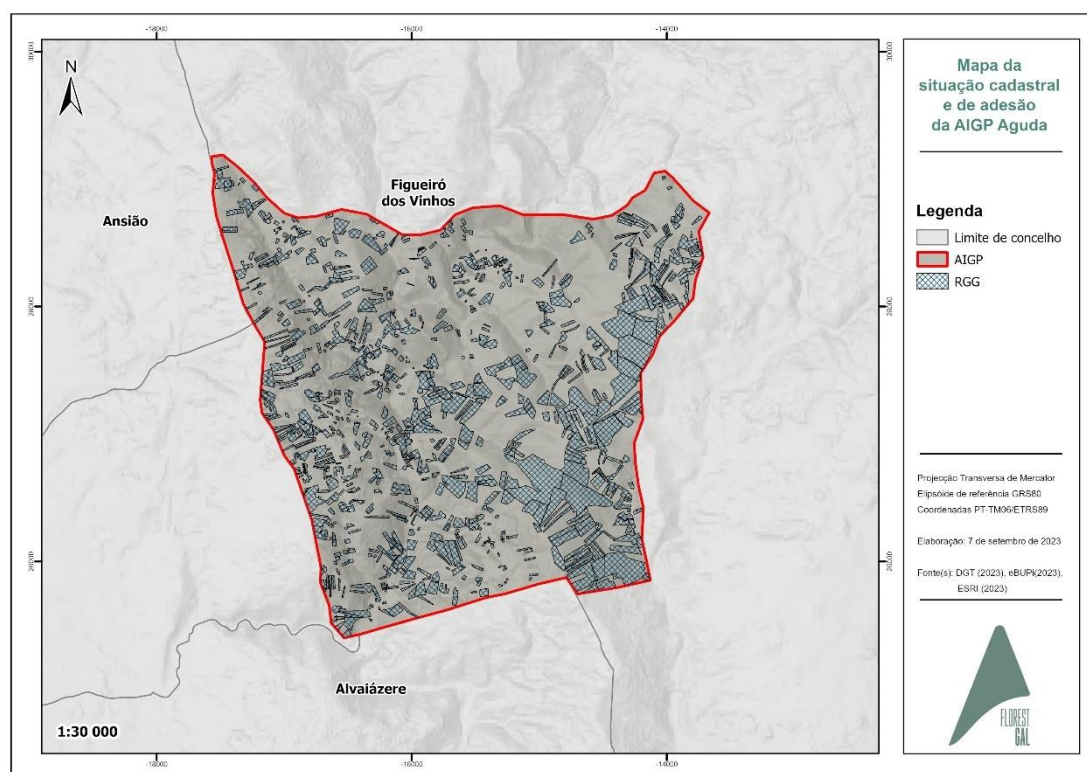
D.1. Levantamento cadastral e da situação de adesão

Os processos de registo pelos proprietários através da Representação Gráfica Georreferenciada (RGG) dos seus prédios junto do balcão do BUPi, no município de Figueiró dos Vinhos, ainda decorrem e o prazo para a gratuidade desse registo foi recentemente prorrogado.

A situação de adesão dos proprietários ainda não está formalizada, essencialmente devido à dificuldade com o acesso aos seus dados, mas têm-se verificado nas sessões de divulgação e de esclarecimentos, com a participação da Entidade Gestora, um interesse por parte da grande maioria dos proprietários, com pequenas exceções de alguns que desenvolvem ainda atividade económica com base na floresta e que eventualmente irão aderir optando pela gestão própria das suas propriedades.

Verifica-se que de acordo com a informação recentemente disponibilizada pelo BUPi (agosto de 2023) a situação das RGG na área da OIGP, é a representada na imagem seguinte:

Figura D.1-1 - Mapa da situação cadastral e de adesão



Na realidade, neste momento ainda não é possível ter uma quantificação exata de quais os proprietários que irão aderir, tal como não será possível identificar as terras sem dono conhecido enquanto o registo das RGG estiver em curso.

Atualmente, será somente possível avaliar quais as áreas com RGG já efetuadas considerando-se que estes proprietários devido ao seu interesse, venham a ser aderentes em algum tipo de modalidade.

Tabela D.1.01 – Quadro de RGG

Área com RGG (ha)	Área ainda sem RGG (ha)	Provável Adesão	
		Área (ha)	RGG (n.º)
261,90	680,19	261,90	1 059

D.2. Modelo de Gestão e Contratualização

a) Modelo de organização e funcionamento da entidade gestora

A Florestgal, S.A. é a primeira empresa pública de gestão e desenvolvimento florestal criada em Portugal, assumindo-se como um instrumento de execução de uma estratégia de valorização da floresta, necessária à preservação da biodiversidade, à conservação do solo e da água e à proteção das populações, fomentando, simultaneamente o desenvolvimento económico e social da fileira florestal, bem como da gestão participativa e o envolvimento das comunidades, essenciais para o desenvolvimento de um território equilibrado, inclusivo e resiliente.

No âmbito da sua atividade a Florestgal, S.A. tem como objetivos, entre outros, contribuir para a implementação da Estratégia Nacional para as Florestas, impulsionar e introduzir novas práticas de gestão florestal, ser um veículo público para a correta aplicação dos fundos comunitários e promover o emparcelamento dos territórios florestais em áreas de minifúndio.

No quadro da gestão direta das suas propriedades valoriza os fatores de sustentabilidade, promovendo a proteção dos valores naturais, resiliência às situações climáticas extremas e a melhoria da qualidade do solo, enquanto componente essencial da produção florestal e sequestro de carbono.

A Florestgal foi reconhecida como Entidade de Gestão Florestal (EGF), com efeitos a 25-09-2019 e aprovado o seu registo com o n.º 2/EGF/2019, no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 66/2017 de 12 de junho, na sua redação atual, bem como das normas estabelecidas na Portaria n.º 63/2018 de 2 de março.

Assim, a Florestgal, S.A., na sequência do convite formulado pelo Município de Figueiró dos Vinhos, é a Entidade Gestora da Operação Integrada de Gestão da Paisagem (OIGP) da Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP) de Aguda (Figueiró dos Vinhos).

Esta intervenção faz parte do Plano de Transformação da Paisagem, aprovado pelo Governo em 2020 (RCM nº49/2020, 24 junho), com o objetivo de dotar os territórios vulneráveis de floresta de maior resiliência aos fogos e ao fenómeno de desertificação dos solos, através de soluções que contribuem para o desenvolvimento económico e social das populações, e promover a valorização dos valores ecológicos associados à

fileira da floresta. Com a publicação do Despacho nº 7109-A/2021 foram constituídas 47 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem, entre as quais a da Aguda.

Deste modo, a Florestgal, S.A., enquanto Entidade Gestora, assumirá a gestão, competências e responsabilidades na execução desta OIGP.

A Florestgal é uma Sociedade Anónima, com capital social integralmente subscrito pela Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A., estando subordinada à Tutela financeira do Ministério das Finanças e à Tutela setorial do Ministério do Ambiente e Ação Climática.

Os órgãos sociais da empresa são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único. De acordo com os seus Estatutos, a Sociedade é composta por um Conselho de Administração, composto por um presidente e dois vogais executivos e conta com uma equipa técnica, composta por vários técnicos de diversas especialidades, que efetuarão a gestão de toda a Operação. Sempre que se revele necessário, a empresa poderá recorrer à contratação de serviços técnicos especializados para o apoio à implementação da OIGP.

b) Modelo de acesso e execução dos financiamentos

Embora possa haver outras fontes de financiamento, será de ter em conta as fontes de financiamento atualmente disponíveis para a implementação e gestão das OIGP, nomeadamente:

1. Apoios ao investimento:

- Através do PRR, até 30 de novembro de 2025;
- Taxa de Financiamento de 100%, dos valores elegíveis;
- Definidos de acordo com Orientação Técnica OT n.º 03/C08-I01.01/2022 (2ª Republicação – Versão 3.0), de 09 de agosto de 2023.

2. Apoios para a gestão, manutenção e remuneração dos serviços de ecossistemas (20 anos):

- Através do Fundo Ambiental;
- Taxa de Financiamento de 100%, dos valores elegíveis;
- Elegibilidades definidas de acordo com Orientação Técnica “Apoios à Gestão, Manutenção e Remuneração dos Serviços dos Ecossistemas”.

Verifica-se que de acordo com estas orientações, para:

1. Apoios ao investimento:
 - O Beneficiário Final (BF) é a Entidade Gestora da OIGP.
2. Apoios para a gestão, manutenção e remuneração dos serviços de ecossistemas (20 anos):
 - A Entidade Gestora da OIGP é responsável pela submissão das respetivas candidaturas;
 - Têm direito aos apoios, a Entidade Gestora e os proprietários e demais titulares de direitos reais, que adiram à OIGP.

Em qualquer dos casos, haverá sempre a formalização de contratos entre a Entidade Gestora e os diversos proprietários que adiram à OIGP, quer este cedam a gestão ou a efetuem por iniciativa própria, pois conforme previsto nos Artigos 23º, 24º e 24º-A do DL 16/2022, de 14 de janeiro, após a aprovação da OIGP a Entidade Gestora notificará os diversos proprietários, que terão as seguintes opções:

- Execução da gestão pelo proprietário;
- Execução da gestão pela Entidade Gestora;
- Na ausência de resposta, a gestão será assegurada pela Entidade Gestora.

Pese embora seja a Florestgal, S.A. a responsável pelas candidaturas às diversas fontes de financiamento, a utilização destes financiamentos pelos proprietários privados que entendam efetuar a gestão, será acompanhada pela Florestgal, S.A., no âmbito dos respetivos contratos com os diversos proprietários, de forma a garantir a correta aplicação dos fundos e evitar situações de incumprimento.

De acordo com as Orientações Técnicas existentes, qualquer irregularidade detetada, quer pela Entidade Gestora, quer pelas verificações administrativas e no local efetuadas pela Entidade Financiadora, e que não seja passível de regularização conduzirá à suspensão dos apoios e poderá culminar com a rescisão do contrato de financiamento e a respetiva restituição de apoios já pagos.

c) Modelo de contratualização de compromissos

Na elaboração desta OIGP, a Florestgal, S.A. procurou compatibilizar o seu modelo de Gestão Agroflorestal com os interesses dos diversos proprietários, não ignorando as premissas orientadores para a sua elaboração, nomeadamente:

- Reduzir a vulnerabilidade dos territórios aos fogos rurais;
- Valorizar a aptidão dos solos e melhorar os serviços prestados pelos ecossistemas;
- Aumentar o valor do território e dinamizar a economia.

A contratualização da operação com os diversos proprietários, pressupõe o estabelecimento de um compromisso de adesão dos proprietários ao modelo de OIGP proposto, tendo sido definidas as seguintes modalidades:

- Proprietários aderentes, com transmissão de direitos de gestão à Entidade Gestora;
- Proprietários aderentes, com gestão própria;

Nos casos em que existem contratos de arrendamento celebrados entre os proprietários e arrendatários, deverá ser assegurado o compromisso de todas as partes.

Em qualquer das situações a Florestgal, S.A., enquanto Entidade Gestora da OIGP, prestará o apoio necessário à boa execução do modelo, bem como assegura a obtenção dos apoios e verifica a sua correta utilização.

d) Modelo de intervenção para áreas sem dono conhecido e para áreas de arrendamento forçado

- i. Modelo de intervenção para áreas sem dono conhecido (falta de paradeiro)

Nos casos em que não seja possível a identificação do proprietário, desenvolver-se-á o processo de Terras Sem Dono Conhecido, nos termos previstos no Decreto-Lei nº 15/2019 de 21 de janeiro, que cria o procedimento de identificação e reconhecimento de prédio rústico ou misto sem dono conhecido.

A identificação das Terras sem dono conhecido compete ao Instituto dos Registos e do Notariado, I. P. (IRN, I. P.), seguindo-se a tramitação processual prevista no referido

diploma, finda a qual, é efetuado o registo provisório por natureza de aquisição a favor do Estado durante 15 anos e, em caso de omissão do prédio na matriz, promove-se a respetiva inscrição.

De acordo com esse Decreto-Lei, a Florestgal, S.A. é a entidade gestora dos prédios sem dono conhecido registados a favor do Estado (artigo 4º), incumbindo-lhe a sua administração. Para efeitos da administração do prédio, a entidade gestora do prédio pode disponibilizá-lo para arrendamento, bem como ceder a gestão da propriedade (artigo 12º).

Nos termos da legislação vigente, há sempre a possibilidade, de no prazo de 15 anos, ser apresentada a documentação que habilite o eventual proprietário a reclamar a sua propriedade, efetuando-se nesse caso a identificação de todos os custos e benefícios já incorridos com a propriedade em causa.

- ii. Modelo de intervenções para áreas com dono conhecido que não adira voluntariamente à OIGP (falta de adesão)

Em situações extremas, em que não haja a adesão por parte dos proprietários à OIGP, será desencadeado o formato de Arrendamento Forçado, com gestão pela Entidade Gestora, nos termos do Decreto-Lei n.º 52/2021, de 15 de junho, que estabelece o regime jurídico do arrendamento forçado de prédios rústicos. Nos termos do referido diploma, o arrendamento forçado é aplicável se decorrido o prazo fixado nos termos do artigo 24.º do Regime Jurídico da Reconversão da Paisagem, o proprietário, ou os demais titulares de direitos reais sobre o prédio em causa, ou quem exerça poderes legais de representação:

- a. Declarar que não pretende executar por si as ações previstas na OIGP para o prédio;
- b. Declarar que não pretende aderir ao modelo de gestão da OIGP aprovado através de delegação dos poderes de gestão do seu prédio;
- c. Não manifestar adesão à OIGP; ou
- d. Não assinar o contrato com a entidade gestora de concretização da adesão à OIGP;

e) Modalidades de adesão

Conforme referido nos pontos anteriores e de acordo com o preconizado nas Orientações Técnicas produzidas pela DGT para este Programa e na diversa legislação existente, as modalidades de adesão contratual dos proprietários, ao modelo de gestão agroflorestal proposto para a OGIP, são os seguintes:

- Proprietários aderentes, com transmissão de direitos de gestão à Entidade Gestora;
- Proprietários aderentes, com gestão própria.

As restantes situações, não pressupõem a adesão dos proprietários e serão as seguintes:

- Proprietários não aderentes, com Arrendamento Forçado e gestão pela Entidade Gestora;
- Propriedades sem dono conhecido, com gestão pela Entidade Gestora.

E. Monitorização e avaliação

Com esta proposta de OIGP da Aguda, procura-se efetuar a transformação da paisagem com vista à promoção de uma gestão ativa e racional, criando melhores condições de resiliência e contribuindo para a redução da vulnerabilidade do território aos fogos rurais, com vista à diminuição da sua magnitude, do número de ocorrências e da dimensão da área ardida.

A monitorização e a avaliação da OIGP são atividades essenciais para garantir a eficácia e a sustentabilidade das intervenções a realizar na transformação da paisagem, consistindo na recolha e análise de dados sobre o seu estado, as ações executadas, os recursos utilizados e os impactos gerados, possibilitando assim a apreciação crítica dos dados recolhidos, tendo em conta os objetivos, as metas, os critérios e os padrões definidos para a OIGP.

A monitorização e a avaliação permitem verificar se as ações estão a ser realizadas conforme o planeado, se estão a produzir os resultados esperados, se estão a contribuir para os objetivos da OIGP e se estão a respeitar os princípios da boa gestão da paisagem. A monitorização e a avaliação também permitem identificar problemas, riscos, oportunidades, boas práticas e lições aprendidas, que podem servir de base para ajustar, melhorar ou reformular as intervenções.

Assim, para a realização da monitorização da OIGP, é necessário definir um programa com diversos momentos de avaliação, designadamente após os dois anos iniciais com a implementação das ações de transformação da paisagem a executar no terreno com os diversos projetos de reconversão nas Unidades de intervenção e um período posterior de 20 anos para a monitorização e gestão da paisagem.

Será também dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo BUPi e pelo Município e com a aprovação da OIGP também com o contributo da Entidade Gestora, para aumentar as áreas abrangidas pelas RGG e a sua monitorização.

Medida	Ação	Metas 2 anos	Metas 5 anos
Cadastro	RGG validas	+35% das atuais	As remanescentes
	% área com RGG	+35% da atual	As remanescentes
Adesão à OIGP	N.º aderentes	+35% dos atuais	Os remanescentes
	% aderentes OIGP	+35 % dos atuais	Os remanescentes

Por fim e no âmbito de uma fiscalização e acompanhamento, serão implementados um conjunto de metas e indicadores para parametrização e avaliação da execução física e financeira quer das ações de transformação quer das ações de manutenção e gestão a 20 anos.

a) Transformação da paisagem, no âmbito do financiamento do PRR

Metas para os dois anos iniciais

UI	Meta aprovada (ha)	Meta executada (ha)	Desvio	Taxa de Realização
01				
02				
...				

Execução material e financeira para os dois anos iniciais

UI	Operações Previstas	Área aprovada (ha)	Área executada (ha)	Desvio
01	Op. 1			
	Op. 2			

01	Op. 1			
	Op. 2			

...				

Execução Financeira para os dois anos iniciais

UI	Operações Previstas	Investimento aprovado	Investimento Realizado	Desvio
01	Op. 1			
	Op. 2			

01	Op. 1			
	Op. 2			

...				

b) Gestão e manutenção a 20 anos, no âmbito do financiamento do Fundo Ambiental

Indicadores e metas a até 20 anos

Metas	Ano 5	Ano 10	Ano 15	Ano 20
N.º ignições	Redução do valor em 10% face ao período anterior	Redução do valor em 10% face ao período anterior	Redução do valor em 10% face ao período anterior	Redução do valor em 10% face ao período anterior
Área ardida (ha)	< 200 ha	<100 ha	<50 ha	< 20 ha

Indicadores	Ano 5		Ano 10		Ano 15		Ano 20	
N.º ignições	N.º de ignições no período	Desvio	N.º de ignições no período	Desvio	N.º de ignições no período	Desvio	N.º de ignições no período	Desvio
Área ardida (ha)	Área ardida no período	Desvio	Área ardida no período	Desvio	Área ardida no período	Desvio	Área ardida no período	Desvio

Execução Financeira a 20 anos

UI	Operações Previstas Anualmente	Investimento Aprovado Anualmente	Investimento Realizado Anualmente	Desvio
01	Op. 1			
	Op. 2			

01	Op. 1			
	Op. 2			

...				

Bibliografia

- Alves, Pedro (2012) Probabilidade de Ignição e Suscetibilidade de Incêndios Florestais. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto
- Assembleia da República - 1993. Fogos Florestais, Defesa e Ordenamento da Floresta Portuguesa e do Espaço Rural. Lisboa.
- Autoridade Florestal Nacional (2010). Metodologia de Tipificação dos Municípios. Metodologia a ser aplicada em Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Lisboa, 1p.
- Bento, J., Ferreira, P., Magalhães, M. (2011) Gestão Florestal no Norte de Portugal: Perspetivas e Desafios Futuros. In: Tereso J, Honrado J, Pinto AT, Castro Rego F (Eds.) "Florestas do Norte de Portugal. História, ecologia e perspectivas de futuro". InBio (e-book).
- Botelho, Hermínio (2003). Portugal 2003, Os Incêndios Florestais ou o Desastre Anunciado. In Forestis. Incêndios 2003. Boletim Forestis. Associação Florestal de Portugal. Porto
- Burkhard, B., Kroll, F., Nedkov, S., & Müller, F. (2012). Mapping ecosystem service supply, demand and budgets. *Ecological indicators*, 21, 2012, pp.17-29
- Coelho, Inocêncio Seita (2003). Propriedades da Terra e Política Florestal em Portugal. Silva Lusitana. 185-199 pp.
- Conselho Nacional de Reflorestação (2005). Orientações estratégicas para a recuperação das áreas ardidas em 2003 e 2004. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas. Lisboa.

- Correia, A.V. & Oliveira, A.C. (1999). Principais espécies florestais com interesse para Portugal. Zonas de influência mediterrânica. Estudos e Informação n.º 318. Direção-Geral das Florestas, MADRP. Lisboa, 119 p.
- Correia, A.V. & Oliveira, A.C. (2003). Principais espécies florestais com interesse para Portugal. Zonas de influência atlântica. Estudos e Informação n.º 322. Direção-Geral das Florestas, MADRP. Lisboa, 187 p.
- DGRF (2006). Estratégia Nacional para as Florestas. Direcção Geral dos Recursos Florestais. Lisboa
- DGT (2018). Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental para 2018 (COS 2018), Memória Descritiva. Lisboa
- Direção-Geral dos Recursos Florestais (2002). Manual de Silvicultura para a Prevenção de Incêndios. APIF; ISA; ADISA – 2005. Plano Nacional de Defesa Contra Incêndios. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.
- Direção-Geral dos Recursos Florestais (2005). Gestão Pós-Fogo. Extração da madeira queimada e proteção da floresta contra a erosão do solo. Consulta em outubro de 2012: www.icnf.pt/florestas
- Gonçalves, A. B. (2007); Geografia dos Incêndios em Espaços Silvestres de Montanha – o caso da Serra da Cabreira; Tese de Doutoramento, Universidade do Minho
- ICONA (1990). Clave fotográfica para la identificación de modelos de combustible. Defensa contra incendios forestales. MAPA. Madrid.
- IPPAR (2007). Recuperação e valorização do património. Consulta em novembro de 2012: www.ippar.pt/atividades/activ_edificado.html
- J.C. Gallant & T.I. Dowling (2003). A multiresolution index of valley bottom flatness for mapping depositional areas. Water Resources Research, Vol. 39, No. 12, 1347.
- Lourenço, L. (1992). Avaliação de Risco de Incêndio nas Matas e Florestas de Portugal Continental. Finisterra. XXVII, 53-54: pp. 115-140.

- Lourenço, L. (1996) Risco de Incêndio Florestal. Encontro Pedagógico sobre Fogos Florestais. ASEPIF. Pp 56-61
- Martínez Jesús, Vega-Garcia Cristina, Chuvieco Emilio (2009), Human-caused wildfire risk rating for prevention planning in Spain, *Journal of Environmental Management* 90, p. 1241–1252
- Mendes, A.S.C., 2002. Financial instruments of forest policy in Portugal in the 80s and 90s. EFI Forest Policy Research Forum: Cross-Sectoral Policy Impacts on Forests, 4-6 April, Sanvonlinna.
- Silva Joaquim Sande, Rego Francisco, Fernandes Paulo, Rigolot Eric (2010). Towards Integrated Fire Management – Outcomes of the European Project Fire Paradox, European Forest Institute Research Report 23
- Verde, J. (2008). Avaliação da Perigosidade de Incêndio Florestal, Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa
- Viegas, D. X., Gomes, F., Páscoa, F., Lima, I., Lopes, J. Silva, J. S., Vasco, P., Vasconcelos, T. (2002) Manual de Silvicultura para a Prevenção de Incêndios. Direcção-Geral das Florestas. Lisboa

ANEXOS

Anexo – 1

ID da unidade de intervenção (UI)	Tipo de intervenção*	Grupo da operação (nos termos do anexo I da OT)							Operações ou conjunto de operações (nos termos do anexo I							Ocupação atual do solo (COS)	Ocupação do solo (COS) proposta	Função Principal proposta	Área (hectares)
UI-038	Reconversão	L8b	G1	H4	K4	K5	K6	K1	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Plantação Sobreiro/Azinheira Acer DensP_ha=450	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Florestas de eucalipto	Florestas de sobreiro	Proteção	0,831
UI-039	Reconversão	L8b	G1	Q1b	K5	K6	K1	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Oliveira - Densidade: 400	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	Florestas de eucalipto	Olivais	Produção	8,428
UI-040	Reconversão	C2a	Q1b	K5	K6	K1	-	-	Limpeza de matos com: Destruição de cepos de eucalipto Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Oliveira - Densidade: 400	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	Florestas de eucalipto	Olivais	Produção	2,075
UI-041	Reconversão	L8b	CAOF	N2g	-	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF- Matriz de beneficiação)	Melhoria de pastagens permanentes de sequeiro: Sementeira convencional + Aplicação de calcário + Aplicação de fertilização	-	-	-	-	Florestas de eucalipto	Pastagens melhoradas	Suporte à silvopastorícia	28,989
UI-042	Reconversão	C2a	N2g	-	-	-	-	-	Limpeza de matos com: Destruição de cepos de eucalipto Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Melhoria de pastagens permanentes de sequeiro: Sementeira convencional + Aplicação de calcário + Aplicação de fertilização	-	-	-	-	-	Florestas de eucalipto	Pastagens melhoradas	Suporte à silvopastorícia	36,933
UI-043	Reconversão	L8b	G1	Q15b	K5	K6	K1	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Nogueira - Densidade: >313	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	Florestas de eucalipto	Pomares	Produção	3,232
UI-044	Reconversão	C2a	Q15b	K5	K6	K1	-	-	Limpeza de matos com: Destruição de cepos de eucalipto Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Nogueira - Densidade: >313	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	Florestas de eucalipto	Pomares	Produção	0,085
UI-045	Valorização	CAOF	L6b	-	-	-	-	-	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF- Matriz de beneficiação)	Seleção de varas (declive ≥25%) DensP_ha=1400	-	-	-	-	-	Florestas de eucalipto (S/ gestão e percorrida por incêndios nos últimos 10 anos)	Florestas de eucalipto	Produção	120,337
UI-046	Valorização	P1	L6a	-	-	-	-	-	Desmatação + Máquina pesada (190 cv)	Seleção de varas (declive < 25%) DensP_ha=1400	-	-	-	-	-	Florestas de eucalipto (S/ gestão e percorrida por incêndios nos últimos 10 anos)	Florestas de eucalipto	Produção	21,968
UI-047	Reconversão	G1	K4	K5	H3	K6	K1	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	Plantação/Sementeira Folhosas: Castanheiro Acer DensP_ha=950	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	Florestas de outras folhosas	Florestas de castanheiro	Conservação	0,093
UI-048	Reconversão	G1	K4	K5	H3	K6	K1	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	Plantação/Sementeira Folhosas: Castanheiro Acer DensP_ha=950	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	Florestas de outras folhosas	Florestas de castanheiro	Proteção	2,909
UI-049	Reconversão	C2a	K4	K5	H3	K6	K1	-	Limpeza de matos com: Destruição de cepos de eucalipto Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	Plantação/Sementeira Folhosas: Castanheiro Acer DensP_ha=950	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	Florestas de outras folhosas	Florestas de castanheiro	Proteção	0,038
UI-050	Valorização	CAOF	L2	-	-	-	-	-	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF- Matriz de beneficiação)	Poda de formação DensP_ha=450	-	-	-	-	-	Florestas de outras folhosas	Florestas de outras folhosas	Conservação	26,548
UI-051	Valorização	P1	L2	-	-	-	-	-	Desmatação + Máquina pesada (190 cv)	Poda de formação DensP_ha=450	-	-	-	-	-	Florestas de outras folhosas	Florestas de outras folhosas	Conservação	1,917
UI-052	Valorização	CAOF	L2	-	-	-	-	-	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF- Matriz de beneficiação)	Poda de formação DensP_ha=450	-	-	-	-	-	Florestas de outras folhosas	Florestas de outras folhosas	Proteção	28,939
UI-053	Valorização	P1	L2	-	-	-	-	-	Desmatação + Máquina pesada (190 cv)	Poda de formação DensP_ha=450	-	-	-	-	-	Florestas de outras folhosas	Florestas de outras folhosas	Proteção	4,731
UI-054	Reconversão	G1	H6	-	-	-	-	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	-	Florestas de outras folhosas	Florestas de outros carvalhos	Conservação	0,006
UI-055	Reconversão	Aa	H6	-	-	-	-	-	Gradagem de vegetação espontânea pouco desenvolvida com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	-	Florestas de outras folhosas	Florestas de outros carvalhos	Conservação	0,003
UI-056	Reconversão	G1	Q1b	K5	K6	K1	-	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Oliveira - Densidade: 400	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	Florestas de outras folhosas	Olivais	Produção	4,924
UI-057	Reconversão	Aa	Q1b	K5	K6	K1	-	-	Gradagem de vegetação espontânea pouco desenvolvida com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Oliveira - Densidade: 400	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	Florestas de outras folhosas	Olivais	Produção	1,344
UI-058	Reconversão	G1	Q15a	K5	K6	K1	-	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Nogueira - Densidade: >313	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	Florestas de outras folhosas	Pomares	Produção	0,083
UI-059	Reconversão	Aa	Q15a	K5	K6	K1	-	-	Gradagem de vegetação espontânea pouco desenvolvida com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Nogueira - Densidade: >313	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	Florestas de outras folhosas	Pomares	Produção	0,050
UI-060	Valorização	L8b	CAOF	L2	-	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF- Matriz de beneficiação)	Poda de formação DensP_ha=450	-	-	-	-	Florestas de outras folhosas (C/ invasoras)	Florestas de outras folhosas	Proteção	0,004
UI-061	Valorização	L8a	P1	L2	-	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive < 25%)	Desmatação + Máquina pesada (190 cv)	Poda de formação DensP_ha=450	-	-	-	-	Florestas de outras folhosas (C/ invasoras)	Florestas de outras folhosas	Proteção	0,315
UI-062	Reconversão	G1	H3	K4	K5	K6	K1	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Castanheiro Acer DensP_ha=950	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	Florestas de outros carvalhos	Florestas de castanheiro	Conservação	0,436
UI-063	Reconversão	G1	H3	K4	K5	K6	K1	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Castanheiro Acer DensP_ha=950	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	Florestas de outros carvalhos	Florestas de castanheiro	Proteção	0,339
UI-064	Reconversão	G1	H6	K1	-	-	-	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	-	-	Florestas de outros carvalhos	Florestas de outras folhosas	Proteção	1,247
UI-065	Valorização	CAOF	L1	-	-	-	-	-	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF- Matriz de beneficiação)	Desramação DensP_ha=450	-	-	-	-	-	Florestas de outros carvalhos	Florestas de outros carvalhos	Conservação	8,173
UI-066	Valorização	CAOF	L1	-	-	-	-	-	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF- Matriz de beneficiação)	Desramação DensP_ha=450	-	-	-	-	-	Florestas de outros carvalhos	Florestas de outros carvalhos	Proteção	4,641
UI-067	Valorização	P1	L1	-	-	-	-	-	Desmatação + Máquina pesada (190 cv)	Desramação DensP_ha=450	-	-	-	-	-	Florestas de outros carvalhos	Florestas de outros carvalhos	Proteção	0,036
UI-068	Reconversão	G1	H4	K4	K5	K6	K1	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Plantação Sobreiro/Azinheira Acer DensP_ha=450	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	Florestas de outros carvalhos	Florestas de sobreiro	Proteção	0,270
UI-069	Reconversão	G1	Q15a	K5	K6	K1	-	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Nogueira - Densidade: >313	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	Florestas de outros carvalhos	Pomares	Produção	0,011
UI-070	Reconversão	G1	H6	K1	-	-	-	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de outras folhosas	Conservação	0,012
UI-071	Reconversão	G1	H6	K1	-	-	-	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de outras folhosas	Proteção	2,532
UI-072	Reconversão	Aa	H6	K1	-	-	-	-	Gradagem de vegetação espontânea pouco desenvolvida com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de outras folhosas	Proteção	1,104

ID da unidade de intervenção (UI)	Tipo de intervenção*	Grupo da operação (nos termos do anexo I da OT)						Operações ou conjunto de operações (nos termos do anexo I					Ocupação atual do solo (COS)	Ocupação do solo (COS) proposta	Função Principal proposta	Área (hectares)
UI-073	Reconversão	G1	H6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de outros carvalhos	Conservação	0,575
UI-074	Reconversão	Aa	H6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de outros carvalhos	Conservação	0,026
UI-075	Reconversão	G1	H6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de outros carvalhos	Proteção	0,737
UI-076	Reconversão	Aa	H6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de outros carvalhos	Proteção	0,192
UI-077	Valorização	CAOF	L1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de pinheiro bravo	Produção	6,611
UI-078	Valorização	P1	L1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de pinheiro bravo	Produção	1,470
UI-079	Valorização	CAOF	L1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de pinheiro bravo	Proteção	0,107
UI-080	Reconversão	G1	I3	K4	K5	-	-	-	-	-	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de pinheiro manso	Produção	0,061
UI-081	Reconversão	Aa	I3	K4	K5	-	-	-	-	-	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de pinheiro manso	Produção	0,040
UI-082	Reconversão	G1	I3	K4	K5	-	-	-	-	-	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de pinheiro manso	Proteção	4,231
UI-083	Reconversão	Aa	I3	K4	K5	-	-	-	-	-	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de pinheiro manso	Proteção	2,348
UI-084	Reconversão	G1	Q1b	K5	K6	K1	-	-	-	-	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Olivais	Produção	0,684
UI-085	Reconversão	CAOF	N2g	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Pastagens melhoradas	Suporte à silvopastorícia	1,242
UI-086	Reconversão	G1	H6	K1	-	-	-	-	-	-	-	-	Matos	Florestas de outras folhosas	Proteção	0,010
UI-087	Reconversão	G1	H6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Matos	Florestas de outros carvalhos	Conservação	2,187
UI-088	Reconversão	Aa	H6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Matos	Florestas de outros carvalhos	Conservação	0,135
UI-089	Reconversão	G1	H6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Matos	Florestas de outros carvalhos	Proteção	0,052
UI-090	Reconversão	Aa	H6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Matos	Florestas de outros carvalhos	Proteção	0,010
UI-091	Reconversão	CAOF	N2g	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Matos	Pastagens melhoradas	Suporte à silvopastorícia	0,046
UI-092	Reconversão	P1	N2g	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Matos	Pastagens melhoradas	Suporte à silvopastorícia	0,426
UI-093	Reconversão	L8b	G1	H6	-	-	-	-	-	-	-	-	Matos (C/ invasoras)	Florestas de outros carvalhos	Conservação	0,166
UI-094	Reconversão	L8b	CAOF	N2g	-	-	-	-	-	-	-	-	Matos (C/ invasoras)	Pastagens melhoradas	Suporte à silvopastorícia	0,055
UI-095	Reconversão	L8a	P1	N2g	-	-	-	-	-	-	-	-	Matos (C/ invasoras)	Pastagens melhoradas	Suporte à silvopastorícia	0,063
UI-096	Reconversão	G1	H3	K4	K5	K6	K1	-	-	-	-	-	Mosaicos culturais e parcelares complexos	Florestas de castanheiro	Proteção	0,084
UI-097	Reconversão	G1	H6	K1	-	-	-	-	-	-	-	-	Mosaicos culturais e parcelares complexos	Florestas de outras folhosas	Proteção	0,005
UI-098	Valorização	K4	K5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Mosaicos culturais e parcelares complexos	Mosaicos culturais e parcelares complexos	Produção	16,250
UI-099	Valorização	K4	K5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Mosaicos culturais e parcelares complexos	Mosaicos culturais e parcelares complexos	Produção	13,197
UI-100	Reconversão	G1	Q1b	K5	K6	K1	-	-	-	-	-	-	Mosaicos culturais e parcelares complexos	Olivais	Produção	1,848
UI-101	Reconversão	Aa	Q1b	K5	K6	K1	-	-	-	-	-	-	Mosaicos culturais e parcelares complexos	Olivais	Produção	0,750
UI-102	Reconversão	G1	Q15b	K5	K6	K1	-	-	-	-	-	-	Mosaicos culturais e parcelares complexos	Pomares	Produção	0,014
UI-103	Valorização	CAOF	L2	K4	K5	-	-	-	-	-	-	-	Olivais	Olivais	Produção	0,908
UI-104	Valorização	P1	L2	K4	K5	-	-	-	-	-	-	-	Olivais	Olivais	Produção	0,491
															Área global intervencionada (hectares)	926,896

Anexo - 2

ID da unidade de intervenção (UI)	Tipo de intervenção*	Grupo da operação (nos termos do anexo I da OT)							Operações ou conjunto de operações (nos termos do anexo I)										Área (hectares)	Custo unitário de referência								Estimativa do custo total	Área em C. A.	Valor a financiar PDR
UI-001	Valorização	K4	K5	-	-	-	-	-	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	-	-	-	-	-	-	-	-	3,741	122,00 €	104,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	845,41 €		
UI-002	Valorização	K4	K5	-	-	-	-	-	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	-	-	-	-	-	-	-	-	8,828	122,00 €	104,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 995,17 €		
UI-003	Reconversão	G1	K4	K5	H3	K6	K1	-	Limpeza de matos com motorçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	Plantação/Sementeira Folhosas: Castanheiro Acer DensP_ha=950	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	-	0,073	1 507,50 €	122,00 €	104,00 €	1 410,00 €	513,00 €	270,00 €	- €	- €	286,99 €			
UI-004	Reconversão	G1	K4	K5	H3	K6	K1	-	Limpeza de matos com motorçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	Plantação/Sementeira Folhosas: Castanheiro Acer DensP_ha=950	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	-	0,465	1 507,50 €	122,00 €	104,00 €	1 410,00 €	513,00 €	270,00 €	- €	- €	1 824,31 €			
UI-005	Reconversão	Aa	K4	K5	H3	K6	K1	-	Gradagem de vegetação espontânea pouco desenvolvida com: Lavoura contínua, ou Vaia e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	Plantação/Sementeira Folhosas: Castanheiro Acer DensP_ha=950	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	-	0,118	418,00 €	122,00 €	104,00 €	1 410,00 €	513,00 €	270,00 €	- €	- €	335,29 €			
UI-006	Reconversão	G1	H6	K1	-	-	-	-	Limpeza de matos com motorçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	-	-	-	-	0,000	1 507,50 €	1 410,00 €	270,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	0,06 €			
UI-007	Reconversão	G1	H6	K1	-	-	-	-	Limpeza de matos com motorçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	-	-	-	-	0,221	1 507,50 €	1 410,00 €	270,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	705,29 €			
UI-008	Reconversão	G1	Q1b	K5	K6	K1	-	-	Limpeza de matos com motorçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Oliveira - Densidade: 400	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	-	-	1,502	1 150,00 €	5 071,00 €	104,00 €	513,00 €	270,00 €	- €	- €	10 675,72 €				
UI-009	Reconversão	Aa	Q1b	K5	K6	K1	-	-	Gradagem de vegetação espontânea pouco desenvolvida com: Lavoura contínua, ou Vaia e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Oliveira - Densidade: 400	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	-	-	0,504	418,00 €	5 071,00 €	104,00 €	513,00 €	270,00 €	- €	- €	3 212,35 €				
UI-010	Reconversão	G1	Q15a	K5	K6	K1	-	-	Limpeza de matos com motorçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Nogueira - Densidade: >313	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	-	-	1,003	1 093,55 €	11 171,00 €	104,00 €	169,02 €	88,96 €	- €	- €	12 662,17 €				
UI-011	Reconversão	Aa	Q15a	K5	K6	K1	-	-	Gradagem de vegetação espontânea pouco desenvolvida com: Lavoura contínua, ou Vaia e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Nogueira - Densidade: >313	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	-	-	0,549	418,00 €	11 171,00 €	104,00 €	169,02 €	88,96 €	- €	- €	6 559,22 €				
UI-012	Valorização	K4	K5	-	-	-	-	-	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	-	-	-	-	-	-	-	-	1,173	122,00 €	104,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	265,10 €		
UI-013	Valorização	K4	K5	-	-	-	-	-	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	-	-	-	-	-	-	-	-	3,693	122,00 €	104,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	834,57 €		
UI-014	Valorização	L2	G1	K4	K5	-	-	-	Podá de formação DensP_ha=450	Limpeza de matos com motorçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	-	-	-	-	-	0,020	585,00 €	890,00 €	122,00 €	104,00 €	- €	- €	- €	- €	33,23 €			
UI-015	Valorização	L2	P1	K4	K5	-	-	-	Podá de formação DensP_ha=450	Desmatização + Máquina pesada (190 cv)	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	-	-	-	-	-	0,027	585,00 €	390,00 €	122,00 €	104,00 €	- €	- €	- €	- €	31,94 €			
UI-016	Valorização	L2	G1	K4	K5	-	-	-	Podá de formação DensP_ha=450	Limpeza de matos com motorçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	-	-	-	-	-	0,025	585,00 €	890,00 €	122,00 €	104,00 €	- €	- €	- €	- €	43,18 €			
UI-017	Valorização	L2	P1	K4	K5	-	-	-	Podá de formação DensP_ha=450	Desmatização + Máquina pesada (190 cv)	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	-	-	-	-	-	1,783	585,00 €	390,00 €	122,00 €	104,00 €	- €	- €	- €	- €	2 141,38 €			
UI-018	Reconversão	L8b	G1	K4	K5	H3	K6	K1	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	Plantação/Sementeira Folhosas: Castanheiro Acer DensP_ha=950	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	1,380	1 082,00 €	1 507,50 €	122,00 €	104,00 €	1 410,00 €	513,00 €	270,00 €	6 910,83 €				
UI-019	Reconversão	C2a	K4	K5	H3	K6	K1	-	Limpeza de matos com: Destrução de cepos de eucalipto Vaia e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	Plantação/Sementeira Folhosas: Castanheiro Acer DensP_ha=950	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	-	0,013	841,00 €	122,00 €	104,00 €	1 410,00 €	513,00 €	270,00 €	- €	- €	42,03 €			
UI-020	Reconversão	L8b	G1	K4	K5	H3	K6	K1	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	Plantação/Sementeira Folhosas: Castanheiro Acer DensP_ha=950	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	8,915	1 082,00 €	1 507,50 €	122,00 €	104,00 €	1 410,00 €	513,00 €	270,00 €	44 648,50 €				
UI-021	Reconversão	C2a	K4	K5	H3	K6	K1	-	Limpeza de matos com: Destrução de cepos de eucalipto Vaia e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	Plantação/Sementeira Folhosas: Castanheiro Acer DensP_ha=950	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	-	0,627	841,00 €	122,00 €	104,00 €	1 410,00 €	513,00 €	270,00 €	- €	- €	2 042,59 €			
UI-022	Valorização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	107,009	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €		
UI-023	Valorização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43,711	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €		
UI-024	Reconversão	L8b	G1	H6	K1	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	-	-	-	-	2,946	1 082,00 €	1 507,50 €	1 410,00 €	270,00 €	- €	- €	- €	- €	12 576,98 €		
UI-025	Reconversão	C2a	H6	K1	-	-	-	-	Limpeza de matos com: Destrução de cepos de eucalipto Vaia e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	-	-	-	-	0,378	841,00 €	1 410,00 €	270,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	952,13 €			
UI-026	Reconversão	L8b	G1	H6	K1	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	-	-	-	-	73,665	1 082,00 €	1 507,50 €	1 410,00 €	270,00 €	- €	- €	- €	- €	314 514,74 €		
UI-027	Reconversão	C2a	H6	K1	-	-	-	-	Limpeza de matos com: Destrução de cepos de eucalipto Vaia e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	-	-	-	-	-	26,830	841,00 €	1 410,00 €	270,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	67 637,27 €		
UI-028	Reconversão	L8b	G1	H6	-	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	-	-	-	87,952	1 082,00 €	1 507,50 €	1 410,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	351 764,38 €		
UI-029	Reconversão	C2a	H6	-	-	-	-	-	Limpeza de matos com: Destrução de cepos de eucalipto Vaia e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	-	-	-	-	17,343	841,00 €	1 410,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	39 038,22 €		
UI-030	Reconversão	L8b	G1	H6	-	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	-	-	-	34,416	1 082,00 €	1 507,50 €	1 410,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	137 648,27 €		
UI-031	Reconversão	C2a	H6	-	-	-	-	-	Limpeza de matos com: Destrução de cepos de eucalipto Vaia e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	-	-	-	-	6,219	841,00 €	1 410,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	13 998,15 €		
UI-032	Reconversão	L8b	G1	I2	-	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Resinosas: Pinheiro bravo (Pinus pinaster) DensP_ha=1300	-	-	-	-	-	-	-	103,960	1 082,00 €	1 735,00 €	903,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	386 730,60 €		
UI-033	Reconversão	C2a	I2	-	-	-	-	-	Limpeza de matos com: Destrução de cepos de eucalipto Vaia e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Resinosas: Pinheiro bravo (Pinus pinaster) DensP_ha=1300	-	-	-	-	-	-	-	-	17,508	841,00 €	903,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	30 533,56 €		
UI-034	Reconversão	L8b	G1	I2	-	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Resinosas: Pinheiro bravo (Pinus pinaster) DensP_ha=1300	-	-	-	-	-	-	-	0,042	1 082,00 €	1 735,00 €	903,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	155,40 €		
UI-035	Reconversão	L8b	G1	K4	K5	I3	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	Plantação/Sementeira Resinosas: Pinheiro manso (Pinus pinea) DensP_ha=850	-	-	-	-	0,960	1 082,00 €	1 442,50 €	122,00 €	104,00 €	678,00 €	- €	- €	- €	3 290,19 €			
UI-036	Reconversão	C2a	K4	K5	I3	-	-	-	Limpeza de matos com: Destrução de cepos de eucalipto Vaia e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	Plantação/Sementeira Resinosas: Pinheiro manso (Pinus pinea) DensP_ha=850	-	-	-	-	-	-	0,560	841,00 €	122,00 €	104,00 €	678,00 €	- €	- €	- €	- €	977,13 €		
UI-037	Reconversão	L8b	G1	H4	K4	K5	K6	K1	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Plantação Sobreiro/Azinheira Acer DensP_ha=450	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	0,140	1 082,00 €	1 182,50 €	647,00 €	122,00 €	104,00 €	513,00 €	270,00 €	550,70 €				
UI-038	Reconversão	L8b	G1	H4	K4	K5	K6	K1	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Plantação Sobreiro/Azinheira Acer DensP_ha=450	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	0,831	1 082,00 €	1 182,50 €	647,00 €	122,00 €	104,00 €	513,00 €	270,00 €	3 258,15 €				
UI-039	Reconversão	L8b	G1	Q1b	K5	K6	K1	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Oliveira - Densidade: 400	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	-	8,428	1 082,00 €	1 150,00 €	5 071,00 €	104,00 €	216,00 €	113,68 €	- €	- €	65 207,			

ID da unidade de intervenção (UI)	Tipo de intervenção*	Grupo da operação (nos termos do anexo I da OT)							Operações ou conjunto de operações (nos termos do anexo I)								Área (hectares)	Custo unitário de referência								Estimativa do custo total	Área em C. A.	Valor a financiar PDR
UI-048	Reconversão	G1	K4	K5	H3	K6	K1	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	Plantação/Sementeira Folhosas: Castanheiro Acer DensP_ha=950	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	2,909	1 507,50 €	122,00 €	104,00 €	1 410,00 €	513,00 €	270,00 €	- €	- €	11 422,28 €			
UI-049	Reconversão	C2a	K4	K5	H3	K6	K1	-	Limpeza de matos com: Destruição de cepos de eucalipto Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	Plantação/Sementeira Folhosas: Castanheiro Acer DensP_ha=950	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	0,038	841,00 €	122,00 €	104,00 €	1 410,00 €	513,00 €	270,00 €	- €	- €	122,94 €			
UI-050	Valorização	CAOF	L2	-	-	-	-	-	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF-Matriz de beneficiação)	Poda de formação DensP_ha=450	-	-	-	-	-	26,548	1 334,40 €	585,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	50 955,58 €			
UI-051	Valorização	P1	L2	-	-	-	-	-	Desmatção + Máquina pesada (190 cv)	Poda de formação DensP_ha=450	-	-	-	-	-	1,917	390,00 €	585,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 868,89 €			
UI-052	Valorização	CAOF	L2	-	-	-	-	-	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF-Matriz de beneficiação)	Poda de formação DensP_ha=450	-	-	-	-	-	28,939	1 334,40 €	585,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	55 545,92 €			
UI-053	Valorização	P1	L2	-	-	-	-	-	Desmatção + Máquina pesada (190 cv)	Poda de formação DensP_ha=450	-	-	-	-	-	4,731	390,00 €	585,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	4 613,10 €			
UI-054	Reconversão	G1	H6	-	-	-	-	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	-	0,006	1 507,50 €	1 410,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	16,33 €			
UI-055	Reconversão	Aa	H6	-	-	-	-	-	Gradagem de vegetação espontânea pouco desenvolvida com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	-	0,003	418,00 €	1 410,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	5,43 €			
UI-056	Reconversão	G1	Q1b	K5	K6	K1	-	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Oliveira - Densidade: 400	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	4,924	1 150,00 €	5 071,00 €	104,00 €	216,00 €	113,68 €	- €	- €	- €	- €	32 770,82 €	3,249	21 621,872 €	
UI-057	Reconversão	Aa	Q1b	K5	K6	K1	-	-	Gradagem de vegetação espontânea pouco desenvolvida com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Oliveira - Densidade: 400	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	1,344	418,00 €	5 071,00 €	104,00 €	216,00 €	113,68 €	- €	- €	- €	- €	7 959,95 €	0,875	5 180,708 €	
UI-058	Reconversão	G1	Q15a	K5	K6	K1	-	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Nogueira - Densidade: >313	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	0,083	1 093,55 €	11 171,00 €	104,00 €	169,02 €	88,96 €	- €	- €	- €	- €	1 045,61 €	0,013	158,839 €	
UI-059	Reconversão	Aa	Q15a	K5	K6	K1	-	-	Gradagem de vegetação espontânea pouco desenvolvida com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Nogueira - Densidade: >313	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	0,050	418,00 €	11 171,00 €	104,00 €	169,02 €	88,96 €	- €	- €	- €	- €	591,96 €			
UI-060	Valorização	L8b	CAOF	L2	-	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF-Matriz de beneficiação)	Poda de formação DensP_ha=450	-	-	-	-	0,004	1 082,00 €	1 334,40 €	585,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	11,06 €			
UI-061	Valorização	L8a	P1	L2	-	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive < 25%)	Desmatção + Máquina pesada (190 cv)	Poda de formação DensP_ha=450	-	-	-	-	0,315	902,00 €	390,00 €	585,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	592,08 €			
UI-062	Reconversão	G1	H3	K4	K5	K6	K1	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Castanheiro Acer DensP_ha=950	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	0,436	1 507,50 €	1 410,00 €	122,00 €	104,00 €	513,00 €	270,00 €	- €	- €	1 710,13 €			
UI-063	Reconversão	G1	H3	K4	K5	K6	K1	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Castanheiro Acer DensP_ha=950	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	0,339	1 507,50 €	1 410,00 €	122,00 €	104,00 €	513,00 €	270,00 €	- €	- €	1 330,48 €			
UI-064	Reconversão	G1	H6	K1	-	-	-	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	-	-	1,247	1 507,50 €	1 410,00 €	270,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	3 975,39 €			
UI-065	Valorização	CAOF	L1	-	-	-	-	-	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF-Matriz de beneficiação)	Desramação DensP_ha=450	-	-	-	-	-	8,173	1 334,40 €	528,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	15 221,50 €			
UI-066	Valorização	CAOF	L1	-	-	-	-	-	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF-Matriz de beneficiação)	Desramação DensP_ha=450	-	-	-	-	-	4,641	1 334,40 €	528,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	8 643,83 €			
UI-067	Valorização	P1	L1	-	-	-	-	-	Desmatção + Máquina pesada (190 cv)	Desramação DensP_ha=450	-	-	-	-	-	0,036	390,00 €	528,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	33,09 €			
UI-068	Reconversão	G1	H4	K4	K5	K6	K1	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Plantação Sobreiro/Azinhreira Acer DensP_ha=450	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	0,270	1 182,50 €	647,00 €	122,00 €	104,00 €	513,00 €	270,00 €	- €	- €	765,58 €			
UI-069	Reconversão	G1	Q15a	K5	K6	K1	-	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Nogueira - Densidade: >313	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	0,011	1 093,55 €	11 171,00 €	104,00 €	169,02 €	88,96 €	- €	- €	- €	- €	136,71 €			
UI-070	Reconversão	G1	H6	K1	-	-	-	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	-	-	0,012	1 507,50 €	1 410,00 €	270,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	36,75 €			
UI-071	Reconversão	G1	H6	K1	-	-	-	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	-	-	2,532	1 507,50 €	1 410,00 €	270,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	8 069,33 €			
UI-072	Reconversão	Aa	H6	K1	-	-	-	-	Gradagem de vegetação espontânea pouco desenvolvida com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	-	-	1,104	418,00 €	1 410,00 €	270,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	2 315,49 €	</		

ID da unidade de intervenção (UI)	Tipo de intervenção*	Grupo da operação (nos termos do anexo I da OT)							Operações ou conjunto de operações (nos termos do anexo I										Área (hectares	Custo unitário de referência							Estimativa do custo total	Área em C. A.	Valor a financiar PDR
UI-091	Reconversão	CAOF	N2g	-	-	-	-	-	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF-Matriz de beneficiação)	Melhoria de pastagens permanentes de sequeiro: Sementeira convencional + Aplicação de calcário + Aplicação de fertilização	-	-	-	-	-	-	0,046	1 334,40 €	781,30 €	- €	- €	- €	- €	- €	98,15 €				
UI-092	Reconversão	P1	N2g	-	-	-	-	-	Desmatção + Máquina pesada (190 cv)	Melhoria de pastagens permanentes de sequeiro: Sementeira convencional + Aplicação de calcário + Aplicação de fertilização	-	-	-	-	-	-	0,426	390,00 €	781,30 €	- €	- €	- €	- €	- €	499,48 €				
UI-093	Reconversão	L8b	G1	H6	-	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorçoadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	-	0,166	1 082,00 €	1 507,50 €	1 410,00 €	- €	- €	- €	- €	664,56 €				
UI-094	Reconversão	L8b	CAOF	N2g	-	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF-Matriz de beneficiação)	Melhoria de pastagens permanentes de sequeiro: Sementeira convencional + Aplicação de calcário + Aplicação de fertilização	-	-	-	-	-	0,055	1 082,00 €	1 334,40 €	781,30 €	- €	- €	- €	- €	176,93 €				
UI-095	Reconversão	L8a	P1	N2g	-	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive < 25%)	Desmatção + Máquina pesada (190 cv)	Melhoria de pastagens permanentes de sequeiro: Sementeira convencional + Aplicação de calcário + Aplicação de fertilização	-	-	-	-	-	0,063	902,00 €	390,00 €	781,30 €	- €	- €	- €	- €	131,61 €				
UI-096	Reconversão	G1	H3	K4	K5	K6	K1	-	Limpeza de matos com motorçoadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Castanheiro Acer DensP_ha=950	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	0,084	1 507,50 €	1 410,00 €	122,00 €	104,00 €	513,00 €	270,00 €	- €	331,55 €				
UI-097	Reconversão	G1	H6	K1	-	-	-	-	Limpeza de matos com motorçoadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	-	-	-	0,005	1 507,50 €	1 410,00 €	270,00 €	- €	- €	- €	- €	15,72 €				
UI-098	Valorização	K4	K5	-	-	-	-	-	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	-	-	-	-	-	-	16,250	122,00 €	104,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	3 672,41 €	0,013	2,839 €		
UI-099	Valorização	K4	K5	-	-	-	-	-	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	-	-	-	-	-	-	13,197	122,00 €	104,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	2 982,53 €				
UI-100	Reconversão	G1	Q1b	K5	K6	K1	-	-	Limpeza de matos com motorçoadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Oliveira - Densidade: 400	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	1,848	1 150,00 €	5 071,00 €	104,00 €	216,00 €	113,68 €	- €	- €	12 297,89 €					
UI-101	Reconversão	Aa	Q1b	K5	K6	K1	-	-	Gradagem de vegetação espontânea pouco desenvolvida com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Oliveira - Densidade: 400	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	0,750	418,00 €	5 071,00 €	104,00 €	216,00 €	113,68 €	- €	- €	4 441,40 €					
UI-102	Reconversão	G1	Q15b	K5	K6	K1	-	-	Limpeza de matos com motorçoadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Nogueira - Densidade: >313	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	0,014	1 093,55 €	11 171,00 €	104,00 €	169,02 €	88,96 €	- €	- €	173,88 €	0,004	48,088 €			
UI-103	Valorização	CAOF	L2	K4	K5	-	-	-	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF-Matriz de beneficiação)	Poda de formação DensP_ha=450	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	-	-	-	-	0,908	1 334,40 €	585,00 €	122,00 €	104,00 €	- €	- €	- €	1 948,11 €				
UI-104	Valorização	P1	L2	K4	K5	-	-	-	Desmatção + Máquina pesada (190 cv)	Poda de formação DensP_ha=450	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	-	-	-	-	0,491	390,00 €	585,00 €	122,00 €	104,00 €	- €	- €	- €	589,86 €				
																			926,896	Estimativa do custo total (euros)							2 261 645,58 €	9,713	78 935,00 €

Anexo - 3

ID da unidade de intervenção (UI)	Sistema cultural (incluindo a espécie, nos termos do anexo I da OT dos apoios a 20 anos)	Área (ha)	Área em declive 15 a 25%	Área em declive > 25%	Área inserida em EP (ha)	Área inserida nas tipologias da REN identificadas	VBG (€)/ha, nos termos do anexo I da OT dos apoios a 20 anos	Valor Total
UI-001	Habitats naturais ou semi-naturais	3,741	0,000	3,741	3,158	0,532	458,58 €	9 171,69 €
UI-002	Habitats naturais ou semi-naturais	8,828	2,195	0,000	5,617	0,566	851,74 €	17 034,83 €
UI-003	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,073	0,000	0,073	0,000	0,000	15,20 €	304,06 €
UI-004	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,465	0,000	0,465	0,465	0,118	118,06 €	2 361,20 €
UI-005	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,118	0,000	0,000	0,118	0,022	24,18 €	483,50 €
UI-006	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,00 €	0,06 €
UI-007	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0,221	0,000	0,221	0,221	0,000	41,16 €	823,12 €
UI-008	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	1,502	0,000	1,502	1,476	0,207	188,21 €	3 764,17 €
UI-009	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	0,504	0,101	0,000	0,504	0,285	55,02 €	1 100,37 €
UI-010	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Outras culturas frutícolas	1,003	0,000	1,003	0,943	0,202	125,58 €	2 511,70 €
UI-011	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Outras culturas frutícolas	0,549	0,000	0,000	0,242	0,242	51,66 €	1 033,13 €
UI-014	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,020	0,000	0,020	0,000	0,000	3,56 €	71,10 €
UI-015	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,027	0,026	0,000	0,000	0,000	4,26 €	85,26 €
UI-016	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,025	0,000	0,025	0,025	0,000	5,51 €	110,18 €
UI-017	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	1,783	0,657	0,000	1,783	0,000	325,82 €	6 516,33 €
UI-018	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	1,380	0,000	1,380	0,000	0,000	287,00 €	5 740,05 €
UI-019	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,013	0,013	0,000	0,000	0,000	2,37 €	47,44 €
UI-020	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	8,915	0,000	8,915	8,915	0,364	2 219,55 €	44 391,07 €
UI-021	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,627	0,474	0,000	0,627	0,089	138,83 €	2 776,64 €
UI-024	Novos Povoamentos - Restantes espécies	2,946	0,000	2,946	0,000	0,000	459,54 €	9 190,82 €
UI-025	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0,378	0,191	0,000	0,000	0,000	48,76 €	975,12 €

ID da unidade de intervenção (UI)	Sistema cultural (incluindo a espécie, nos termos do anexo I da OT dos apoios a 20 anos)	Área (ha)	Área em declive 15 a 25%	Área em declive > 25%	Área inserida em EP (ha)	Área inserida nas tipologias da REN identificadas	VBG (€)/ha, nos termos do anexo I da OT dos apoios a 20 anos	Valor Total
UI-026	Novos Povoamentos - Restantes espécies	73,665	0,000	73,665	73,665	0,305	13 707,28 €	274 145,53 €
UI-027	Novos Povoamentos - Restantes espécies	26,830	19,214	0,000	26,830	0,289	4 375,48 €	87 509,69 €
UI-028	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	87,952	0,000	87,952	0,000	0,277	18 300,69 €	366 013,79 €
UI-029	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	17,343	12,085	0,000	0,000	0,072	3 066,59 €	61 331,74 €
UI-030	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	34,416	0,000	34,416	34,416	0,028	8 535,94 €	170 718,73 €
UI-031	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	6,219	3,201	0,000	6,219	0,000	1 320,54 €	26 410,86 €
UI-032	Novos Povoamentos - Restantes espécies	103,960	0,000	103,960	0,000	0,075	16 219,08 €	324 381,61 €
UI-033	Novos Povoamentos - Restantes espécies	17,508	14,786	0,000	0,000	0,071	2 368,36 €	47 367,22 €
UI-034	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0,042	0,000	0,042	0,042	0,000	7,77 €	155,40 €
UI-035	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0,960	0,000	0,960	0,960	0,000	178,50 €	3 569,94 €
UI-036	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0,560	0,542	0,000	0,560	0,000	93,75 €	1 875,05 €
UI-037	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,140	0,000	0,140	0,000	0,000	29,22 €	584,34 €
UI-038	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,831	0,000	0,831	0,831	0,000	206,10 €	4 122,04 €
UI-039	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	8,428	0,000	8,428	7,352	0,065	1 024,36 €	20 487,16 €
UI-040	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	2,075	0,926	0,000	2,075	0,006	218,64 €	4 372,75 €
UI-041	Prados e pastagens permanentes	28,989	0,000	28,989	28,988	0,000	3 594,66 €	71 893,10 €
UI-042	Prados e pastagens permanentes	36,933	21,085	0,000	36,926	0,000	3 946,17 €	78 923,38 €
UI-043	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Outras culturas frutícolas	3,232	0,000	3,232	3,210	0,006	400,41 €	8 008,16 €
UI-044	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Outras culturas frutícolas	0,085	0,000	0,000	0,000	0,000	6,76 €	135,26 €
UI-047	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,093	0,000	0,093	0,000	0,000	19,33 €	386,65 €
UI-048	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	2,909	0,000	2,909	2,909	0,670	737,51 €	14 750,21 €

ID da unidade de intervenção (UI)	Sistema cultural (incluindo a espécie, nos termos do anexo I da OT dos apoios a 20 anos)	Área (ha)	Área em declive 15 a 25%	Área em declive > 25%	Área inserida em EP (ha)	Área inserida nas tipologias da REN identificadas	VBG (€)/ha, nos termos do anexo I da OT dos apoios a 20 anos	Valor Total
UI-049	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,038	0,000	0,000	0,038	0,001	7,56 €	151,18 €
UI-050	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	26,548	0,000	26,548	0,000	0,258	3 455,06 €	69 101,30 €
UI-051	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	1,917	0,232	0,000	0,000	0,064	196,12 €	3 922,45 €
UI-052	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	28,939	0,000	28,939	28,939	8,094	4 606,99 €	92 139,81 €
UI-053	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	4,731	0,791	0,000	4,731	2,798	645,27 €	12 905,32 €
UI-054	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,006	0,000	0,006	0,000	0,003	1,25 €	24,96 €
UI-055	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,003	0,000	0,000	0,000	0,003	0,55 €	10,93 €
UI-056	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	4,924	0,000	4,924	4,747	0,509	613,19 €	12 263,83 €
UI-057	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	1,344	0,261	0,000	1,344	0,465	143,12 €	2 862,36 €
UI-058	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Outras culturas frutícolas	0,083	0,000	0,083	0,083	0,061	11,01 €	220,11 €
UI-059	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Outras culturas frutícolas	0,050	0,000	0,000	0,050	0,050	5,55 €	110,95 €
UI-060	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0,004	0,000	0,004	0,004	0,002	0,59 €	11,90 €
UI-061	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0,315	0,000	0,000	0,315	0,206	42,52 €	850,40 €
UI-062	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,436	0,000	0,436	0,000	0,000	90,59 €	1 811,83 €
UI-062	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,436	0,000	0,436	0,000	0,000	90,59 €	1 811,83 €
UI-063	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,339	0,000	0,339	0,339	0,017	84,45 €	1 688,96 €
UI-064	Novos Povoamentos - Restantes espécies	1,247	0,000	1,247	1,247	0,000	231,98 €	4 639,51 €
UI-065	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	8,173	0,000	8,173	0,000	0,000	1 487,50 €	29 749,92 €
UI-066	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	4,641	0,000	4,641	4,641	0,102	1 009,29 €	20 185,84 €
UI-067	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,036	0,036	0,000	0,036	0,000	7,07 €	141,30 €
UI-068	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,270	0,000	0,270	0,270	0,000	66,89 €	1 337,78 €

ID da unidade de intervenção (UI)	Sistema cultural (incluindo a espécie, nos termos do anexo I da OT dos apoios a 20 anos)	Área (ha)	Área em declive 15 a 25%	Área em declive > 25%	Área inserida em EP (ha)	Área inserida nas tipologias da REN identificadas	VBG (€)/ha, nos termos do anexo I da OT dos apoios a 20 anos	Valor Total
UI-069	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Outras culturas frutícolas	0,011	0,000	0,011	0,011	0,000	1,34 €	26,85 €
UI-070	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0,012	0,000	0,012	0,000	0,000	1,80 €	35,97 €
UI-071	Novos Povoamentos - Restantes espécies	2,532	0,000	2,532	2,532	0,000	470,87 €	9 417,39 €
UI-072	Novos Povoamentos - Restantes espécies	1,104	1,057	0,000	1,104	0,010	184,76 €	3 695,30 €
UI-073	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,575	0,000	0,575	0,000	0,000	119,59 €	2 391,83 €
UI-074	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,026	0,026	0,000	0,000	0,000	4,80 €	96,07 €
UI-075	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,737	0,000	0,737	0,737	0,000	182,66 €	3 653,11 €
UI-076	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,192	0,135	0,000	0,192	0,000	41,54 €	830,89 €
UI-077	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	6,611	0,000	6,611	0,000	0,026	859,81 €	17 196,15 €
UI-078	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	1,470	1,101	0,000	0,000	0,050	179,02 €	3 580,46 €
UI-079	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0,107	0,000	0,107	0,107	0,000	16,64 €	332,71 €
UI-080	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0,061	0,000	0,061	0,000	0,000	9,57 €	191,33 €
UI-081	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0,040	0,040	0,000	0,000	0,000	5,46 €	109,30 €
UI-082	Novos Povoamentos - Restantes espécies	4,231	0,000	4,231	4,231	0,000	786,88 €	15 737,67 €
UI-083	Novos Povoamentos - Restantes espécies	2,348	1,995	0,000	2,348	0,000	388,15 €	7 763,04 €
UI-084	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	0,684	0,000	0,684	0,683	0,000	84,75 €	1 694,95 €
UI-085	Prados e pastagens permanentes	1,242	0,000	1,242	1,242	0,000	154,02 €	3 080,48 €
UI-086	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0,010	0,000	0,010	0,010	0,000	1,86 €	37,17 €
UI-087	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	2,187	0,000	2,187	0,000	0,000	454,91 €	9 098,21 €
UI-088	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,135	0,003	0,000	0,000	0,000	21,62 €	432,37 €
UI-089	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,052	0,000	0,052	0,052	0,000	12,97 €	259,32 €

ID da unidade de intervenção (UI)	Sistema cultural (incluindo a espécie, nos termos do anexo I da OT dos apoios a 20 anos)	Área (ha)	Área em declive 15 a 25%	Área em declive > 25%	Área inserida em EP (ha)	Área inserida nas tipologias da REN identificadas	VBG (€)/ha, nos termos do anexo I da OT dos apoios a 20 anos	Valor Total
UI-090	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,010	0,010	0,000	0,010	0,000	2,24 €	44,88 €
UI-091	Prados e pastagens permanentes	0,046	0,000	0,046	0,046	0,000	5,75 €	115,05 €
UI-092	Prados e pastagens permanentes	0,426	0,027	0,000	0,426	0,000	42,97 €	859,31 €
UI-093	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,166	0,000	0,166	0,000	0,000	34,56 €	691,23 €
UI-094	Prados e pastagens permanentes	0,055	0,000	0,055	0,055	0,000	6,86 €	137,22 €
UI-095	Prados e pastagens permanentes	0,063	0,000	0,000	0,063	0,000	6,35 €	126,95 €
UI-096	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,084	0,000	0,084	0,084	0,035	21,79 €	435,83 €
UI-097	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0,005	0,000	0,005	0,005	0,000	0,92 €	18,34 €
UI-098	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	16,250	0,000	16,250	15,374	0,085	1 998,46 €	39 969,26 €
UI-099	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	13,197	8,462	0,000	12,423	0,281	1 409,15 €	28 182,91 €
UI-100	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	1,848	0,000	1,848	1,741	0,165	228,98 €	4 579,58 €
UI-101	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	0,750	0,010	0,000	0,750	0,192	77,41 €	1 548,20 €
UI-102	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Outras culturas frutícolas	0,014	0,000	0,014	0,013	0,000	1,70 €	33,95 €
UI-103	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	0,908	0,000	0,908	0,883	0,000	112,10 €	2 242,10 €
UI-104	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	0,491	0,491	0,000	0,471	0,000	54,60 €	1 092,03 €
		629,442					104 565,72 €	2 091 314,32 €